

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas
(UNESP-UNICAMP-PUC/SP)**

**PORQUE AS IDEIAS IMPORTAM: A CRENÇA NO EXCEPCIONALISMO
AMERICANO COMO GUIA DE FORMULAÇÃO DAS “GRANDES ESTRATÉGIAS”
DOS ESTADOS UNIDOS NO ALVORECER DA SUPERPOTÊNCIA**

Fernanda Petená Magnotta

**São Paulo
2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas
(UNESP-UNICAMP-PUC/SP)**

**PORQUE AS IDEIAS IMPORTAM: A CRENÇA NO EXCEPCIONALISMO
AMERICANO COMO GUIA DE FORMULAÇÃO DAS “GRANDES ESTRATÉGIAS”
DOS ESTADOS UNIDOS NO ALVORECER DA SUPERPOTÊNCIA**

Fernanda Petená Magnotta

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Programa de Pós-Graduação “San Tiago Dantas” (UNESP-UNICAMP-PUC/SP), como requisito para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Tullo Vigevani.

**São Paulo
2013**

Magnotta, Fernanda Petená.

M198 Porque as ideias importam : a crença no excepcionalismo americano como guia de formulação das “grandes estratégias” dos Estados Unidos no alvorecer da superpotência / Fernanda Petená Magnotta. – São Paulo, 2013.

100 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2013.

Orientador: Tullo Vigevani.

1. Estados Unidos – Relações exteriores – Século XX. 2. Excepcionalismo. 3. Estados Unidos – Política e governo – Século XX. 4. Estratégia. I. Autor. II. Título.

CDD 327.7300904

**PORQUE AS IDEIAS IMPORTAM: A CRENÇA NO EXCEPCIONALISMO
AMERICANO COMO GUIA DE FORMULAÇÃO DAS “GRANDES ESTRATÉGIAS”
DOS ESTADOS UNIDOS NO ALVORECER DA SUPERPOTÊNCIA**

Fernanda Petená Magnotta

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Programa de Pós-Graduação “San Tiago Dantas”, (UNESP-UNICAMP-PUC/SP) como requisito para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Tullo Vigevani.

Data de aprovação: ___/___/_____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Tullo Vigevani (orientador)
UNESP

Prof. Dr. Samuel Alves Soares
UNESP

Prof. Dr. Carlos Gustavo Poggio Teixeira
PUC-SP

Not ideas, but material and ideal interests, directly govern men's conduct. Yet very frequently the 'world images' that have been created by 'ideas' have, like switchmen, determined the tracks along which action has been pushed by the dynamic of interest.

(WEBER, 1958)

Aos meus *pais*, que me deram o mundo de presente
e àqueles que têm feito dele o meu local preferido:
amados Brunos, amigos, professores e alunos.

AGRADECIMENTOS

Nos últimos dois anos me redescobri repetidas vezes, e a cada novo encontro fui confrontada com minhas próprias certezas, antes tão absolutas. Foram hábitos, pensamentos, convicções e crenças açoitadas sem piedade pela revelação de um mundo particularmente diferente: mais complexo, mais sistemático e certamente mais desafiador.

A primeira lição que recebi ao longo deste caminho foi de que a busca pelo conhecimento requer - antes de tudo - muita humildade, pois inevitavelmente acabaremos por reconhecer nossa pequenez diante da vastidão do que nos é desconhecido. O segundo ensinamento, produto do primeiro, tem a ver com a coragem necessária para desbravar o que não é familiar, o que assusta, e que se impõe diante de nós com brutal naturalidade.

Neste contexto, palavras certamente são insuficientes para expressar a magnitude de determinados sentimentos, em especial quando pretendem descrever sensações que nos acometeram ante a uma dura e tortuosa jornada. Tão dura e tão tortuosa que seguramente não poderia ter sido cumprida sem a ajuda de muitas pessoas queridas, a quem devo agradecimentos infinitos e à quem dedico os vocábulos que aqui seguem. Limitados, como sempre haverão de ser em ocasiões como estas, mas tão sinceros que já não cabem no meu coração.

Em primeiro lugar, ao meu orientador, Prof. Tullo Vigevani, agradeço pelo bom-humor, generosidade e paciência permanentemente dedicadas a mim ao longo desta intensa jornada. Gostaria que soubesse que valorizo muito cada palavra trocada e todos os momentos em que pudemos conviver. Obrigada pelos e-mails mais instantâneos que já pude receber, por me guiar pelo caminho do 'pensar' com tamanha liberdade e afeto e, especialmente, por ter me protegido dos voos arriscados demais. Levarei para sempre comigo o seu exemplo de humildade.

Aos membros da Banca de Qualificação e Defesa, Prof. Samuel Alves Soares e Prof. Carlos Gustavo Poggio Teixeira, agradeço pelas dicas preciosas, pela disposição, boa-vontade, pelo carinho e por terem me ajudado a organizar - com tamanha maestria - tantas ideias confusas e desencontradas, dignas de uma produção barroca fora de época. Muito, muito obrigada. Além disso, agradeço, com afeto, aos professores Paulo Pereira e Gunther Rudzit, fontes de inspiração acadêmica, por terem aceitado fazer parte da suplência.

Gostaria de agradecer também a todos os professores do PPGRI San Tiago Dantas (PUC-SP/ UNESP/ UNICAMP), que compartilharam conosco suas experiências e reflexões ao longo dos últimos anos. Prof. Reginaldo Nasser, Prof. Reginaldo Moraes, Prof. Suzeley Mathias, Prof. Clodoaldo Bueno, Prof. Shiguenoli Miyamoto, Prof. Marco Aurélio Nogueira, Prof. Flávia Campos Mello e Prof. Sebastião Velasco: muito obrigada por tudo. Registro, igualmente, o meu agradecimento sincero às secretárias do Programa - Giovana Vieira e Isabela Silvestre - e à bibliotecária - Graziela Oliveira - pela assistência e gentileza de sempre.

Rendo também muitos dos créditos deste trabalho à minha turma do mestrado, responsável por tantos momentos de descontração e aprendizado. Mesmo diante das minhas ausências (que, garanto, ecoam continuamente na consciência), posso assegurar que vocês sempre foram muito queridos e que estarão eternamente armazenados na memória. Em especial, dedico este trabalho ao meu amado *partner* Lucas Leite, que do alto de sua ‘mineirice’ revelou-se o companheiro fiel que jamais pude imaginar ter ao meu lado. Aproveito para reconhecer, da mesma forma, os veteranos que tornaram-se amigos do coração: Laís Thomaz e Juliano Aragusuku, muito obrigada por partilharem de tantas experiências ao longo do caminho e por terem, pacientemente, me acalmado quando foi preciso.

Como não poderia deixar de ser, agradeço ainda àqueles que desempenharam papel central na delimitação do meu objeto de pesquisa e cuja falta representaria necessariamente um prejuízo à qualidade deste estudo; americanistas do mais alto quilate que, desde que tive o prazer de conhecer, mantiveram-se presentes me amparando e protegendo: Erica Resende, Roberto Moll e Tatiana Teixeira, vocês são inspiradores.

Agradeço também, com carinho especial, ao Prof. Wayne A. Selcher, do Departamento de Ciência Política do *Elizabethtown College*, Philadelphia, por todo o apoio oferecido, pelo material indicado, pelas dúvidas esclarecidas e por compartilhar comigo a alegria de estudar o que está tão distante. Aos amigos norte-americanos mais brasileiros que já conheci e que me ajudaram com a revisão das traduções, Betsie de Oliveira e Dan Wheatley, thank you so much. You are amazing.

Não é fácil administrar tantas responsabilidades aos 24 anos e reconheço, muitas vezes, minha completa falta de molejo. Por este motivo, faço questão de lembrar, com afeição especial, daquele que sempre confiou na minha vocação e que, desde o princípio, estimulou meu sonho acadêmico. Guilherme Casarões, embora você seja uma constante em qualquer uma das minhas listas de agradecimentos, jamais poderei traduzir em palavras o tamanho do

meu carinho por você. Obrigada por ter rompido as barreiras convencionais da relação ‘professor-aluno’ e por ter mergulhado nas irregularidades do meu mundo. Obrigada por ter me apresentado ao San Tiago Dantas e por ter oferecido todo suporte intelectual e afetivo de que precisei nos últimos tempos. A nossa amizade preenche minha alma com as virtudes mais lindas de que se tem notícia.

À FAAP, minha *alma mater*, agradeço sobretudo pelos alicerces. Fui aluna desta instituição que, mais tarde, me tornou também professora. Tenho clareza de que a confiança e ousadia de seus dirigentes e gestores transformaram radicalmente a minha vida e a de outros jovens acadêmicos. Carrego esta marca com muito orgulho e serei sempre grata pelas tantas oportunidades. Em especial, agradeço ao Embaixador Rubens Ricupero e ao Prof. Luiz Alberto Machado, que são, certamente, os melhores chefes com que o universo poderia me presentear. Sem o apoio, amizade e generosidade de ambos reconheço que não valeria a pena sonhar tão alto. Neste mesmo sentido, há de se admitir também que a batalha cotidiana não teria a mesma alegria sem a presença dos professores-amigos. Anapaula Iacovino, Eduardo Mekitarian, Leny Leitão, Tatiana Berringer e amados PTIs (Gabriela Tessitore, Igor Alves, Livia Paulucci, Mariana Dal Canton, Mariana Setubal, Nathalie Hornhardt, Rodrigo Serafino, Rodrigo Viana, Silvye Massaini, Vanessa Cepellos e Viviane Oliveira) os dias são mais brilhantes tendo vocês por perto. Muito obrigada por tudo. Raquel Rocha, obrigada por me tomar nos braços quando mais precisei: você é uma linda descoberta desta empreitada. Marcus Vinicius Freitas, obrigada pela confiança de sempre, pela amizade e por tantas oportunidades inesquecíveis.

Aos meus alunos, minha maior fonte de inspiração, motivação e felicidade ordinária, agradeço, mais uma vez, pela promessa de um futuro bom. Nos últimos dois anos eles têm sido as testemunhas mais devotadas do árduo processo que é dissertar. Agradeço por sua graciosidade, por sua tolerância, por sua preocupação e, claro, pela torcida. Se Mário Quintana estava correto ao dizer que “amar é mudar a alma de casa”, considerem-se minha tradicional morada. Especialmente aos meus monitores da graduação, Karina Calandrin e Victor Grinberg, agradeço pelo apoio e pela afeição contínua.

Por fim, gostaria de agradecer à minha família. À minha avó, Ivone Petená, por seu bem-querer genuíno e por ter conservado o espaço mais estimulante que encontrei durante o processo de redação deste trabalho, que foi tecido, em sua maior parte, ao som do canto dos pássaros. Ao meu irmão, Bruno, por jamais falhar na tarefa de me lembrar de onde vim e de quem sou eu. Aos meus pais, Regina e Vicente, tudo que tenho de melhor, por seu amor e

amparo incondicionais. Ao meu amor, Bruno, por ter me conservado em pé quando tudo pareceu perdido. À Josefa, por abrir seu coração e sua casa com tanto afeto. Vocês atribuem sentido à minha vida e às minhas escolhas. Vocês preenchem a minha alma e me alimentam o espírito. Obrigada por julgarem menos do que poderiam a minha obsessão pelo trabalho e pelos estudos. Perdoem os excessos, por favor. Sem vocês não haveria o novo amanhecer, não haveria horizonte, não haveria nada. Meu amor por vocês não tem medida e sei que minhas fraquezas teriam me deixado pelo caminho, caso não os tivesse por perto.

As angústias que fizeram parte desta caminhada foram fruto de uma cobrança permanente que estabeleci comigo mesma: era preciso valorizar a oportunidade de estar aqui. Desta travessia levo não só uma lição de resiliência, mas também muitas lembranças felizes e o desejo de seguir para sempre no caminho da pesquisa e docência, que são a razão do meu viver. Quanto aos deslizes, que eventualmente possam ter existido, assumo a inteira responsabilidade na esperança de que um dia possam ser perdoados e, quem sabe, superados.

Muito obrigada, bom Deus.

RESUMO

No despertar do século XXI, muito se tem discutido a respeito da longevidade do poderio norte-americano e sobre a capacidade do país de manter a estabilidade do sistema internacional. Ao terem emergido como uma superpotência global sem precedentes, os Estados Unidos da América (EUA) tornaram-se um tema indispensável para o entendimento das Relações Internacionais (RI). Não à toa que tanto se tem debruçado, nas últimas décadas, sobre o desafio de desvendar a chamada *Pax Americana*, em geral, e sobre a tarefa de compreender as origens domésticas de suas escolhas internacionais, em particular. Visando jogar luz sobre tal dimensão, portanto, este estudo se propõe. Esta pesquisa - de caráter qualitativo e explicativo - tem como tema geral o chamado “excepcionalismo americano” e possui como objeto de estudo a política externa dos EUA no período embrionário de sua liderança - particularmente no momento que compreende a consolidação da potência, entre 1917 e 1947. Pretende-se investigar de que modo tal componente ideacional manifestou-se na formulação e implementação das “grandes estratégias” do país desde sua entrada na Primeira Guerra Mundial até o estabelecimento da “Doutrina da Contenção”. O estudo parte da hipótese de que as ações dos EUA encontraram-se sujeitas, no período analisado, a um processo subjetivo de interpretação da realidade que esteve atrelada, sobretudo, à forma como os próprios norte-americanos percebem a si mesmos e ao modo como visualizam o seu papel no mundo em cada momento. Assim, embora tal crença tenha se materializado de diferentes maneiras - provida de caráter missionário ou exemplar, por exemplo - ela representa uma traço de continuidade, uma ideia-força, da política externa do país durante todo o período estudado.

Palavras-chave: Estados Unidos. Excepcionalismo Americano. Grande Estratégia. Ideias. Política Externa.

ABSTRACT

At the dawn of the 21st century, a lot has been discussed about the longevity of American power and the country's ability to maintain the stability of the international system. Emerging as an unprecedented global superpower, the United States of America (USA) became a crucial factor in the understanding of International Relations (IR). It is not by chance that so much has been addressed over the past decades on the challenge of unraveling the Pax Americana in general, and on the task of understanding the domestic origins of their international choices specifically. Aiming to shed light on such a scale is what this study proposes. This research - of qualitative and explanatory characteristics - has the general theme called "American Exceptionalism" and possesses as subject of study, the U.S. foreign policy in the embryonic period of its leadership - particularly during the consolidation of the superpower between 1917 and 1947. It is intended to investigate how such an ideational component manifested in the formulation and implementation of the "grand strategies" of the country since its entry into World War I to the establishment of the "Doctrine of Containment". The study starts from the hypothesis that the actions of the U.S. found themselves subject during the period analyzed, to a subjective process of interpretation of the reality that was linked mainly to the way Americans perceive themselves and how they visualize their role in the world at each moment. Although this belief has materialized in different ways - provided by missionary or exemplary character, for example - it represents a trace of continuity, a strong idea, of the country's foreign policy during the entire studied period.

Keywords: United States. American Exceptionalism. Grand Strategy. Ideas. Foreign Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O modelo analítico de Goldstein e Keohane e o desenho da pesquisa	25
--	----

LISTA DE SIGLAS

EUA – Estados Unidos da América

FDR – Franklin Delano Roosevelt

FMI – Fundo Monetário Internacional

GOP – Grand Old Party

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

RI – Relações Internacionais

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. PREMISSAS TEÓRICAS: EXCEPCIONALISMO E POLÍTICA EXTERNA	7
2.1 Excepcionalismo: a construção de uma crença.....	9
2.2 As fontes da crença no excepcionalismo	13
2.2.1 Interpretações seculares	14
2.2.2 Interpretações religiosas	18
2.3 Ideias e Política Externa: consolidação do marco teórico	20
3. EXCEPCIONALISMO E ENGAJAMENTO: A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA ENTRE 1917 E 1920.....	27
3.1 1917: uma guerra pela democracia	29
3.2 Versalhes e a tentativa de construção de uma nova ordem mundial.....	37
4. EXCEPCIONALISMO E AFASTAMENTO: A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA ENTRE 1921 E 1933.....	45
4.1 Autonomia decisória e auto-preservação: novas práticas para o combate à guerra e a difusão do <i>American dream</i>	49
4.2 O princípio do “individualismo americano” como base da política econômica dos EUA	57
5. EXCEPCIONALISMO E CONTENÇÃO: A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA ENTRE 1934 e 1947	62
5.1 FDR: do <i>New Deal</i> à consolidação de uma “hegemonia benevolente”	63
5.1.1 A Segunda Guerra Mundial e as “quatro liberdades”.....	69
5.1.2 A consolidação da <i>Pax Americana</i>	75
5.2 Truman e a Doutrina da Contenção	80
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	91

1. INTRODUÇÃO

Acreditar que não acreditamos em nada é crer na crença do descrer.

(Millôr Fernandes)

Interpretar o comportamento político talvez seja um dos desafios mais antigos da humanidade. Isso porque implica lidar com um conjunto de elementos que muitas vezes contestam a rigidez e a racionalidade da ciência positivista mais tradicional, confrontando os analistas à urgência de assumir a relevância de componentes mais sofisticadas, como é o caso dos fatores ideacionais. Indo além, a observação daquilo que é subjetivo ganha complexidade na medida em que passa a envolver o *ethos* social, cuja ação deriva de uma síntese produzida pela acomodação de visões de mundo particulares e de interesses isolados, todos devidamente delimitados por constrangimentos estruturais.

Não é à toa que boa parte da literatura *mainstream* das Relações Internacionais (RI), em geral, e dos estudos sobre Estados Unidos da América (EUA), em particular, privou-se deste tipo de discussão, deixando inúmeras questões em aberto ou conferindo respostas demasiado vagas para esclarecer a conduta dos Estados. Por vezes marginalizados, o ‘como’ e principalmente o ‘porquê das coisas’ parecem constituir a porção explicativa mais nobre das ciências humanas e, por esta razão, merecem ser explorados com maior acuidade.

Diversos são os motivos que, historicamente, têm feito com que políticos e intelectuais sejam estimulados a pensar sobre os EUA. Trata-se da primeira colônia a se tornar independente dentro do continente americano, e do país cuja contribuição para o mundo inclui o pioneirismo político na implementação da república constitucional, do sistema federalista e do regime democrático- representativo.

Ademais, a supremacia dos americanos¹ ao longo da era moderna e, especialmente no decorrer do último século, ultrapassou todos parâmetros convencionais, uma vez que o país passou a ser o único a deter preponderância decisiva simultânea em *todas* as esferas de poder: político, militar, econômico, diplomático, institucional, tecnológico, cultural e até mesmo lingüístico (cf. WOHLFORTH, 1999), o que trouxe consigo *spillovers* teóricos e

¹ É importante esclarecer que os termos “americanos” e “estadounidenses” serão aqui utilizados como sinônimos da expressão “norte-americanos”. Tal estratégia está despida de qualquer significado político, representando apenas uma escolha que visa evitar a repetição sequencial dos mesmos termos e, portanto, favorecer uma grafia mais fluida.

paradigmáticos igualmente importantes. Não à toa, tornou-se difícil empreender, no marco das Relações Internacionais, qualquer tipo de estudo que desconsiderasse os interesses do país e sua capacidade de projeção.

No contexto da conhecida *Pax Americana*², portanto, a conformação das chamadas ‘grandes estratégias’³ dos EUA ganhou especial notoriedade, de modo que tanto o direcionamento geral de sua política externa quanto o entendimento sobre as formas de articulação de seus principais objetivos impuseram-se como desafios a serem desvendados pelos analistas da política internacional.

Em certa ocasião, Benedict Anderson (2008, p. 10) postulou que nações não correspondem a entidades puramente inventadas, mas fundamentalmente *imaginadas*, uma vez que “fazem sentido para a alma” e “constituem objeto de desejos e projeções”. Deste modo, ao envolverem a idéia de um ‘nós’ coletivo e de serem pensadas enquanto comunidades, elas são necessariamente limitadas a fronteiras finitas, podendo moldar-se, adaptar-se e transformar-se somente a partir de então. Por este motivo que, segundo tal leitura, “uma nação é [tida como] mais do que território e população, mais do que campo e cidade, governo e economia” (ANDERSON, 2008, p. 98); trata-se de um conjunto de “eventos idealizados, mitos de origem, histórias heróicas e princípios proclamados” (COLES, 2002, p. 410, tradução nossa) a serem investigados e compreendidos.

Na esteira destas percepções, portanto, é que o estudo das chamadas ‘tradições políticas’ ganha relevância, já que permite jogar luz sobre as crenças e valores responsáveis por determinar o comportamento e as escolhas dos Estados, além de gerar coerência e continuidade em termos de sua política externa (O’CONNOR, 2009). Em termos simples, as ‘tradições’ são relevantes na medida em que encontram-se incorporadas ao processo de definição do interesse nacional, que corresponde ao pilar básico sob o qual estão assentadas as decisões estratégicas de um país⁴.

² Trata-se de um termo utilizado para referir-se ao período em que vigora, no sistema internacional, a hegemonia norte-americana.

³ Por “estratégia” este estudo assume o “processo pelo qual os fins estão relacionados aos meios; as intenções às capacidades; e os objetivos aos recursos” (GADDIS, 1982, p. viii), e a “grande estratégia” é entendida como uma adequação semântica que se confunde, por vezes, com a própria política externa dos países. Em sintonia com o entendimento de Kennedy (1992, p. 05), portanto, esta pesquisa assume que: “[a grande estratégia] reside na capacidade dos líderes de reunir todos os elementos, militares e não militares, que garantam a preservação do Estado e a busca de seus interesses nacionais de longo prazo em tempos de guerra e paz”.

⁴ Embora a expressão “interesse nacional” suponha preocupações comuns de uma nação visando o “bem-estar geral”, é importante reforçar que compartilha-se aqui da percepção trazida por Haggins (2008) de que, em um sentido muito prático, o conceito é definido de modo mais restrito, e de que os interesses são determinados a partir de balizas subjetivas que orientam os líderes e encontram-se impregnados nos processos políticos de tomada de decisão. Além disso, é importante destacar que desde seu nascimento a expressão “interesse nacional”

No que diz respeito ao ‘imaginário’ norte-americano - objeto de estudo desta pesquisa, em particular - a análise cuidadosa do papel das tradições revela-se não apenas interessante, mas parece fundamental para a compreensão das incursões políticas concebidas e implementadas historicamente pelos EUA, já que de acordo com Walter Mead (2002), o povo estadunidense seria, acima de tudo, “*traditionminded*”, na medida em que “o respeito pela tradição nacional é um dos traços mais fortes e mais valiosos do país” (MEAD, 2002, p. 96-97, tradução nossa).

Por esta razão, segundo o autor, seria possível justificar o valor atribuído por esta sociedade à sua própria Constituição que - ao lado da Declaração de Independência e da *Bill of Rights* - é considerada “uma espécie de escritura sagrada” e cuja importância está na “revelação de princípios eternos e válidos para todos os tempos” (MEAD, 2002, p. 96, tradução nossa). Em resumo, tradição e identidade, segundo esta perspectiva, estariam permanentemente conectadas.

Deste modo, ao assimilar que a identidade nacional de um país pode ser definida, nas palavras de Smith (2003, p. 24-25, tradução nossa), a partir da “manutenção e contínua reinterpretação do padrão de valores, símbolos, memórias, mitos e tradições que constituem o patrimônio distintivo da nação, bem como a identificação de indivíduos com essa herança e este padrão”, torna-se possível debater aquele que é considerado por muitos (cf. FONSECA, 2007) a “principal determinante da identidade nacional dos EUA tal como expressa em política externa”: o chamado ‘excepcionalismo americano’, tema central desta pesquisa.

Passível de debates de ordem definicional, o conceito remete - do ponto de vista genérico - à percepção dos próprios norte-americanos de que os EUA são uma nação predestinada e particularmente especial em função de sua história e de seus valores políticos, econômicos e religiosos (BUZAN, 2004). Neste sentido, trata-se de um elemento que atravessa a consciência coletiva dos estadunidenses e cujo estudo sistemático permitiria compreender, pela leitura aqui sugerida, tanto estratégias de afastamento quanto ações de engajamento internacional ao longo da história do país.

O que é o excepcionalismo americano, de onde parte e quais são seus elementos constitutivos mais elementares? De que modo ideias e política externa podem estar

carece de definições rígidas, tendo assumido um caráter abrangente e permeado de convicções políticas específicas. Como ponto pacífico, hoje, o que se aceita é que esta ideia tem sido evocada para referir-se de forma generalista aos objetivos estratégicos do Estado (STROLBERG, 2010). Por esta razão é considerada importante para determinar a “base da política externa do país”, denotando “[su]a direção básica [...], os tipos e volumes de recursos necessários, e a maneira como o Estado deve empregá-los para obter sucesso” (HAGGINS, 2008).

conectadas? Como tal narrativa afetou as escolhas políticas dos EUA durante seu período de ascensão global? Visando responder à estas questões e jogar luz sobre as circunstâncias em que a formulação estratégica norte-americana se deu, em particular no período de emergência da superpotência, portanto, este trabalho se apresenta.

Em termos simples, ele tem como *objetivo central* mapear de que modo o excepcionalismo americano esteve presente na política externa dos EUA entre 1917 e 1947. Ou seja, deseja-se não apenas refletir sobre as condições estruturais em que a política externa do país foi pensada em cada momento mas, sobretudo, pensar sob quais influências ideacionais isso se deu. Tendo a narrativa do excepcionalismo como pano de fundo, portanto, pretende-se investigar a elaboração de políticas de manutenção, transformação ou correção de rumos de Woodrow Wilson à Harry Truman.

A discussão aqui empreendida parte do pressuposto de que a ação internacional de um país depende, acima de tudo, do modo como ele percebe a si mesmo e da forma como entende seu papel no mundo. Deste modo, a *hipótese* que orienta o trabalho preconiza que a crença no excepcionalismo funcionou como ideia-força da política externa dos EUA durante o período de consolidação do país como superpotência.

É importante esclarecer que embora tenha ganhado vazão somente após a Segunda Guerra Mundial, momento em que os EUA foram alçados à categoria de *hegemon* global, a preocupação com uma posição marcadamente internacionalista deflagrou-se muito antes naquele país, ainda nas primeiras décadas de 1900, quando um novo padrão de relacionamento exterior foi arquitetado pelos presidentes Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson, em contraposição à conduta de isolamento verificada desde a independência até fins do século XIX (cf. NASSER, 2010). De certo modo, portanto, se a singularidade do período pós Segunda Guerra é, por um lado inegável, e o conflito funciona como variável interveniente de peso para justificar a ascensão dos EUA, por outro ângulo não parece exagero considerar que a segunda metade dos anos 1940 representa nada menos do que o encerramento de um ciclo de emergência e inserção estratégica inaugurado anos antes.

Partilhando desta visão, portanto, o *recorte temporal* a ser examinado por este estudo compreende desde a decisão americana de participar da Primeira Guerra Mundial, em 1917, até a consolidação da potência e estabelecimento da Doutrina de Contenção, já no início da Guerra Fria. Esta escolha - que engloba desde parte do governo de Woodrow Wilson até o início da administração Truman - justifica-se primeiramente porque contempla marcos que representam dois pontos de inflexão importantes da conduta estratégica americana ao longo

de sua trajetória de ascensão: no primeiro, os EUA são inseridos definitivamente na “arena da política mundial”, conforme colocou Kissinger (1994); no segundo consolidam-se como “líderes do mundo livre” e detentores de um conjunto de valores que pautaria o ocidente daí por diante, por meio de uma nova ordem mundial efetivamente americana. Ademais, esta fase coincide com o momento em que tradições da política internacional, em geral, e da norte-americana, em particular, estavam sendo propostas por intelectuais de referência, como o “idealismo” do próprio presidente Woodrow Wilson em sua empreitada acadêmica, e o “realismo” de George Kennan e Hans Morgenthau, no extremo oposto. Além disso, trata-se de um período pouco explorado pela literatura que se faz disponível no Brasil, em português.

Neste mesmo sentido, é fundamental destacar que, de alguma maneira, o papel das ideias já foi explorado em estudos anteriores como naqueles empreendidos por Zahran (2005) acerca da tradição liberal norte-americana, Teixeira (2006) sobre a influência dos *think tanks*, e Teixeira (2007) no que se refere ao pensamento neoconservador em política externa dos EUA. Tomando como base, portanto, alguns dos mesmos motes pronunciados por estes autores, mas visando explorá-los a partir de outros ângulos, tal pesquisa visa somar forças para o desenvolvimento desta área de pesquisa no país.

Ao orientar-se, da *ótica teórica*, por leituras que privilegiam o estudo das tradições políticas nos EUA e que tratam do papel das ideias na formulação da política externa, portanto, pretende-se: 1) compreender o que é o excepcionalismo e qual a sua relevância enquanto traço da sociedade norte-americana; 2) identificar a presença desta ideia no período histórico supramencionado; 3) discutir de que maneira tal concepção foi traduzida em percepções sobre o interesse nacional; e finalmente, 4) sistematizar como tal crença materializou-se em ação durante os períodos que chamaremos de “engajamento” (1917-1920), “afastamento” (1921-1933) e “contenção” (1934-1947).

Do *ponto de vista metodológico*, este estudo caracteriza-se por sua abordagem qualitativa, uma vez que pretende levar a compreensão de determinados fenômenos por meio da análise rigorosa do ambiente em que eles estão inseridos. No que se refere aos objetivos, configura-se uma pesquisa explicativa já que buscará registrar decisões, analisá-las, interpretá-las e mapear relações causais, identificando os fatores que determinam ou contribuem para a ação política norte-americana no tocante a formulação de suas “grandes estratégias” em determinado período e, finalmente, com relação aos procedimentos técnicos a serem utilizados, o trabalho tem caráter bibliográfico e documental, incluindo fontes primárias e secundárias, lançando mão, vez ou outra, de análises superficiais de discurso.

No Capítulo 01 será estruturado o escopo conceitual e teórico da pesquisa. Assim, em primeiro lugar, pretende-se explorar o excepcionalismo americano quanto à sua definição, construção histórica e suas fontes (seculares e religiosas) mais basilares. Em seguida, será realizada uma breve discussão teórica sobre a relação entre ideias e política externa a fim de jogar luz sobre a estratégia analítica escolhida.

Ao longo dos três capítulos seguintes, serão exploradas, por sua vez, as políticas externas de cada um dos períodos históricos aqui delimitados. No Capítulo 02, será investigada a grande estratégia do governo Woodrow Wilson, no qual será destacado de que modo a crença no excepcionalismo americano moldou a ação dos EUA durante a Primeira Guerra Mundial e, ao seu fim, durante as negociações da ordem pós-conflito.

No decorrer no Capítulo 03, por sua vez, serão exploradas as políticas externas dos governos Warren Harding, Calvin Coolidge e Herbert Hoover. Nesta seção pretende-se enfatizar como a busca por autonomia decisória e auto-preservação refletiram a crença no excepcionalismo e a propagação do *American dream* por meio de políticas ligadas ao combate à guerra e à difusão de práticas econômicas internacionais baseadas no princípio do “individualismo americano”.

No Capítulo 04 serão debatidos os governos de Franklin Roosevelt e parte da administração de Harry Truman, mostrando como, por meio da narrativa do excepcionalismo, o país recuperou a vitalidade econômica e consolidou-se, sob sua percepção, como uma “hegemonia benevolente”. Neste momento será analisada a participação americana ao longo da Segunda Guerra Mundial, no momento pós-conflito, com a consolidação da *Pax Americana* e, finalmente, durante a Doutrina da Contenção.

Na seção de Considerações Finais será realizado um balanço do percurso realizado pelo trabalho e dos períodos históricos anteriormente investigados. Serão reveladas as impressões derradeiras sobre a hipótese levantada pela pesquisa, serão sintetizadas as principais ideias oriundas do estudo e, claro, indicados possíveis desdobramentos para trabalhos futuros.

2. PREMISSAS TEÓRICAS: EXCEPCIONALISMO E POLÍTICA EXTERNA

America is more than a country— it is also an ideology.

(Lieven)

Diversas manifestações políticas e intelectuais destacam o caráter ‘excepcional’ dos EUA ao longo da história norte-americana. Apesar de corrente, no entanto, a expressão enfrenta, desde sua origem, uma espécie de “*definitional dilemma*”, como já mencionado na introdução deste trabalho.

Refletindo sobre o excepcionalismo, Lipset (1996) destacou, no clássico *American Exceptionalism: A Double-Edged Sword*, que se trata de um conceito sobretudo relacional, uma vez que supõe o contraste entre os EUA e os demais países do globo. Nas palavras do autor, ainda, este é um processo fundamental na análise política já que “é impossível entender um país sem ver como ele varia de outros” e que “aqueles que conhecem um só país não conhecem nenhum” (LIPSET, 1996, p. 17, tradução nossa).

Considerado um dos tópicos mais controversos da literatura especializada, o termo refere-se ao entendimento que os norte-americanos fazem a respeito de sua própria existência: a convicção de que os EUA são produto de uma trajetória histórica única e de que os estadunidenses são detentores de uma missão igualmente diferenciada no mundo (COX e STOKES, 2008).

Ao conceber o país como “singularmente sagrado” (SCHMIDT, 2006), seus valores são construídos, pela crença no excepcionalismo, como universais e potencialmente revolucionários, ao mesmo tempo em que este povo percebe-se como “particularmente escolhido” e o país é visto como “Israel do nosso tempo; a arca das liberdades do planeta” (LIEVEN, 2004, p. 33, tradução nossa).

Não à toa que, ao publicar *An American Dilemma* (1944), Gunnar Myrdal - que mais tarde venceria o Prêmio Nobel de Economia em parceria com Friedrich Hayek - popularizou o termo “*American creed*”. Em sua obra, o autor defende a ideia de que “[o]s norte-americanos têm em comum um *ethos* social, um credo político” (MYRDAL, 1996, p. 45, tradução nossa). Nas palavras de Lipset (1996, p. 73, tradução nossa),

nascido de uma revolução, os Estados Unidos são um país organizado ao redor de uma ideologia que inclui uma série de dogmas sobre a natureza de uma boa sociedade. O americanismo, como diversos autores já pontuaram, é um “ismo”, ou

uma ideologia tanto quanto o comunismo, o facismo ou o liberalismo também são “ismos”. Como apontou G. K. Chesterton: “a América é a única nação do mundo fundada sobre uma crença. Esta crença é estabelecida com lucidez dogmática e até mesmo teológica na Declaração de Independência [...]” [...] A ideologia revolucionária que se tornou o credo americano é o liberalismo em seu sentido dos séculos XVIII e XIX, distinto do Toryismo, do comunitarismo estadista, do mercantilismo, da cultura da monarquia e dos estados formados a partir da Igreja. [...] “Na Europa a nacionalidade está relacionada à comunidade, e assim alguém não pode tornar-se não-inglês ou não-sueco. **Ser uma americano, no entanto, envolve um compromisso ideológico.** Não é questão de nascença. Aqueles que rejeitam os valores americanos tornam-se não-americanos.

Apesar de parecer simples, no entanto, o conceito revela uma série de embates que merecem ser examinados com maior acuidade. A primeira das dificuldades relacionadas à esta expressão repousa no fato de que, ontologicamente, a literatura diverge quanto ao seu significado. Ao conceber os EUA como excepcionais, questionam-se os autores, pretende-se alegar que país é *melhor* ou que simplesmente é *diferente* dos demais Estados? (cf. ACHOR, 2012) Fazendo coro com a maior parte da bibliografia existente, esta pesquisa admite a segunda interpretação, embora reconheça que quando se trata da observação rigorosa do que pensam os americanos sobre o seu próprio país as duas leituras se confundam.

O segundo dilema refere-se às políticas implementadas em nome do excepcionalismo americano. Para alguns, ele corresponde a um mero discurso legitimador capaz de fazer cumprir qualquer medida imperialista dos EUA. Travestidos de valores supostamente universais, os norte-americanos utilizariam do discurso do excepcionalismo para transmitir uma imagem de “potência benevolente” quando, na verdade, estariam mascarando estratégias capazes de promover seus interesses egoístas no exterior (cf. KAGAN, 2006). Para outros, no extremo oposto, o conceito representaria simplesmente “um código para o internacinalismo liberal” que vê na experiência americana uma inspiração para um mundo de paz e prosperidade (cf. COX e STOKES, 2008).

Por fim, uma terceira dimensão - não necessariamente uma dificuldade ou um dilema, mas uma ressalva quanto ao excepcionalismo - remete ao alerta feito por Lipset (1996) quanto à necessidade de analisar a ideia como uma *double-edged sword* (faca de dois gumes). Isso significa que se por um lado tal visão enaltece a “força dos partidos políticos”, os “princípios organizativos” e as “instituições políticas” dos EUA, não pode ignorar ou anular, ao mesmo tempo, os traços negativos que caracterizam a sociedade americana, tais como “a desigualdade de renda”, “os altos índices de criminalidade”, “os baixos níveis de participação eleitoral” e “uma poderosa tendência de moralizar que às vezes beira a intolerância com

minorias políticas e étnicas” (LIPSET, 1996, p. 14, tradução nossa).

Feitas tais considerações, portanto, é crucial destacar que, apesar de reconhecer a existência destes debates e sua importância, esta pesquisa não pretende discutir o excepcionalismo da perspectiva moral ou problematizá-lo quanto às suas intenções políticas. Tampouco pretende avaliar as componentes positivas ou negativas associadas à esta ideia ou julgar a precisão deste *status* ao longo do período estudado.

Almeja-se aqui, ao invés disso, identificar a centralidade de tal crença e suas formas de manifestação durante o processo de consolidação dos Estados Unidos enquanto superpotência global. Por esta razão, inclusive, o presente capítulo faz-se necessário, já que nele pretende-se esclarecer o significado desta ideia, seu processo de formação e os elementos constitutivos dos quais deriva esta manifestação da identidade norte-americana. Feito isso, aspira-se, finalmente, tratar da relação entre fatores ideacionais e política externa, reforçando a percepção de que as ideias correspondem à variáveis intervenientes que “reduzem o número de alternativas aceitáveis” durante o desenho de uma ‘grande estratégia’ e que, como consequência disso, são responsáveis por “moldar a agenda” dos Estados (cf. GOLDSTEIN e KEOHANE, 1993).

2.1 Excepcionalismo: a construção de uma crença

A literatura, em geral, costuma admitir que o termo em questão - ‘excepcionalismo’ - foi utilizado pela primeira vez por Alexis de Tocqueville, filósofo político francês que, ao ser enviado à América para uma missão diplomática durante o século XIX, encantou-se com o funcionamento do sistema político do país. Isso ocorre porque no clássico *Da Democracia na América*, publicado em 1835, o pensador realçou que “a posição dos americanos [era] excepcional” e reconheceu que “[seria] possível acreditar que nenhum povo democrático jamais conseguir[ia] assemelhar-se a ele”. Na ocasião, Tocqueville (2009) enalteceu, como fatores exemplificadores da singularidade norte-americana, a geografia do país, seu sistema legal e judiciário e a moralidade característica daquela sociedade:

sua origem estritamente puritana - seus exclusivos hábitos comerciais - até mesmo o país em que habitam, que parece distrair suas mentes a partir do exercício da ciência, da literatura e das artes - a proximidade com a Europa, o que lhes permite negligenciar estas perseguições sem recair na barbárie - milhares de causas especiais de que eu só foi capaz de apontar o mais importante - singularmente concordaram em fixar a mente dos americanos sobre objetos puramente práticos. Suas paixões, seus desejos, sua educação, e tudo sobre ele parecem unir-se para desenhar o nativo

dos Estados Unidos em direção à Terra. Vamos deixar então para visualizar todas as nações democráticas sob a máscara do povo americano, e vamos tentar examiná-los longamente com suas próprias características adequadas (TOCQUEVILLE, 2009, p. 17, tradução nossa).

Apesar do simbolismo representado por esta obra, no entanto, registros denotam que mesmo antes da independência, quando as treze colônias americanas sequer haviam sido descobertas ou quando ainda respondiam à Corôa Britânica, declarações desta natureza já faziam parte daquele que se consolidaria, mais tarde, como parte do imaginário nacional estadunidense.

Para Greene (1993), autor de *The Intellectual Construction of America*, por exemplo, a construção do caráter excepcional da América teve início ainda na Europa já que “ao longo da Idade Média, os europeus haviam postulado a existência de um lugar - há um tempo para o leste, mas principalmente para o oeste de seu continente - isento da corrupção e das desvantagens do Velho Mundo”. Neste sentido, a descoberta do território americano “apenas [teria] intensificado a nostalgia relacionada à Era de Ouro e ao Paraíso Perdido” (GREENE, 1993, p. 25-26, tradução nossa).

Neste mesmo sentido, Greene (1993, p. 26;28, tradução nossa) relembra que mais de duas décadas antes da chegada de Colombo ao continente, em 1492, Thomas More já havia publicado *Utopia*, no qual concebia a existência de uma sociedade ideal inserida no Atlântico. Esta autor pertencia à uma corrente de escritores que “continuamente identificavam o sonho de uma sociedade perfeita na América e frequentemente localizavam suas ‘ilhas mágicas’, suas ‘Novas Atlântidas’, suas ‘Cidades ao Sol’ em algum lugar distante da Europa e na vizinhança da América”.

De modo semelhante, há que se considerar também que, em 1630, quando o navio *Arabella* deixou a Inglaterra rumo ao Novo Mundo, o puritano John Winthrop alertou seus companheiros de que a América seria como uma “cidade edificada sobre um monte” (“*a city upon a hill*”) em alusão à conhecida expressão utilizada por Jesus Cristo durante o Sermão da Montanha (FRIEDMAN, 2012).

Anos mais tarde, conquistada a Independência, Junqueira (2003, p. 165) lembra que os norte-americanos foram confrontados à necessidade de criar unidade entre as treze colônias distintas, que embora compartilhassem o mesmo idioma e mantivessem algum tipo de interação entre si, eram relativamente autonômas. Como destaca a autora, não seria fácil estabelecer uma identidade nacional na ausência de uma “figura aglutinadora” como um rei,

por exemplo. Ao refletir justamente sobre esta questão, portanto, é que Smith (1986, p. 127, tradução nossa) defende a ideia de que a narrativa do excepcionalismo ganhou destaque, neste momento, uma vez que o país “carecia dos fatores que frequentemente servem como fonte de coesão social”. Na ausência de outros elementos objetivos ou de uma “*ethnie*” dominante, então, é que, segundo Monten (2005, p. 125, tradução nossa), os EUA alicerçaram sua identidade “em termos cívicos e idealísticos”.

É possível destacar, neste contexto, também o papel desempenhado pelos chamados “pais fundadores da América”. Novak e Novak (2006), por exemplo, buscaram demonstrar, em sua obra, que George Washington acreditava que Deus era central para a fundação do país e que a causa americana era favorecida pela vontade divina. Curiosamente, os autores registram que, de acordo com a documentação disponível, existem ao menos 102 diferentes nomenclaturas pelas quais Washington referia-se a Deus e à Providência Divina durante seus pronunciamentos oficiais. Neste mesmo sentido, Anders Stephanson (1995) lembra que mesmo Thomas Jefferson, considerado deísta, serviu-se do discurso do “povo escolhido” em seu segundo *Inaugural Address*, de 04 de março de 1805, quando já era presidente do país. Ao evocar a ajuda do Criador, associou os EUA à Israel e atribuiu a prosperidade da nação à influência divina. Anos antes, em 1776, no panfleto revolucionário *Common Sense*, Thomas Paine também já havia enaltecido a América associando-a a “um farol de liberdade para o mundo”.

Ao evocar igualmente a figura divina no processo de formação desta nação cabe retomar também a passagem de *O federalista*, em que James Madison (2003, p. 173, tradução nossa) afirma que “é impossível ao homem de reflexão piedosa não perceber [na Constituição] um dedo do Todo-Poderoso, que assinaladamente e frequentemente tem auxiliado com o alívio [dos americanos] nas fases críticas da revolução”. Além disso, é importante lembrar que analisando a autobiografia de Benjamin Franklin, Madsen (1998, p. 36-37, tradução nossa) enquadra-o como um dos principais responsáveis por distanciar o conceito de excepcionalismo de suas origens religiosas e atribuir-lhe um sentido secular. Por esta razão, nas palavras da autora,

Franklin redefiniu, de modo poderoso, a missão Puritana: reformulando os termos do sucesso, em que a prosperidade material assumiu uma proeminência que não havia antes, em que as condições de vida para os americanos eram menos definidos em termos espirituais do que antes, em que a salvação coletiva da comunidade foi transformada em uma forma de governo que poderia proteger os direitos dos cidadãos. O que restou foi a percepção de que a América continuaria sendo julgada por outras nações do mundo para quem permaneceria sendo um modelo, um guia, uma medida. Além de uma guardiã dos direitos inalienáveis do homem, tão

recentemente consagrados na Constituição (MADSEN, 1998, p. 37-38, tradução nossa).

Anos mais tarde, já durante o século XIX, além da mencionada contribuição de Tocqueville, novas manifestações foram fundamentais para a consolidação do excepcionalismo enquanto ideia dominante da sociedade americana.

Entre 1801 e 1809, como já enunciado anteriormente, Thomas Jefferson ocupou a presidência dos EUA; algumas décadas depois, entre 1829 e 1837, foi a vez de Andrew Jackson. Nos dois governos, segundo Mead (2002), prevaleceram visões de mundo particularmente ligadas ao excepcionalismo. Não à toa, inclusive, estes presidentes passaram a servir de referência para designar duas das ‘tradições políticas’ propostas pelo autor em *The Special Providence*. De acordo com seu entendimento, tanto Jeffersonianos quanto Jacksonianos, cada uma à sua maneira,

acreditam que o patrimônio cultural, social e político dos Estados Unidos é um tesouro precioso a ser conservado, defendido, e transmitido às gerações futuras; eles celebram o que vêem como elementos únicos e singularmente valiosos da vida americana e acreditam que o objeto da política externa deveria ser defender esses valores em casa ao invés de estendê-los no exterior (MEAD, 2002, p. 175, tradução nossa).

Entre ambos, não se pode esquecer ainda, da passagem de James Monroe pelo poder. Responsável pela doutrina política que levou seu sobrenome, este corresponde a um momento histórico importante, pois revela a pré-disposição dos EUA em assumir a “gerência” do continente americano ao mesmo tempo em que reforça o desejo dos americanos de permanecer distantes dos valores e práticas do “Velho Mundo”.

No campo intelectual este também é o período de efervescência do pensamento de autores como Emerson, Hawthorne, Thoreau, Whitman e Melville, que - conforme lembra Madsen (1998, p. 70-71, tradução nossa) - também adotam a retórica do excepcionalismo em suas obras.

Em 1845, por sua vez, John O’Sullivan - o responsável por cunhar o termo “Destino Manifesto” - atribuiu aos americanos a missão de “estabelecer na terra a dignidade moral e a salvação do homem”. Neste mesmo sentido, discursando ao Congresso norte-americano em 01 de dezembro de 1862, Abraham Lincoln disse que os Estados Unidos representavam “a última esperança da Terra”. Em 1886, por fim, vale lembrar, o monumento *Liberty Enlightening the World*, popularmente conhecido como Estátua da Liberdade, foi instalado na

cidade de Nova York. Considerado, hoje, um dos mais expressivos símbolos nacionais dos EUA, ela foi entregue aos norte-americanos como presente da França pela abolição da escravidão e pelo fim da Guerra Civil, bem como em reconhecimento pelo governo democrático e pelas ideias iluministas que guiavam o país (MADSEN, 1998).

O romper do século XX trouxe, por sua vez, novos contornos à narrativa do excepcionalismo. Com Theodore Roosevelt, primeiro presidente desta era, o internacionalismo norte-americano ganhou impulso jamais verificado anteriormente. Além disso, em 1906, por exemplo, ao questionar-se sobre porque as classes operárias norte-americanas não sentiam-se atraídas pelo pensamento socialista, o sociólogo Werner Sombart concluiu que este fenômeno denunciava um conjunto de “idiosincrasias da cultura espiritual” daquele povo (MCDUGALL, 2012).

Anos depois, em 1929, ao ser informado pelo líder comunista Jay Lovestone de que o proletariado norte-americano não estava interessado na revolução, Stalin - o líder soviético em exercício - reagiu alegando que era preciso “acabar com a heresia do excepcionalismo americano”. A expressão ganhou, nesta ocasião, o sentido político que lhe cabe atualmente e foi, portanto, oficialmente cunhada nos termos hoje propagados (FRIEDMAN, 2012). Conforme os registros de McDougall (2012), portanto, o conceito - que foi fortemente disseminado pelos intelectuais de esquerda nos EUA nos anos 1930 - teve, mais tarde, na década de 1940, seu uso largamente ampliado, já que os EUA saíram da Segunda Guerra Mundial como a maior superpotência do planeta.

Como já mencionado anteriormente, não à toa, portanto, este trabalho pretende debater, ao longo dos próximos capítulos, a presença desta ideia justamente durante este momento de formação da hegemonia americana. Por ora, no entanto, cabe ainda destacar os elementos que compõem o excepcionalismo do ponto de vista teórico. A clareza sobre estes critérios será fundamental para mapear a presença desta crença ao longo do período a ser estudado adiante.

2.2 As fontes da crença no excepcionalismo

Conforme apresentado na seção anterior e, de acordo com a síntese proposta por Buzan (2004, p. 03, tradução nossa), a auto percepção dos norte-americanos quanto à sua própria existência busca “demarcar as qualidades que distinguem e diferenciam os EUA em relação a outros Estados”. Isto posto, cabe problematizar, agora, quais elementos constituem

tal crença.

A literatura especializada discute uma série de princípios que fundamentam o credo no excepcionalismo. Neste sentido, como alertou Fonseca (2007), admitem-se tanto interpretações seculares quanto religiosas.

No primeiro caso, são enfatizadas “as peculiaridades do modelo político democrático e liberal construído no país, por vezes advogando a necessidade de promovê-lo (e reproduzi-lo) mundo afora”. Além disso, “destaca-se a importância da história, as particularidades do sistema colonial inglês, a importância dos princípios da *Natural Law*, presentes tanto na Carta Magna quanto na Declaração de Independência norte-americana”. Em geral, tal leitura também “reitera a importância da geografia, a ocorrência de um “isolamento continental”, que permitiu ao país se desenvolver em uma redoma, isolado das ameaças e influências de outras nações” (FONSECA, 2007).

No segundo caso, “sublinha-se o papel especial da fé, dos valores morais e, ocasionalmente, de mitos “fundacionais” protestantes na formação de uma identidade nacional tipicamente norte-americana” (FONSECA, 2007).

As próximas seções pretendem explorar um pouco mais tais dimensões.

2.2.1 Interpretações seculares

Ao refletir sobre o tema do excepcionalismo, Cox e Stokes (2008, p. 25, tradução nossa, grifo nosso) sustentam que “a América é excepcional, tanto na prática quanto em percepção, porque mais do que qualquer outro Estado na história, o país incorporou e avançou uma visão ideológica que centra seu modo de vida na **liberdade**”.

Como bem pontuou Hartz em *The Liberal Tradition of America* (1991), o país diferencia-se da Europa, sobretudo, pela ausência de um passado feudal e de um pensamento marxista que tivesse sido capaz de impulsionar um levante revolucionário, já que - de acordo com esta leitura - não teria desenvolvido-se, na sociedade americana, um tipo de “consciência de classe” com força suficiente de promover rupturas marcantes. Retomando Tocqueville (2009), o autor relembra que o filosofia predominante no país é de que os americanos “nascem iguais, ao invés de tornarem-se iguais”. A igualdade, vale ressaltar, seria entendida, aqui, no sentido de igualdade de oportunidades. Como propõe a máxima que atribui-se a

Thomas Jefferson: buscar a própria felicidade, e ter a liberdade para fazê-lo, constituiriam um direito natural e inalienável de todos os indivíduos.

Não à toa, portanto, que Lipset - autor de outro clássico já referenciado anteriormente - trata do “credo americano” como um produto de cinco valores democráticos liberais tais como “liberdade, igualitarismo, individualismo, populismo, e laissez-faire”. Para ele, a identidade norte-americana, portanto, seria resultado “da ênfase conferida às relações sociais igualitárias, à ausência de uma demanda que os menores na ordem social devam deferência ostensiva para seus superiores, do destaque dado à meritocracia e da igualdade de oportunidade para que todos possam crescer economicamente e socialmente” (LIPSET, 1996, p. 53, tradução nossa).

Neste sentido, faz parte da construção desta sociedade também o anti-estadismo e o repúdio ao despotismo, conforme lembram Cox e Stokes (2008). À luz das chamadas ideias iluministas e da teoria de auto-governo proposta pela filosofia política de John Locke, Morinelli (2009) lembra que os norte-americanos aproveitaram do isolamento em relação à Europa, no início de sua história, para refletir e implementar novas formas de governo. Como resultado, foram responsáveis por fundar a república em sua concepção contemporânea, a democracia representativa e o estado federativo. Assim, “quando a República Americana foi fundada, como o país era ainda amplamente aberto e inexplorado [...] foi possível distanciar-se de tudo que consideravam velho e corrupto. Isso reforçou a crença de que eles eram diferentes e que estavam aptos a começar algo novo e melhor” (MORINELLI, 2009, p. 07, tradução nossa).

Documentos importantes do país, como a Declaração de Independência, a Constituição federal, as constituições estaduais e a *Bill of Rights*, por esta razão, codificam os valores liberais por meio da institucionalização dos direitos e liberdades civis, do estabelecimento da soberania popular, da limitação do governo via sistema de “checks and balances”, da democracia multi-partidária, da defesa da propriedade privada e do capitalismo de mercado, bem como do apreço conferido ao Estado de Direito e às cortes independentes, da liberdade religiosa e da separação entre Igreja e Estado (COX e STOKES, 2008).

Em termos de política externa, por sua vez, este sistema regula o engajamento externo do país na medida em que estabelece, por exemplo, a necessidade de que se atinja a maioria de dois terços do Senado para ratificar acordos internacionais. Neste sentido, a percepção de que os EUA correspondem a um país excepcional e que suas instituições e valores devem ser

preservados acima de tudo, faz com que os documentos mais básicos da nação enfatizem sua centenária tradição soberanista.

Indo ainda mais longe no que diz respeito aos impactos desta característica no relacionamento internacional dos EUA, Hartz (1991) adverte que em razão da tradição liberal a sociedade norte-americana tornou-se, pouco a pouco, intolerante ao “diferente”. Por esta razão, inclusive, o autor classifica como o grande desafio dos norte-americanos interagir com outros Estados considerados diferentes deles próprios, do ponto de vista ideológico.

Segundo essa perspectiva, [os norte-americanos] criaram não só uma sociedade única, mas um modelo de organização universal, que deveria ser seguido por todos; qualquer outra alternativa estaria caminhando na direção errada. Dentro dessa ordem de ideias, construíam um modelo de sociedade profundamente excludente: no plano doméstico eram excluídos índios, negros, católicos e imigrantes (iniciou-se depois da Independência a versão de que os Estados Unidos, a “América profunda”, era formada pelo homem branco, anglo-saxão e protestante), e tratava-se de uma sociedade excludente também no plano internacional, pois a idéia de povo e de sociedade exclusiva que montavam tornou difícil reconhecer culturas diferentes da cultura protestante (JUNQUEIRA, 2003, p. 167).

Fazendo coro à uma percepção análoga, Erica Resende (2012) afirma que a “outrocidade” é traço permanente da identidade nacional norte-americana. Neste sentido, as ideias de exclusão e pertencimento aparecem como figuras centrais para a delimitação do que é o “americano” e a “América”, já que apenas no contato com o exterior é que são construídas as relações de alteridade.

Uma vez pontuados estes elementos, cabe destacar, para além do liberalismo, outra interpretação secular que favorece a compreensão do excepcionalismo americano; esta vertente, por sua vez, repousa nas características geográficas e demográficas do país.

É sabido que os EUA correspondem à única potência do Norte que está separada de outras por dois enormes oceanos, o que lhes concede vantagem estratégica significativa. Em referência à tal circunstância, Walt (2005) chegou a resgatar uma famosa afirmação de Jules Jusseraud, embaixador francês, que dizia: “a América é abençoada entre as nações. Ao norte ela tem um vizinho fraco, ao sul outro vizinho fraco, ao lado leste, peixe, ao lado oeste, peixe”.

Do ponto de vista demográfico, por sua vez, o excepcionalismo manifesta-se na medida em que os americanos vêem a si mesmos como uma nação fundada por imigrantes de múltiplas nações, que tinham como principal objetivo a busca por uma condição de vida melhor do que aquela oferecida nos países de origem (MORINELLI, 2009).

Ao debater a formação da identidade cultural deste povo, por exemplo, o historiador Michael Lind (1995) propôs a tese das chamadas “três gerações americanas”. A primeira, designada por ele “anglo américa” diz respeito aos colonos do país e aos seus descendentes diretos, particularmente ingleses e escoceses. São brancos, protestantes e falam inglês. A segunda, chamada “euro américa”, teria sido produto de uma intensa onda migratória ocorrida entre 1800 e 1900. Englobaria indivíduos vindos da Europa, especialmente da Alemanha, Irlanda, Itália e do Leste Europeu. Diferente do grupo anterior, caracterizam-se por serem pobres, católicos e por não falarem inglês. A terceira geração, finalmente, denominada “global américa”, teria surgido, após os anos 1960, em função da reformas das leis imigratórias do país. Em função disso asiáticos, africanos e latino-americanos, além de refugiados de guerra teriam tido o acesso facilitado. Este grupo teria assimilado com facilidade as características do povo americano, embora “devido a facilidade de transporte e comunicação mantem muitos laços com seu local de origem”.

Indo mais longe, é possível destacar, ainda, uma última dimensão dentre as componentes seculares relacionadas ao excepcionalismo. Ao publicar *The Significance of the Frontier in American History*, o historiador Jackson Turner (1893) propôs que a formação da identidade nacional norte-americana poderia ser compreendida a partir da “experiência de fronteira” daquele país. Em termos simples, Turner “vai buscar a sua “comunidade imaginada” no passado americano dos pioneiros, na conquista do território americano de costa a costa e na marcha de leste a oeste” (MELLO e SOUZA, 2008).

De acordo com o autor, portanto,

a história americana tem sido em grande parte a história da colonização do Grande Oeste. A existência de uma área de terra livre, sua recessão contínua, e o avanço da colonização do oeste americano, explicam o desenvolvimento da América [...]. A peculiaridade das instituições americanas é o fato de que eles foram obrigados a se adaptar às mudanças de um povo em expansão [...] na conquista de uma infinidade [...]. O verdadeiro ponto de vista na história deste país não é a costa do Atlântico, é o Grande Oeste (TURNER, 1893, p. 31, tradução nossa).

Segundo Turner, uma vez empreendida esta jornada, a “conquista da fronteira” teria ultrapassado o sentido geográfico mais óbvio a partir de então. Passaria a representar, analogamente, a capacidade de auto-superar desafios por parte dos homens comuns. O desbravamento do “selvagem”, do “inóspito”, do chamado “*wilderness*”, portanto, teria estimulado este povo a agir, inovar, e enfrentar o desconhecido permanentemente. O “espírito empreendedor e corajoso”, como bem sintetizou Mello e Souza (2008), “representaria [neste

sentido] a síntese dos valores que unificam o imaginário norte-americano” - o que, naturalmente, faz com que este povo se sinta diferenciado em relação à outras sociedades que não passaram pela mesma experiência.

2.2.2 Interpretações religiosas

Além das leituras apresentadas na seção anterior, há quem considere, ainda, que o excepcionalismo americano encontra-se assentado, sobretudo, em bases religiosas. Autores como Webb (2004), chegam inclusive a sugerir o emprego do termo “providencialismo” para referir-se ao mesmo fenômeno. De acordo com Boorstin (1953), em *The Genius of American Politics*, portanto, é como se os norte-americanos acreditassem na naturalidade de seu excepcionalismo.

Conforme sumariza Fonseca (2007, p. 156), trata-se de uma narrativa construída a partir de mitos protestantes que acompanharam os primeiros colonos puritanos do país: ideias que remetem à “providência divina”, à “cidade na colina”, ao “povo escolhido” e à “missão na natureza selvagem”.

Como lembra Morinelli (2008), muitos colonos deixaram a Inglaterra, no início do século XVII, em busca de liberdade religiosa. Ao ser inundado por por calvinistas, batistas e principalmente puritanos, o “Novo Mundo” viu-se tomado pelo “senso messiânico” de que os EUA eram - nas palavras do já mencionado John Winthrop - “um lugar religiosamente especial”, “que iria inspirar e ajudar a liderar a humanidade para longe da maldade”.

As colônias da Nova Inglaterra, segundo essa visão puritana, eram vistas como se fossem um laboratório de Deus antes de ele estender todo seu pacto com o restante do mundo. Os flagelos impostos por Deus aos puritanos seriam representados, segundo eles, pelas guerras de redenção travada contra os nativos americanos, os quais, ao serem considerados pagãos, se constituiriam no elemento de alteridade a partir do qual os americanos definiriam sua identidade e sua missão. Ou seja, a ideia de “outro pagão” era fundamental à definição e consolidação do excepcionalismo americano. Assim, a natureza excepcional dos EUA seria definida por suas guerras sagradas, narrativa esta que, de certa forma, permanece sendo a estrutura básica de algumas das versões da história excepcionalista da república americana (HERNANDEZ e ROSA, 2011, p. 106).

Além disso, a fé teria sido importante para o fortalecimento do capitalismo (cf. WEBER, 2008) e da vida em comunidade (BELLAH, 1988), além de ter motivado diversos movimentos sociais importantes (como em favor do abolicionismo, durante o século XIX, por

exemplo). Neste mesmo sentido, mesmo em momentos quando os EUA eram pouco engajados internacionalmente, missionários norte-americanos eram ativos no exterior “provendo serviços como educação básica, serviços médicos e promovendo os direitos humanos” (MEAD, 2002, p. 141-147, tradução nossa).

Ao refletir sobre esta componente, Lipset (1996, p. 64, tradução nossa) cita Bellah (1970, p. 175) para lembrar que “enquanto a Europa é [vista como] o Egito; a América é [tida como] a terra prometida”. Assim, “Deus teria designado estas pessoas para estabelecer um novo tipo de ordem social que deveria jogar luz sobre todas as demais nações”. Nas palavras de Madsen (1998, p. 1-2), os puritanos teriam a função de fundar “*a redeemer nation*”.

Conforme sintetizou Junqueira (2003, p. 166), no século XVII, tais puritanos, chamados “os separatistas”, teriam cruzado o oceano “numa viagem difícil e a bordo de uma embarcação precária”, sempre colocando-se como um povo eleito. De acordo com os registros da autora, ainda,

referiam-se a si próprios como os novos hebreus que atravessavam o Atlântico em direção à Terra Prometida. Eles afirmavam que, tal qual o povo eleito do velho testamento bíblico, libertavam-se da tirania. Com uma diferença: agora se libertavam da tirania inglesa e das amarras da Igreja Anglicana que não lhes permitira exercer a sua fé religiosa como queriam. Segundo a historiadora Elise Marientras, atravessar o Oceano era uma espécie de travessia para um outro tempo, o tempo mítico, no qual o mundo começaria do zero, tendo o protestantismo como centro e o asceticismo moral como objetivo de uma vida virtuosa (JUNQUEIRA, 2003, p. 166).

Neste mesmo tocante, como bem resume Mateo (2011, p. 67)

a pedra angular desta narrativa sobre a origem puritana da América é a fundação de New Plymouth, onde hoje encontramos o estado de Massachusetts, em 11 de dezembro de 1620. Um grupo de peregrinos calvinistas ingleses, composto de 41 famílias, aportou na América sem pretensões de voltar a terra mãe que os maltratara, pelo contrário: diferentemente dos seus antecessores na América, os 102 colonos dessa missão não atravessaram o Atlântico movidos pelo desejo de enriquecer, encontrar novas oportunidades de vida, satisfazer anseios de aventura ou fugir das dificuldades na Inglaterra. Eles enfrentaram o oceano para criar o reino de Deus na Terra. (SILVA, 2009, p.74) Esta foi a tripulação que esteve a bordo do lendário Mayflower e invocou Deus como testemunha no pacto para criação da nova comunidade em terras americanas. Durante a travessia marítima, os fiéis se comprometeram com uma estruturação sociopolítica baseada em leis “justas e iguais” a partir dos ensinamentos da Igreja e da Bíblia. (SILVA, 2009, p. 75).

Não à toa que mesmo autores como Schlesinger (1992, p. 15), por exemplo, que reconhecem a existência dos fatores seculares como base do excepcionalismo, destacam a centralidade de sua dimensão religiosa. Ao tratar do providencialismo como uma “contratradução” que complementa de modo decisivo o “experimentalismo” dos pais

fundadores, ele identifica que, para os norte-americanos, “o fato de que Deus tivesse preservado os Estados Unidos por tanto tempo - até que a Reforma purificasse a Igreja, até que a invenção da imprensa divulgasse a Escrita entre o povo - era a indicação segura de que ele vinha reservando a nova terra para alguma demonstração final da sua graça”.

Diante destas características é possível compreender também as razões que fizeram da sociedade americana extremamente moralista. Como bem pontuou Lipset (1996, p. 225-226, tradução nossa), “controvérsias políticas e sociais são mais propensos, nos EUA, a serem percebidas como questões morais inegociáveis do que como conflitos de interesse material que podem ser comprometidos”.

Diferente do que ocorre em outros países igualmente industriais, boa parte das discussões relacionadas à contracepção, aborto e direitos dos homossexuais, por exemplo, estão acentadas em bases religiosas. Neste sentido, também sua política externa está permeada de um sentido de “missão”, de modo que o próprio engajamento dos Estados Unidos em conflitos externos tem sido, desde então, acompanhado de uma retórica que coloca o senso de “dever” a frente de razões materiais mais imediatas (LIPSET, 1996).

Tecidas tais considerações descritivas e teóricas sobre o excepcionalismo *per se*, na próxima seção será debatida a relação que se pode estabelecer, no marco das RI, entre ideias e política externa. Espera-se que, somando as duas dimensões, seja possível ter embasamento para as análises a serem realizadas nos próximos capítulos.

2.3 Ideias e Política Externa: consolidação do marco teórico

Refletindo sobre a sociedade americana, Huntington afirmou em *The Soldier and the State* (1957) que, enquanto tradição dominante, o liberalismo representaria, nos EUA, uma espécie de *ideological constant*, uma vez que se manifestaria em todo tipo de ação e escolha daquele povo. Ao trazer o debate para o campo das relações internacionais, por sua vez, este trabalho pretende - analogamente - atribuir tal sentido ao excepcionalismo, aqui entendido como peça central para compreender a formulação da política externa do país. Em face desta proposta, portanto, mais do que conhecer detalhadamente as componentes constitutivas e lógicas do excepcionalismo, é fundamental também esclarecer qual o parâmetro analítico embasará a discussão. Esta é a função deste item.

Muito antes de tornar-se uma discussão própria de Relações Internacionais, o embate entre correntes racionalistas e subjetivistas permeou áreas como a Filosofia e as Ciências Sociais, firmando-se como um dos grandes enfrentamentos ideológicos a se assentarem sobre o campo das humanidades. Não à toa é que de René Descartes⁵ a Herbert Simon⁶ tanto as motivações individuais quanto o processo de tomada de decisão passaram a compor o *hall* mais nobre dos estudos ligados ao comportamento social e político em geral.

Muito embora a discussão em torno dos fatores ideacionais seja ampla e perpassa diversas searas também da literatura específica, incluindo desde leituras realistas até análises pós-positivistas, em boa parte das vezes verifica-se que a preocupação central dos autores está apenas em reforçar a importância deste tipo de abordagem, escapando-lhes, conseqüentemente, uma dimensão analítica fundamental para a análise: a causalidade. Trata-se, para além de demonstrar a relevância dos fatores ideacionais, de desenvolver um método de averiguação que apresente instrumentos capazes de dimensionar como, efetivamente, elementos subjetivos são impressos aos planos de ação política. Neste sentido, interessam não apenas as fontes das ideias e as estruturas que as moldam, mas também o fato de funcionarem, muitas vezes, como “variáveis intervenientes entre poder/interesse e resultados políticos” (cf. JESUS, 2009).

Considerando, portanto, a necessidade de explorar tal ligação, esta pesquisa apega-se a reflexão proposta por Goldstein e Keohane (1993) em seu clássico *Ideas and Foreign Policy*. Nesta obra os autores discutem de que modo crenças mantidas por indivíduos ajudam a explicar os resultados políticos do Estado, particularmente aqueles relativos ao desenho de sua política externa. Tal publicação, deste modo, vai além de outras obras na medida em que busca discutir os efeitos das ideias, ou seja, *como* as ideias importam e não simplesmente *se* as ideias importam⁷.

⁵ Filósofo e pai da doutrina em prol do racionalismo lógico no período da Idade Média. De seu nome deriva a expressão “cartesiano”, para referir-se a processos lineares dotados de objetividade.

⁶ Criador do conceito de “racionalidade limitada”, o autor recebeu o prêmio Nobel de Economia 1978. Mesmo sem dedicar-se a questões cognitivas, sua proposição teórica visava substituir o paradigma clássico de que o processo decisório deveria ser pautado na racionalidade absoluta, uma vez que esta levaria necessariamente à maximização e otimização dos resultados. De acordo com sua percepção, a racionalidade humana encontrar-se-ia constantemente cerceada por fatores exógenos, como a falta de informações suficientes ou de tempo hábil, o que conduziria, segundo ele, à busca de resultados que fossem simplesmente suficientemente satisfatórios.

⁷ Outras leituras sobre a relação entre ideias e política externa podem ser encontradas tanto na literatura tradicional de Teoria de Relações Internacionais (MORGENTHAU, 1978; MARX, 2008; WENDT, 1992; ONUF, 1998; LAPID e KRATOCHWIL, 1996; WALKER, 1993; CAMPBELL, 1998 e HANSEN, 2006) quanto no campo de Análise de Política Externa (SNYDER et al, 1961; SPROUT e SPROUT, 1961; HOLSTI, 1962; BRECHER, 1972; JANIS, 1982; CARLSNAES, 1986; HUDSON, 2005; JERVIS, 1976; HERZ, 1994; GEORGE, 1979 e AXLRD, 1976). Tais abordagens variam ontológica e epistemologicamente e trabalham com interpretações bastante variadas em si. Apesar da riqueza explicativa que sugerem, no entanto, não são

Tal interpretação faz questão de destacar que, de modo algum, são as ideias, no lugar dos interesses materiais, que movem o mundo, mas - na linha weberiana - que ideias *tanto quanto* interesses têm importância na explicação das escolhas humanas (GOLDSTEIN e KEOHANE, 1993).

Ao citar um *paper* apresentado por Barry Buzan durante uma conferência anual da *International Studies Association*, inclusive, Fonseca (2007) faz coro à esta reflexão no que diz respeito à realidade norte-americana, em particular, ao dizer que o excepcionalismo “pode importar tanto quanto os interesses materiais que porventura conduzam o país a essa ou àquela posição”, já que, segundo o autor, ele é relevante

não apenas porque a reivindicação norte-americana a uma postura de superpotência repousa em sua posição social e cultural”, mas também porque a forma como o país determina seu comportamento internacional (o uso de persuasão em lugar de força, do soft power em lugar do hard power, etc) é definida não apenas em razão dos interesses em jogo, mas também da maneira como o país percebe a si mesmo, seu lugar no mundo, sua “missão (FONSECA, 2007).

Ao posicionarem sua abordagem em meio às demais tradições analíticas, Goldstein e Keohane (1993) constatarem que “os racionalistas explicam o comportamento dos decisores com base na ‘antecipação racional’ ou na ‘seleção natural’, [fazendo com que] no extremo, essa leitura veja ideias como simples ganchos [...] sem nenhum papel causal”.

Ao discordarem desta leitura, portanto, eles afirmam que, no limite, mesmo que os interesses sejam entendidos como logicamente formulados e anteriores a qualquer crença dos atores, não há como negar o papel das ideias, já que sua definição parte da percepção dos indivíduos visando atingir os seus fins. As ideias, portanto, ajudariam a ordenar o mundo moldando agendas e, porque não, alterando os resultados, uma vez que definiriam os parâmetros para a tomada de decisão (GOLDSTEIN e KEOHANE, 1993).

Neste mesmo sentido, Goldstein e Keohane (1993) também fazem questão de diferenciar seu pensamento das abordagens psicológicas e cognitivas. Apesar de reconhecerem a importância deste tipo de leitura, os autores destacam que estão mais preocupados com os *efeitos* das ideias do que com suas *fontes*. Este também é o caso da pesquisa que ora se apresenta.

Ao debruçarem-se com maior acuidade sobre o que são as “ideias”, portanto, Goldstein e Keohane (1993) distinguem-nas em três categorias. Para os autores,

exploradas neste pesquisa, uma vez que a análise aqui empreendida é favorecida pela abordagem de causalidade de Goldstein e Keohane (1993).

ideias servem para guiar o comportamento sobre condições de incerteza, para estipular padrões causais ou para proporcionar constrangimentos éticos e motivações morais para a ação. Ideias podem ser amplas ou limitadas; elas podem estipular o que é correto e o que é errado, propor novas visões sociais, ou simplesmente sugerir qual política econômica deverá guiar a nação para um aumento de seu bem-estar (GOLDSTEIN e KEOHANE, 1993, p. 09, tradução nossa).

No primeiro dos blocos enquadram as chamadas “visões de mundo” que, segundo eles, estão ligadas ao simbolismo da cultura e afetam a compreensão dos indivíduos sobre questões profundas como cosmologia, ontologia e ética. Consideradas o tipo ideacional que tem impacto mais amplo sobre a vida social, as visões de mundo estariam conectadas à concepção de identidade e envolveriam emoções e vínculos de lealdade (GOLDSTEIN e KEOHANE, 1993).

Na segunda categoria de ideias, por sua vez, os autores colocam as chamadas “crenças baseadas em princípios”. Neste caso, estão em pauta elementos normativos que definem critérios capazes de rotular “o certo”, “o errado”, “o justo” e o “injusto”. Geralmente justificados em termos de ideias mais amplas, elas encontram-se entre “visões de mundo” e “conclusões políticas particulares”, traduzindo doutrinas em guias para a ação humana. É importante lembrar que este tipo de ideia pode implicar, eventualmente, em guinadas morais e afastar-se de interesses exclusivamente materiais e de poder, como será notado em relação ao excepcionalismo mais adiante (GOLDSTEIN e KEOHANE, 1993).

Na última camada, finalmente, são pontuadas as “crenças causais”, ou seja, ideias que envolvem relações entre causa e efeito e da qual a legitimidade deriva, em geral, de autoridades reconhecidas como a ciência ou religião, por exemplo. Este tipo de crença é responsável por direcionar os indivíduos sobre como atingir os seus objetivos. Nas palavras dos autores, “crenças causais implicam em estratégias para a conquista de objetivos, por si só mensurados em função de “crenças baseadas em princípios” compartilhadas e compreendidas apenas no contexto de visões de mundo mais amplas” (GOLDSTEIN e KEOHANE, 1993).

Ao pensar sobre os impactos das ideias na política governamental, por sua vez, os autores sugerem três caminhos causais para explicar como ideias influenciam ações. São eles:

- quando funcionam como *roteiros* que afetam a percepção dos atores sobre seus objetivos e determinam a lógica a ser seguida em contextos de incerteza. Neste sentido, sugerem padrões e oferecem motivações (muitas vezes morais e éticas)

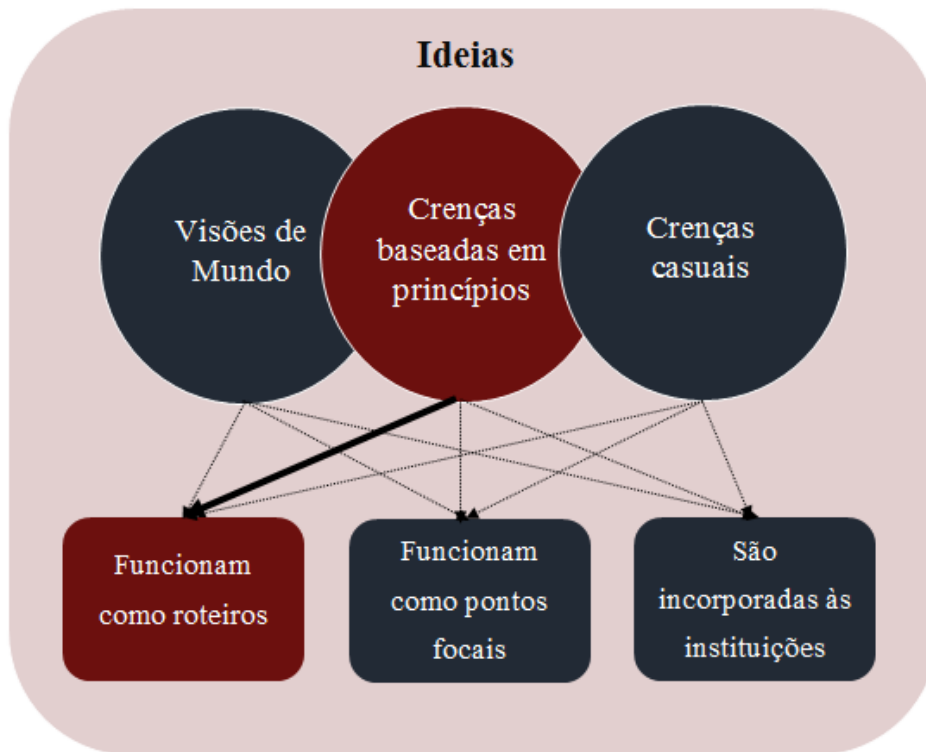
para as ações. Como disseram os autores “ideias podem ser amplas ou restritas; podem estipular o que é certo ou errado, prover novas visões sociais ou meramente sugerir qual política econômica conduzirá uma nação ao aumento do seu bem-estar”, o fato é que ao selecionar uma ideia, o ator desconsidera outras possibilidades de interpretação da realidade, ou, no mínimo, menospreza as demais alternativas (GOLDSTEIN e KEOHANE, 1993).

- quando funcionam como *pontos focais*, ou “colas”, afetando a capacidade de coordenação dos indivíduos para criar soluções eficientes em face de situações estratégicas em que não há um único equilíbrio. Em termos simples, isso que significa que, em face de um amplo leque de resultados viáveis, o papel das ideias é ajudar a selecionar determinadas estratégias que passam a ser depositárias de expectativas específicas (GOLDSTEIN e KEOHANE, 1993).
- quando são incorporadas às *instituições* políticas levando à alterações de agências administrativas, regras, normas e procedimentos de operação existentes, afetando, conseqüentemente, desenhos organizacionais pré-estabelecidos (GOLDSTEIN e KEOHANE, 1993).

Partido destas classificações, portanto, assume-se, neste estudo, que embora sirva-se eventualmente, de ideias causais e produza visões de mundo, o excepcionalismo corresponde, sobretudo, a uma *crença baseada em princípios*, no caso seculares e religiosos, como discutido ao longo da seção anterior. Ademais, é importante esclarecer que, por limitações de ordem prática, tal pesquisa pretende analisar a implicação desta ideia apenas a partir de seu impacto nos *roteiros decisórios*, a primeira das três opções apresentadas pelos autores, privando-se de uma discussão mais rigorosa no que tange a sua repercussão na coordenação de pontos focais ou na estruturação de instituições existentes.

A **Figura 01**, abaixo, busca sistematizar a proposição teórica dos autores.

Figura 1 – O modelo analítico de Goldstein e Keohane e o desenho da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

É verdade que uma série de desafios metodológicos são impostos quando o assunto é aplicar a leitura de Goldstein e Keohane (1993), a começar pelo fato de que os autores não descrevem os instrumentos pelos quais os fatores ideacionais podem ser percebidos e elencados. Ao terem proposto mais uma teoria do que uma metodologia propriamente dita, fica a critério de seus intérpretes lançar mão de ferramentas, como ou análises bibliográficas ou documentais, por exemplo, para denunciar sua presença. Neste mesmo sentido, como criticou Wendt (1999), os autores tão pouco exploram suas fontes e processos de constituição.

Apesar dos reconhecidos limites e críticas, no entanto, ao adotar como guia analítico as proposições supramencionadas, no entanto, este trabalho entende como vantagens desta abordagem, em primeiro lugar, o fato de que ela parece aceitar, com típica roupagem liberal, a ideia de que o comportamento da máquina do Estado pode ser entendido a partir do estudo rigoroso de suas engrenagens domésticas. Neste sentido, o Estado não é visto como uma unidade política que simplesmente “paira no ar”, mas como uma entidade que define suas preferências de acordo com aqueles que o compõe.

Em seguida, destaca-se também o fato de que tal vertente permite que ideias e fatores materiais dialoguem entre si e sejam vistos como fatores que constituem mutuamente o interesse nacional. Diferente das interpretações que advogam em favor de uma ou outra como forças motrizes exclusivas da ação humana, Goldstein e Keohane (1993) propõem uma espécie de resgate sociológico que as associa definitivamente.

Finalmente, como a apresentação da obra já sugeriu, a proposta destes autores trabalha com as relações causais que unem ideias e ações, método condizente com a estratégia perseguida pela pesquisa ora empreendida e fundamental para apoiar a hipótese então proposta.

3. EXCEPCIONALISMO E ENGAJAMENTO: A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA ENTRE 1917 E 1920

Todos os homens consideram os limites do seu campo de visão como os limites do mundo.

(Arthur Schopenhauer)

Uma vez reconhecidas as origens da crença no excepcionalismo, suas fontes e a possibilidade, do ponto de vista teórico, de utilizá-la como elemento de compreensão da política externa dos EUA, este capítulo pretende, por sua vez, investigar de que maneira tal ideia manifestou-se durante o governo Woodrow Wilson, quando, nas palavras de Kissinger (1994), o país teria sido inserido na chamada “arena da política mundial”.

Wilson assumiu a presidência em 1913, quando tinha 57 anos de idade e, durante seu governo, inaugurou-se no país - particularmente após 1917 - uma nova doutrina de política externa que ficaria conhecida por seu caráter “liberal internacionalista” (cf. NASSER, 2010).

É verdade que a literatura especializada costuma reconhecer Theodore Roosevelt como o primeiro dos “arquitetos da política externa” a incentivar a abertura do país a assuntos estrangeiros, bem como seu comprometimento internacional (cf. NASSER, 2010). Tido como o mais jovem presidente dos EUA, o republicano destacou-se, entre 1901 e 1909, em função da política que mais tarde seria batizada com seu próprio sobrenome, o chamado Corolário Roosevelt - um postulado que, associado a princípios da Doutrina Monroe e à diplomacia do “Big Stick” - oficializava a pré-disposição dos norte-americanos em intervir nos assuntos de outros países, particularmente da América Latina, a fim de “assegurar a ordem” e fazer cumprir quaisquer obrigações econômicas que pudessem ter assumido⁸.

Apesar da demonstração de ambição hemisférica e do indiscutível significado histórico representado por esta administração, no entanto, há um relativo consenso entre os estudiosos no sentido de admitir que apenas a partir de 1917, já sob o marco da Primeira

⁸ Em seu discurso do *State of the Union* dirigido ao Congresso norte-americano em 06 de dezembro de 1904, Roosevelt (1904) disse: “Any country whose people conduct themselves well can count upon our hearty friendship. If a nation shows that it knows how to act with reasonable efficiency and decency in social and political matters, if it keeps order and pays its obligations, it need fear no interference from the United States. Chronic wrongdoing, or an impotence which results in a general loosening of the ties of civilized society, may in America, as elsewhere, ultimately require intervention by some civilized nation, and in the Western Hemisphere the adherence of the United States to the Monroe Doctrine may force the United States, however reluctantly, in flagrant cases of such wrongdoing or impotence, to the exercise of an international police power”.

Guerra Mundial, que os EUA consolidaram efetivamente o caráter internacionalista de sua política externa. Neste sentido, ao decidir em favor da entrada do país no conflito, o governo de Woodrow Wilson teria sido responsável por inaugurar um novo paradigma da política externa americana: o chamado “idealismo wilsoniano”, como ficou conhecida sua doutrina, que contrapunha-se ao pragmatismo anteriormente empregado por Theodore Roosevelt (NASSER, 2010; KISSINGER, 1994).

No poder, Wilson privilegiou a agenda global dos EUA em detrimento de seus assuntos domésticos e, conforme apontou McDougall (1997, p. 126, tradução nossa), “pôde exercer poder e pregar princípios muito mais fora do que dentro do país”, além de, nas palavras de LaFeber (1994), ter investido em condutas de natureza ativista e intervencionista, valorizando o tom moralista em boa parte de seus discursos. Por compartilhar desta percepção, não à toa, esta pesquisa refere-se a este período como aquele que demarca o início do “engajamento” norte-americano nos assuntos internacionais.

Logo nos primeiros dias de governo, a “diplomacia missionária” na Ásia⁹ reverteu a “diplomacia do dólar”¹⁰ praticada anteriormente por William Taft e a chamada *Declaration of Policy in Regard to Latin America*, de março de 1913, denotou o recrudescimento do imperialismo progressista na região, especialmente no relacionamento com o México - com quem a administração de Wilson manteve um contato permanentemente instável - e no tratamento de países como Haiti e Nicarágua, que foram imediatamente nomeados protetorados militares dos EUA. Isso para não mencionar, no plano sistêmico, a estratégia para lidar com o conflito que assolava sobretudo o continente europeu e ansiava pelo envolvimento definitivo dos EUA, cuja participação contou com a política de neutralidade entre 1914 e 1917 com base no bordão “paz sem vitória” (cf. MCDUGALL, 1997).

Ao longo dos quase dez anos em que esteve a frente do governo americano, Woodrow Wilson conduziu uma política externa marcada pela força dos valores liberais e carregada de um sentimento missionário ancorado sobre a crença no excepcionalismo da América. Não à toa, o presidente chegou a incentivar a criação de uma ordem internacional baseada na democracia, na segurança coletiva e na autodeterminação dos povos - princípios domésticos tradicionalmente defendidos pela sociedade americana.

⁹ Conforme registrou McDougall (1997), o governo de Wilson declarava, neste sentido, sua intenção de “ajudar a China de uma maneira melhor”.

¹⁰ Cunhado originalmente pelo presidente Taft, no início do século XX, o termo “diplomacia do dólar” remete à estratégia dos EUA para promover os interesses norte-americanos na América Latina e Ásia por meio de empréstimos concedidos e do aprofundamento dos laços de dependência econômica entre os países.

Nas próximas seções, portanto, pretende-se debater - à luz das componentes clássicas do excepcionalismo - dois momentos centrais da política externa do governo Woodrow Wilson: a decisão de participar da Primeira Guerra Mundial e a proposta de reordenamento do mundo pós-conflito, com a negociação do Tratado de Versalhes.

3.1 1917: uma guerra pela democracia

Encerrando o período conhecido como “*Belle Époque*”, que estendia-se desde fins do século XIX na Europa, o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, possível herdeiro do Império Austro-Húngaro, deflagrou, em 1914, o estopim para o conflito que entraria para a história sob o estigma de Primeira Guerra Mundial. Contrapondo, de um lado, a chamada Tríplice Aliança - formada por Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália - e, de outro, a Tríplice Entente - composta por Rússia, França e Inglaterra -, o enfrentamento das potências europeias, que envolvia disputas imperialistas e alianças militares, representou o esgotamento definitivo do princípio de “Paz Armada” que havia vigorado no continente desde o Congresso de Viena, em 1815. Assim, ao mesmo tempo em que notava-se a ascensão paulatina de regimes autoritários na Europa e a intensificação da corrida armamentista entre os países, entrava em crise, naquele momento, o paradigma que havia visto no balanço de poder uma estratégia eficiente para inviabilizar conflitos.

Do outro lado do Atlântico, por sua vez, os EUA procuraram, enquanto fosse possível, não participar diretamente do confronto. Enquanto os europeus protagonizavam a guerra mais devastadora de que já se havia tido notícia, a realidade na América era particularmente outra. A intensa imigração do início do século havia levado à formação de grandes centros urbanos, ao mesmo tempo em que denotava-se o surgimento de movimentos socialistas, sindicais e feministas; questões novas e urgentes a serem administradas no país (KARNAL et al, 2007).

Além disso, difundiam-se, na sociedade americana, práticas que mais tarde caracterizariam o conceito de “darwinismo social”¹¹, que trata da crença de que a competição entre grupos de uma mesma sociedade conduziria tal sociedade naturalmente ao progresso, na medida em que os grupos mais fortes suplantariam os grupos considerados inferiores (KARNAL et at, 2007).

¹¹ Para mais informações sobre esta temática, recomenda-se a leitura de HOFSTADTER, 1992.

A estabilidade política e a prosperidade econômica, que fariam dos EUA a maior potência mundial ainda no final da mesma década - quando consolidaria-se o poder de Wall Street - inclusive, alimentavam o sentimento nacionalista daquele povo e, sem surpresa, a administração Wilson somava esforços no sentido de enaltecer as liberdades individuais de seus cidadãos dentro e, principalmente, fora do país.

Inúmeras ameaças e interesses de ordem material haviam clamado pelo engajamento dos EUA no decorrer dos primeiros três anos do conflito. Em 24 de março de 1916, por exemplo, um submarino alemão havia afundado uma embarcação francesa e ferido uma série de cidadãos norte-americanos. O episódio teve grande repercussão e fez com que até mesmo membros do gabinete como Robert Lansing, então Secretário de Estado dos EUA, e Edward Mandell House, diplomata, político e conselheiro presidencial, declarassem-se favoráveis à severas restrições contra os países do Eixo (cf. LAFEBER, 1994). No entanto, embora eventos desta natureza tenham feito com que a pressão interna crescesse sobre o governo democrata, e particularmente sobre o presidente Wilson¹², eles não foram suficientes para que os EUA intervissem; ao contrário disso, a administração seguiu propagando o discurso de que a paz apenas poderia ser alcançada por meio da neutralidade americana.

A observação atenta do processo que levou os EUA à guerra, na verdade, revela o desconforto contínuo de Woodrow Wilson em aceitar a participação dos americanos no combate. Entre 1914 e 1917, o que a literatura revela é a imagem de um presidente que insiste na conduta da neutralidade e que tenta liderar o que chamou de “paz sem vitória”, mesmo quando foi pressionado politicamente no plano doméstico ou ridicularizado mundo afora¹³ (LAFEBER, 1994).

Reeleito anos antes sob o bordão “*he kept us out of war*”, até fevereiro de 1917 Wilson ainda mantinha a mesma postura, chegando a dizer a seu gabinete que “provavelmente a verdadeira justiça apenas seria feita se o conflito terminasse com um empate” (cf. LAFEBER, 1994). Como bem lembrou McDougall (1997, p. 132, tradução nossa), nem mesmo o prejuízo causado ao comércio americano pareceu suficiente para conduzir os EUA à guerra. A decisão

¹² É importante lembrar que, no plano legislativo, a resistência de Wilson refletia a tentativa de administrar o racha existente entre um forte grupo anti-guerra encabeçado por progressistas como os senadores republicanos Robert La Follette e William Borah, e os críticos mais severos ao governo, Theodore Roosevelt e Henry Cabot Lodge, que pediam guerra desde 1915.

¹³ Os registros de LaFeber (1994) apontam que Wilson chegou a ser considerado “um pedante tentando mediar a guerra e manter a neutralidade”, neste período. Neste sentido, por exemplo, o britânico George Otto Trevelyan, chegou a dizer que era uma piada pedir, depois de três anos de conflito, que os dois lados abaixassem suas armas e simplesmente aceitassem aos princípios americanos; Anatole France, autor francês, por sua vez, afirmou que “paz sem vitória” era o mesmo que “pão sem fermento” ou “camelo sem corcunda”.

de enfrentar os campos de batalha teria envolvido, sobretudo, uma componente ideológica relacionada à maneira como os EUA percebiam seu papel no mundo. Neste sentido, a entrada dos americanos na Primeira Guerra só tornou-se realidade efetiva quando percebeu-se que princípios tipicamente defendidos pelo país, especialmente relacionados à tradição liberal, poderiam ser colocados em risco no plano internacional.

Diversos registros históricos revelam que, pessoalmente, Woodrow Wilson já havia sinalizado, desde jovem, a influência do pensamento liberal em sua formação. Quando ainda frequentava o colégio fora introduzido aos escritos de William Ewart Gladstone, antigo primeiro-ministro da Grã-Bretanha e político conhecido por sua conduta super liberal. Durante sua passagem pela faculdade de Direito, por sua vez, Wilson confirmou suas convicções ideológicas participando de clubes e jogos de guerra e, finalmente, quando adulto, em sua trajetória como cientista político, passou a defender a auto-regulação, a liberdade individual e o livre-mercado, empreendendo críticas severas contra grandes corporações, sindicatos e burocracias, conforme documentou McDougall (1997).

Ao tornar-se presidente dos EUA, por sua vez, ele representava, sem surpresa, “o pensamento liberal clássico do século XIX”, cujo discurso simplesmente havia incluído a componente internacionalista, como bem observou Nasser (2010). Ultrapassando características biográficas ou meramente pessoais, ele colocava-se como representante do homem médio americano e não à toa, ao refletir sobre os anseios da sociedade que espelhava, disse, em seu primeiro discurso inaugural, que a prioridade do governo estava em salvaguardar a propriedade e os direitos individuais do seu povo. Mais do que isso, para este governo, segundo ele, “o grande empreendimento dos novos tempos” era “elevar tudo que di[ssesse] respeito à vida da Nação à uma luz que brilhasse a partir da consciência de cada homem e da **visão do que é certo**” (WILSON, 1913, s/p, tradução nossa, grifo nosso)¹⁴.

De acordo com Widmer (2008) Wilson entendia mais da História americana do que qualquer um de seus antecessores. Profundo conhecedor do momento de fundação dos EUA e particularmente do pensamento de Jefferson e Hamilton, propagou, sem surpresa, portanto, a ideia de que “a expansão continental [poderia] ser alcançada pelo comércio em vez de políticas militaristas”. Por esta razão parecia razoável ao governo americano propor que

¹⁴ Anos a frente, entre outros episódios que demarcaram a visão liberal americana, destaca-se na literatura, também, a indignação de Wilson diante da tentativa, por parte do Congresso, de proibir que os americanos viajassem em navios beligerantes durante a Primeira Guerra. Na ocasião, o presidente fez o que pode para derrubar a medida e reforçou a mensagem de que o direito de locomoção era um bem inalienável que não deveria ser usurpado pelo Estado (LAFEBER, 1994).

apenas guerras defensivas fossem toleradas; e não à toa pôde-se falar, na mesma época, na abolição completa do *jus bellum* (NASSER, 2010, p. 155).

Navios mercantes dos EUA estavam sendo sistematicamente afundados e um telegrama interceptado pela inteligência britânica anunciava que os alemães consideravam a possibilidade de estabelecer um alinhamento com os vizinhos mexicanos visando ajudá-los a recuperar a região do Texas e da Califórnia (LAFEBER, 1994). Em janeiro de 1917, submarinos alemães de guerra haviam se espalhado por toda parte, e o governo tinha sinais claros de que “estava ocorrendo uma alteração no equilíbrio de poder desfavorável aos EUA, pois, à medida que a Primeira Guerra Mundial avançava, crescia a possibilidade de uma vitória alemã” (PECEQUILO, 2005). A Alemanha já era a segunda maior potência do planeta e a possível conquista da Europa representava uma ameaça aos EUA não apenas em função do poder acumulado, mas em termos de sistema político e social que propagava. A ameaça percebida em relação aos seus valores e estruturas constitutivas, fez com que, para os americanos, a guerra se tornasse uma reação em defesa daquilo que eles próprios representavam.

Pressionado pelas novas circunstâncias, portanto, o governo americano reconsiderou, no decorrer de 1917, aquele que entendia como o papel dos EUA no mundo. Logo, em 2 de abril do mesmo ano, o presidente pediu ao Congresso que declarasse a guerra. O pedido foi acolhido imediatamente tanto no Senado quanto na Casa dos Representantes, cuja votação somou oitenta e dois votos contra seis no primeiro e trezentos e setenta e três contra cinquenta na segunda (LAFEBER, 1994).

Em termos práticos, portanto, nota-se que Wilson aceitou mandar quase dois milhões de soldados para os campos de batalha apenas quando novas condições estruturais passaram a conspirar diretamente contra os valores defendidos pelo país e, igualmente, quando passaram a afetar diretamente aqueles que eram identificados como os interesses norte-americanos a serem preservados.

Ao declarar a participação do país na guerra, o presidente chegou a dizer que “os Estados Unidos estavam entrando em um conflito banhado de sangue não pela bondade de seu coração, não por mero idealismo, mas para proteger seu próprio interesse”, que confundia-se, na prática, com a crença do país em agir como guardiões da democracia mundo afora (MCDUGALL, 1997, p. 294, tradução nossa).

Estas eram marcas claras da crença no excepcionalismo e sempre estiveram presentes ao longo do período wilsoniano. Em seu discurso inaugural de 1917, o presidente havia reforçado que os americanos apenas seriam de fato americanos se permanecessem fiéis aos princípios sob os quais a sociedade havia sido criada. Princípios que, para ele, “**representavam a esperança de uma humanidade libertada**”. De acordo com sua fala, os EUA tinham como missão, em tempos de paz ou guerra, garantir a conquista e manutenção do direito de todas as nações à paz e à estabilidade política. Defendeu, na ocasião, princípios como igualdade e liberdade. Insinuou, ainda, que os armamentos nacionais deveriam ser limitados às necessidades de conservação da ordem nacional e da segurança doméstica (WILSON, 1917a, s/p, tradução nossa, grifo nosso).

Apesar da extensa lista, a mensagem do presidente tinha destino certo. Aos cidadãos, ele disse “eu não preciso discutir estes princípios com vocês, meus caros conterrâneos; eles são uma parte e uma parcela do seu próprio pensamento e da sua própria motivação nos relacionamentos”. Ao fim do discurso, por sua vez, avisou “estamos sendo forjados em meio a uma nova unidade de incêndios que agora chamejam todo o mundo” e anunciou

em seu calor ardente nós vamos, **na providência de Deus**, esperaremos, ser purgados de facção e divisão, **purificados dos humores errantes** do partido e do interesse privado, e nós permaneceremos nos dias que estão por vir, com uma nova dignidade do orgulho e do espírito nacional (WILSON, 1917a, s/p, tradução nossa, grifo nosso).

Ao ingressar no conflito, vale lembrar ainda que o governo apegou-se ao argumento de que os EUA não se tornariam um mero ator beligerante, mas o mediador de uma “**paz justa**”; uma potência “Associada, mas não Aliada”, como fez questão de destacar o presidente; eles seriam os líderes excepcionais responsáveis por fundar “uma associação universal de nações” (cf. LAFEBER, 1994). A componente ideacional era reforçada a cada oportunidade. Nas palavras de Wilson, em tempos de guerra, “a propriedade poderia ser paga, [enquanto] a vida das pessoas pacíficas e inocentes não poderia ser”. “A guerra submarina alemã não era contra o comércio, era uma **guerra contra a humanidade**”, reforçavam os americanos. Por essa razão, a motivação da América para a guerra não era, segundo o presidente, “a vingança ou a afirmação vitoriosa da força física de seu país”, mas “o direito à reivindicação dos direitos, direitos humanos, dos quais os **EUA eram o único campeão**” (WILSON, 1917a, s/p, tradução nossa, grifo nosso).

Ao refletir sobre o naufrágio de navios americanos, por exemplo, Wilson chegou a dizer que era “incapaz de acreditar que tais coisas de fato poderiam ser feitas por qualquer governo que até então tinha aceitado as práticas humanas de **nações civilizadas**”. Não à toa, completou:

Estamos aceitando este desafio de propósito hostil [participar do conflito, no caso], pois sabemos que, em tal governo [alemão], seguindo tais métodos, nós nunca poderemos ter um amigo, e que, na presença do seu poder organizado sempre à espreita para realizar não sabemos que fim, não pode haver segurança garantida para os governos democráticos do mundo. Estamos agora prestes a aceitar a batalha com este inimigo natural liberdade e, se necessário, passar toda a força da nação para verificar e anular suas pretensões e seu poder (WILSON, 1917a, s/p, tradução nossa).

Fazendo eco à teoria de Louis Hartz (1991) sobre a tradição liberal que foi apresentada no capítulo anterior, portanto, princípios eram aqui inegociáveis e sobrepunha-se a qualquer decisão estratégica do país a crença de que lhes cabia um engajamento que promovesse os valores que lhes haviam conduzido à prosperidade. Por esta razão, ao incluir os EUA na Primeira Guerra Mundial, é importante demarcar que o presidente iniciava, para além do combate em si, também um espécie de cruzada cujo objetivo era, em suas palavras, “**fazer do mundo um lugar seguro para a democracia**” (WILSON, 1917a, s/p, tradução nossa, grifo nosso). Indo mais longe, “a **moralidade** e não a **conveniência** deveriam guiar todas as políticas dos EUA”, segundo o porta voz da nação.

Nas palavras de Frederick Calhoun (1993), o governo Wilson “não mostrava nenhuma aversão à luta se os fins justificam os meios”. Conforme havia dito em um discurso para a academia naval anos antes de ingressar no conflito, enquanto outras nações utilizavam a força para “a opressão da humanidade e seu próprio engrandecimento”, os EUA apenas usariam a força “pela **elevação do espírito e da raça humana**” (WILSON, 1914, s/p, tradução nossa, grifo nosso). Assim, entendia-se que

os eternos princípios de liberdade, escolha, e paz estavam sendo irremediavelmente ameaçados pelos impérios que professavam nenhum amor por essas características americanas. Se esses princípios não podem ser mostrados para serem eficazes através do exemplo da diplomacia dos EUA, ele implicou, então eles seriam mostrados eficaz através do uso de munições norte-americanas (LORICK, 2011, p. 07, tradução nossa).

Ao optar por uma espécie de “engajamento missionário”, portanto, o wilsonismo não apenas condenava a imoralidade da *realpolitik* alegando que a política do poder violava princípios como a democracia e a auto-determinação dos povos, como falava também em

“esperança coletiva internacional” e advogava em favor da “diplomacia aberta”, contrapondo-se à “diplomacia secreta” praticada amplamente até então. Ao mesmo tempo, esta tradição colocava entre suas principais aspirações ideológicas “a rejeição explícita do imperialismo militar, das monarquias absolutistas, das alianças baseadas exclusivamente em interesses, do protecionismo e de outras políticas restritivas e nacionalistas” (NASSER, 2010, p. 155).

O discurso oficial do governo apegava-se à importância da manutenção do “Estado de Direito” mesmo em tempos de hostilidade, reforçando a centralidade dos princípios democráticos. Conforme notou Lorick (2011, tradução nossa, grifo nosso) trazia consigo “uma lista de **erros** cometidos pela Alemanha tanto contra os Estados Unidos quanto o resto do mundo e explicava por que o povo americano, e não o governo dos EUA ou de qualquer outro de seus corpos, eram obrigados a entrar em cena”.

Resgatando parte do pensamento de Norman Angell (2002), que na primeira década do século havia falado em “defesa psicológica da paz”¹⁵, o idealismo wilsoniano referia-se ao equilíbrio de poder tradicionalmente praticado na Europa como “a velha ordem perniciosa que havia prevalecido antes da guerra” (WILSON apud BAKER e DODD, 1927, p. 182-183, tradução nossa). De modo propositivo, tal vertente de pensamento entendia que a paz apenas poderia ser alcançada com base na cooperação e na harmonização de interesses entre os Estados, que deveriam pautar seu comportamento no livre-comércio, na democracia e no respeito ao direito internacional.

Reconhecido leitor de Bertrand Russell, teórico substancialista e conhecido líder pacifista na Primeira Guerra, o presidente americano compartilhava a percepção de que “os interesses das democracias, em oposição aos das elites das classes dominantes, jamais poderiam conflitar com os interesses da humanidade”. Neste mesmo sentido, a visão política do wilsonismo convergia com boa parte das crenças disseminadas por outros pensadores idealistas da mesma época, como Elihu Root, ex-secretário de Estado e chefe do Departamento da Guerra de Theodore Roosevelt, que, curiosamente, havia atuado como opositor político de Wilson nos tempos da neutralidade (MCDOUGALL, 1997; NASSER, 2010).

Do republicano vencedor um prêmio Nobel da Paz de 1912, compartilhava-se a ideia de que democracias estimulariam a chamada “diplomacia popular”, e que a exemplo das

¹⁵ Em sua obra, Angell (2002) sugere que o homem seja motivo por questões fundamentalmente econômicas e propõe que, ao difundir que as guerras são demasiado custosas e economicamente ineficientes a tendência é que sejam abandonadas.

sociedades humanas, incentivariam os Estados a orientar suas políticas a partir de normas e obrigações que fossem capazes de garantir a sobrevivência comunitária (ROOT, 1922).

Reforçando a tradição liberal que tomava conta da política externa no período em questão, Root (1922, p. 482, tradução nossa) chegou a postular que “quando as políticas externas eram governadas por autocracias ou oligarquias, o perigo de que uma guerra ocorresse encontrava-se em um propósito sinistro. Já quando eram governadas por democracias, o perigo se encontrava apenas em crenças equivocadas”.

O tipo de discurso que precedeu a entrada dos EUA no conflito mundial, em 1917, trazia exatamente esta mensagem. Nele, Wilson dizia que, ao declarar guerra contra a Alemanha, sua intenção era de “**acabar com governos autocráticos** sustentados pela força organizada e controlados inteiramente por sua própria vontade e não pela vontade do povo” (cf. LAFEBER, 1994, grifo nosso). Tentando fundamentar a ideia de que a guerra era contra um seletivo grupo de “parasitários do poder” e não contra uma sociedade *per se*, Wilson alegou ainda, na ocasião, que o sentimento pelo povo alemão era de “simpatia e amizade”. De acordo com esta concepção, portanto, apenas quando o Kaiser, por exemplo, fosse destruído, seria possível estabelecer um novo sistema político mais inclusivo e, por que não, menos hostil: a democracia; somente dali por diante que a guerra não mais seria uma ameaça (cf. LAFEBER, 1994). Em resumo, a retórica que acompanhava a intervenção americana na Primeira Guerra estava amparada em crenças fortes: tratava-se, antes de tudo, de lutar contra a tirania uma vez mais, tanto quanto os americanos já haviam feito durante sua Independência, contra a Grã-Bretanha, e posteriormente, contra a Espanha sobre Cuba. A tirania, pela ótica estadunidense, era vista como imoral, errada e ameaçadora.

No *State of the Union* de 04 de dezembro de 1917, Wilson disse que, ao enfrentar os campos de batalha, o governo estava simplesmente agindo como porta-voz do povo americano. Segundo ele, a sociedade “deseja[va] a paz, **a superação do mal** por meio da derrota, de uma vez por todas, das **forças sinistras** que a interrompem e a tornam impossível”. Resumiu o poder alemão a uma soma de “intriga” e “força” e classificou tal condição como “**algo sem consciência ou honra**” que, em suas palavras, “deveria ser esmagada” (WILSON, 1917c, s/p, tradução nossa, grifo nosso). De acordo com esta percepção, ainda, a Alemanha apenas estaria completamente derrotada e o caminho da paz estaria aberto quando “o povo alemão tivesse porta-vozes cuja palavra se pudesse acreditar e quando esses porta-vozes estivessem prontos, em nome de seu povo, a aceitar o julgamento comum das nações, com base bases na lei”. Neste momento, portanto, os EUA “estariam

dispostos e contentes de pagar o preço total para a paz”, segundo seus representantes (WILSON, 1917c, s/p, tradução nossa).

De acordo com Kissinger (1994, p. 222, tradução nossa), portanto, a grande estratégia de Woodrow Wilson assumia que, por definição, nações democráticas eram pacíficas e que ao assegurar aos povos seu direito a auto-determinação, não haveria razões para que qualquer sociedade oprimisse outras. Segundo a expectativa do idealismo wilsoniano, diz o autor, “na medida em que todos os indivíduos do planeta tivessem provado das bênçãos trazidas pela paz e pela democracia, eles certamente iriam erguer-se para defender os seus ganhos”. Estes eram os primeiros contornos de uma doutrina que, mais tarde, se acomodaria sob o nome de “teoria da paz democrática”. Amplamente explorada ao longo do século XX e XXI por políticos e intelectuais, como Doyle (1986) e Owen (1994), sua proposição básica é a de que democracias simplesmente não fazem guerra entre si.

Tal idealismo, portanto, estava ancorado sobre a crença de que os EUA correspondiam a uma nação particularmente distinta do resto do mundo graças aos seus valores e princípios. Acreditava-se, por esta razão, que “**a força da América era a força do princípio moral**” e difundia-se a ideia de que “**a América deve[ria] servir à humanidade**” (WILSON, 1914, s/p, tradução nossa, grifo nosso). O excepcionalismo norte-americano, neste contexto, manifestava-se não apenas pela defesa deliberada da democracia e da liberdade, mas também porque as decisões do país estariam, sob sua própria ótica, motivadas pelo desejo altruísta de conduzir à paz, sobretudo, guiados pela moralidade cristã. Nas palavras que encerraram a declaração formal da guerra os americanos foram explícitos: “pela defesa da democracia e da liberdade podemos dedicar nossas vidas e fortunas, tudo o que somos e tudo o que temos, com o orgulho de quem sabe que chegou o dia em que a América tem o privilégio de passar o seu sangue e sua força para os princípios de seu nascimento e felicidade e a paz que ela guardava”. “**Ao lado de Deus**”, ninguém seria contra ela, disse o presidente (WILSON, 1917b, s/p, tradução nossa, grifo nosso).

3.2 Versalhes e a tentativa de construção de uma nova ordem mundial

Para além da declaração de guerra em 1917, a política externa do governo Wilson teve, também no momento pós-conflito, outra clara manifestação da crença no excepcionalismo norte-americano em política externa. Defender a superioridade da

democracia e apropriar-se do discurso moralista cristão para tratar das relações internacionais do país era apenas o primeiro passo para que, em seguida, os EUA fossem colocados como a peça-chave da construção de uma nova ordem mundial. Conforme notou Lorick (2011, p. 59, tradução nossa), “o governo de Wilson deixou claro [mesmo antes de que o conflito fosse encerrado] que a nação faria tudo que fosse necessário para garantir que quando a paz retornasse, ela estivesse no centro da mesa de negociações decidindo exatamente como tal paz seria definida”.

Conforme relatou Vizontini (2006), com a guerra haviam morrido mais de oito milhões de combatentes, cerca de nove milhões de civis, além das vinte milhões de pessoas que foram acometidas pela invalidez. Tratava-se de um conflito em que “o número de soldados mortos foi o dobro dos que pereceram em todas as guerras dos 125 anos anteriores (desde a Revolução Francesa, inclusive)”, e em que milhões de refugiados encontravam-se desamparados. A Inglaterra havia gastado 35% de sua riqueza nacional, a Alemanha 24% e a França, o Império Austro-Húngaro e a Itália 20% cada.

Com o armistício assinado em 11 de novembro de 1918, portanto, prevalecia uma nova dúvida: “na medida em que a velha ordem fosse destruída, o que iria substituí-la?”

Conforme lembra Herring (2008, p. 439, tradução nossa),

a única nação exceto o Japão a se beneficiar da Grande Guerra, os Estados Unidos emergiram inquestionavelmente como a maior potência econômica do mundo. A população aumentou 30% entre 1900 e 1920 ultrapassando mais de 106 milhões de pessoas. Os EUA eram o maior produtor agrícola e de manufatura durante os anos 1920, produzindo mais bens industriais do que as próximas seis potências combinadas. Além disso, a guerra solidificou a posição da nação como credora. Era o líder do poder financeiro global e tinha uma grande reserva em ouro. Sua produtividade, bem-estar, e padrão de vida eram a inveja das pessoas pelo mundo afora.

Para Smith (2002, tradução nossa), além dos recursos materiais evidentes, a intenção americana de exercer uma liderança baseada nos princípios liberais já havia sido demonstrada na América Latina durante a intervenção praticada pelo país na Revolução Mexicana de 1914 e ao longo das ocupações realizadas em diversos países da região, entre as quais a mais ambiciosa foi a da República Dominicana em 1916, além claro, do envolvimento no conflito europeu em 1917. Apesar disso, tal estratégia apenas tomou dimensões mais gerais na medida em que os americanos apresentaram um plano na Conferência de Paz realizada em Paris no ano de 1919.

Como é conhecido, o governo Wilson “tinha a esperança de alcançar um novo mundo por meio da auto-determinação, do livre-comércio, e de uma liga de nações que deveria ser capaz de prever e fazer ajustes necessários em um mecanismo incômodo da política de poder global” na Conferência em questão (LAFEBER, 1994, p. 313, tradução nossa).

Conforme observou Pecequilo (2005) Wilson foi o primeiro arquiteto da política externa a incluir na agenda internacional do país a tarefa de construir uma ordem mundial essencialmente ancorada sob os valores americanos. Para Lang (2012), portanto, o excepcionalismo não estaria manifesto aqui como havia aparecido no passado, ou seja, por meio da tentativa de colocar os EUA simplesmente como “*a model republic*” ou por meio de políticas que divulgassem a nação como um “*trustee of civilization*”; tratava-se da tentativa de olhar para os EUA como “*the world’s universal nation*”.

Anos antes, em setembro de 1916, Wilson já havia dito ao seu partido que, nas relações exteriores, o país “era guiado por princípios claramente concebidos e sob os quais havia vivido consistentemente até aquele momento”. Segundo ele, ainda, tais princípios eram “simples, óbvios, facilmente declarados e fundamentais para os ideais americanos” (WILSON, 1916, s/p, tradução nossa). De acordo com a interpretação de Lorick (2011, p. 59, tradução nossa), portanto, “ele sugeria que aquilo que o mundo estava vendo e veria ainda mais no futuro, seria a política doméstica tornando-se global”.

Ao afirmar, portanto, que a Primeira Guerra Mundial havia sido “um sintoma claro da necessidade de abandonar a “velha e demoníaca ordem mundial” (NASSER, 2010, p. 128), o governo americano propôs, ao seu fim, uma nova gama de leis e instituições que propagassem valores como “a transparência, liberdade e igualdade comerciais” (PECEQUILO, 2005).

Embora tais ideias estivessem presentes de modo difuso em uma série de manifestações anteriores, a visão do mundo pós-guerra foi sistematizada no discurso proferido ao Congresso em 8 de janeiro de 1918, quando Wilson apresentou seus famosos “14 pontos”. A variedade de temas presentes em sua fala era grande e o prazo para atingir a cada um dos objetivos igualmente diferia. Entre eles estavam, por exemplo, a ideia de “construir a paz ancorada na ampla democracia”, a defesa da diplomacia aberta, a preservação da liberdade dos mares, o combate ao protecionismo comercial, a redução dos acervos militares e a sustentação do direito de auto-determinação, além de questões pontuais do conflito recém encerrado; como a restauração da Bélgica e da Ausácia Lorena, a evacuação do território Russo e dos Balcãs e o reajuste das fronteiras italianas, por exemplo (WILSON, 1918).

Para além do óbvio, porém, a maior inovação proposta pelo wilsonismo estava subentendida em seu último item, que falava na “criação de uma associação geral sob pactos específicos para o propósito de fornecer garantias mútuas de independência política e integridade territorial dos grandes e pequenos Estados” (WILSON, 1918, s/p, tradução nossa).

Esta mesma convicção já havia sido compartilhada pelo presidente antes mesmo do início do conflito armado. Em registros de Kurt Wimer, por exemplo, há relatos de que em 01 de agosto de 1914 Wilson teria dito ao seu cunhado, em conversa informal, que “os princípios que deveriam guiar o futuro deveriam ser: o fim dos ganhos territoriais alcançados por meio da conquista; igualdade de direitos para países pequenos; controle governamental de produção armamentícia; e uma associação de nações em torno da qual seria assegurada a integridade territorial de todos” (WIMER, 1982 *apud* MCDUGALL, 1997, p. 132, tradução nossa). Apesar disso, foi apenas em 1918 que tais impressões foram formalizadas em um plano de ação comandado pelo país.

No discurso de 1918, Wilson reforçou que a resiliência americana, bem com a capacidade do país em garantir a contínua modernização e progresso tornavam os EUA aptos a erigir as novas estruturas de governança. Lembrou que os americanos tinham decidido participar do conflito porque “as violações de direitos haviam tornado a vida do seu povo impossível enquanto não fossem corrigidos e o mundo assegurado de uma vez por todas contra a sua recorrência”. Os EUA, portanto, não estavam pleiteando nada peculiar para eles próprios, mas contribuindo para criar uma comunidade “feita em forma e segura para se viver em” (WILSON, 1918, s/p, tradução nossa). Retomando o padrão retórico já estabelecido anteriormente, Wilson encerrou sua fala dizendo que

o povo dos Estados Unidos não poderia agir de acordo com nenhum outro princípio, e para a defesa deste princípio eles estão prontos para dedicar a sua vida, sua honra e tudo o que eles possuem. O clímax moral dessa culminante e última **guerra pela liberdade humana** veio, e eles estão prontos para colocar a sua própria força, sua própria finalidade maior, a sua própria integridade e devoção à prova (WILSON, 1918, s/p, tradução nossa).

De acordo com Kissinger (1994, p. 227, tradução nossa), o presidente estava basicamente defendendo a criação de uma ordem “na qual a resistência à agressão deveria ser baseada na moral ao invés de julgamentos geopolíticos”. “Nações deve[ria]m se perguntar se o ato foi injusto ao invés de ameaçador”. Assim, seu pensamento subsidiava, na prática, o surgimento de um sistema de segurança coletiva como jamais havia existido até então.

Tratava-se de um “empreendimento mais audacioso” adicionado às formas convencionais de cooperação em torno do qual a supervisão do sistema internacional estaria estreitamente vinculado à atuação de organizações intergovernamentais. Tal proposição encontrava-se “baseada na ideia da criação de um mecanismo internacional que conjuga[sse] compromissos de Estados nacionais para evitar, ou até suprimir, a agressão de um Estado contra outro” (HERZ e HOFFMANN, 2004, p. 81-83). Ainda sob a gestão de Wilson tal proposta foi materializaria em torno da chamada Liga das Nações.

Instituída em 1919, no primeiro dos quatrocentos e quarenta artigos do Tratado de Versalhes, a Liga entrou para a história como a primeira organização internacional de caráter universal. Como uma resposta às atrocidades praticadas na Primeira Guerra, ela derivou da vontade de representantes das cinco grandes potências da época – Grã-Bretanha, França, EUA, Itália e Japão - e de cinco Estados pequenos, que firmaram um pacto em torno do qual expressavam sua intenção de, voluntariamente, a lidar com a ordem internacional como uma preocupação global (HERZ e HOFFMANN, 2004).

Em termos simples, portanto, o wilsonismo propôs que “o sistema internacional [fosse] organizado em bases semelhantes às sociedades domésticas, com constrangimentos e limites legais sendo estabelecidos para coordenar a ação dos atores” (PECEQUILO, 2005) e, neste sentido, sua grande estratégia enfatizava o dever moral dos EUA de disseminar a liberdade e os valores democráticos mundo afora.

Ao assumir a liderança para erigir novas estruturas de governança global, portanto, ele estava sugerindo que o sistema fosse organizado de acordo com os princípios que faziam dos EUA um país diferenciado. Para LaFeber (1994), “nada poderia ser mais voltado aos interesses nacionais dos EUA do que ter o mundo todo agindo de acordo com suas regras”. De acordo com Mead (2002), ao combinar o imperialismo de outrora com um novo moralismo, os EUA de Wilson pretendiam se estabelecer como um “império do bem”. Sob a luz do excepcionalismo, finalmente, tratava-se simplesmente de um **destino a se cumprir**.

Não à toa é que mesmo Pecequilo (2005), cujas análises costumam privilegiar a ótica realista do balanço de poder, assumiu, em sua obra, que as ações americanas no período tinham um sentido claro de “missão” e que, portanto, os fatores ideacionais desempenhavam papel de destaque no desenho da estratégia wilsoniana.

Em termos simples,

o idealismo de Wilson [...] definia os **Estados Unidos como guardiões do bem-estar do mundo**. O destino da América era ser “a mais justa, a mais progressiva, a

mais honrada e iluminada nação do mundo” [...] isso definia ajudar os povos em termos de fazê-los mais parecidos com os norte-americanos. Literalmente essa era uma visão abrangente da natureza do mundo. Os norte-americanos não somente poderiam dominar a natureza, mas também colocar seu auto-interesse para produzir o bem-estar e a harmonia do planeta (WILLIAMS, 1972, p. 69, 88, 94, tradução nossa, grifo nosso).

Todas as componentes conceituais básicas do excepcionalismo elencadas, do ponto de vista teórico por Junqueira (2003) estavam ali presentes: de certo modo os americanos eram apresentados como um povo especial cuja incumbência estava em “construir uma sociedade moralmente virtuosa” e que, sob a ótica Wilson, “serviria de exemplo para outros povos”, uma vez que pretendia transformar convicções domésticas do país em princípios universais a serem abraçados e respeitados dentro do sistema internacional e sob os quais visava lastrear posturas cooperativas ou conflituosas.

Na esteira destas discussões há de se apontar também que a crença no providencialismo pairava sob a administração wilsoniana tanto no que diz respeito à imagem que o presidente fazia de si próprio enquanto “guia” da nação, como também na maneira como concebia o caráter divino ao seu projeto de ordem global.

Ao dedicar-se ao estudo da relação entre excepcionalismo e religião Fonseca (2007, p. 150-151) observou que

durante o século XIII os mitos fundacionais puritanos (i.e. Providência Divina, Cidade na Colina, Jardim do Éden, Missão na Natureza etc.), reaquecidos no frenesi messiânico do *Great Awakening* e racionalizados na irrupção do pensamento iluminista, haviam se transformado paulatinamente, vindo a constituir a partir de então a base de uma teologia pública (ou religião civil) nacional.

Neste sentido, parece razoável conceber, sem exagero, que “a consolidação de um “mito norte-americano” baseado em fontes originalmente religiosas e posteriormente transformadas por um secularismo de derivações políticas” (cf. FONSECA, 2007, p. 169) também esteve presente no processo de formulação intelectual da política externa wilsoniana.

Filho de devotos religiosos, o presidente era, pessoalmente, praticante da doutrina presbiteriana. Sua ligação com a fé havia feito, inclusive, com que ele tivesse cogitado, na juventude, tornar-se ministro da *First Presbyterian Church of Columbia*, igreja que frequentava (DURANT, 2008). Não à toa, Wilson acreditava em predestinação e costumava postular que “Deus o havia escolhido para grandes feitos”, mesmo em face de uma vida

escolar medíocre e de seu fracasso enquanto estudante de Direito, conforme registrou Mcdougall (1997).

Além disso, há sinais na obra intelectual e trajetória política do presidente de que ele acreditasse no homem branco e cristão como “guia” ideal. Ao discutir o papel dos Anglo-Saxões na condução dos *Negroes*, por exemplo, Wilson teria dito em sua tese que “**quando propriamente orientadas**, não existem pessoas que não estejam adequadas ao auto-governo” (MCDUGALL, 1997, tradução nossa, grifo nosso).

Dito isso, ao refletir sobre tal nuance da ideologia wilsoniana, por sua vez, Mead (2002) sugeriu também, que durante este período, os EUA teriam resgatado uma tradição de missionários estrangeiros com que fiéis religiosos teriam tido contato a partir da leitura de cartas realizada nas igrejas locais ao longo do século XIX e XX.

Além da influência religiosa capaz de reforçar a hipótese da crença no excepcionalismo americano, é possível pontuar igualmente que esta visão de mundo foi reforçada, no período, pela disseminação do pensamento de autores como Edmund Burke, conhecido por destacar, em suas análises, a superioridade do povo que fundou a sociedade americana, por enaltecer suas particularidades culturais e por engrandecer o caráter de sua religião.

Sem surpresa, portanto, é que Wilson teria dito: “Eu acredito que **Deus nos deu a visão da liberdade** [...] Eu não posso ser privado da esperança de que fomos escolhidos para mostrar às demais nações mundiais como elas devem andar nos caminhos da liberdade” (WILSON, 1912, s/p, tradução nossa, grifo nosso) e que, ao fim do conflito, teria insistido que o programa de paz proposto pelos americanos era o **único programa possível**¹⁶ (WILSON, 1918, s/p, tradução nossa, grifo nosso). Sem surpresa também é que o argumento de Huntington (1999), empregado quase nove décadas mais tarde, também se aplica à estratégia deste governo, já que sob o comando de Wilson o país buscava ser entendido como uma potência benevolente e difusora de princípios e valores benignos.

De acordo com esta perspectiva, portanto, o excepcionalismo teria sido responsável por delinear uma agenda em que prevaleceu a aversão à guerra, a defesa de valores como a democracia, a auto-determinação dos povos e o livre-mercado e, sobretudo, a crença de que os

¹⁶ Neste mesmo discurso vale destacar que Wilson disse ainda: “It is that the world be made fit and safe to live in; and particularly that it be made safe for every peace-loving nation which, like our own, wishes to live its own life, determine its own institutions, be assured of justice and fair dealing by the other of the world as against force and selfish aggression. All the peoples of the world are in effect partners in this interest, and for our own part we see very clearly that unless justice be done to others it will not be done to us”.

EUA deveriam ser os “guardiões do bem-estar no mundo”. Assim, caberia ao país exercer a liderança para erigir uma nova ordem internacional marcadamente americana (e não europeia), ancorada principalmente sobre a Liga das Nações e nos princípios constitutivos de sua sociedade doméstica. Tudo que fosse diferente disso não poderia ser assimilado pela lógica do wilsonismo.

4. EXCEPCIONALISMO E AFASTAMENTO: A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA ENTRE 1921 E 1933

Não vemos as coisas como elas são, mas como nós somos.

(Anais Nin)

A segunda metade do anos 1910 foi, para os EUA, um momento de especial engajamento e participação nos assuntos internacionais. Conforme pontuado ao longo do capítulo anterior, sob o governo Woodrow Wilson o país consolidou-se como a maior potência econômica do planeta e buscou defender interesses no exterior principalmente por meio da promoção de seus valores domésticos, como a democracia. Durante este processo, a crença no excepcionalismo manifestou-se nas principais decisões internacionais do país, como na declaração de guerra anunciada em 1917, que levou o norte-americanos a participar efetivamente da Primeira Guerra Mundial, e no plano de ação proposto por eles próprios com o encerramento do conflito, que levou à negociação da nova ordem mundial que passaria a vigorar dali por diante. A supremacia dos princípios e estruturas organizativas dos EUA mantiveram-se como argumentos constantes durante o desenvolver da ‘grande estratégia’ wilsoniana, assim como o moralismo retórico ancorado em bases religiosas também fez-se presente. Tratou-se, portanto, de um momento em que prevaleceu o que classificamos, na seção anterior, como “excepcionalismo missionário”.

O romper dos anos 1920, no entanto, inaugurou uma nova fase da política externa norte-americana. Ainda no fim da década anterior, no dia 18 de novembro de 1919, o Senado rejeitou o Tratado de Versalhes e, como consequência, a não adesão dos EUA à Liga das Nações afastou o país daquele que deveria ser, para Wilson, o principal palco da política mundial. Alegando que este tipo de arranjo prejudicaria as ações soberanas do país e usurparia-lhe certa autonomia decisória, a ala mais conservadora do Congresso determinou os primeiros passos da mudança de rumos que se abateria sobre a ‘grande estratégia’ do país nos anos seguintes. Sobre tais dimensões é que este capítulo pretende debruçar-se.

Nas eleições de 1920, James M. Cox, ex-governador de Ohio, foi nomeado para concorrer pelo Partido Democrata e Warren G. Harding, então senador do mesmo estado, foi escolhido para disputar ao pleito em nome do Partido Republicano. Harding obteve 76,1% dos

votos do colégio eleitoral e 60,3% dos votos populares, tornando-se, em 1921, o vigésimo nono presidente dos EUA a tomar posse.

Walter Lipmann, denominado “um wilsoniano desiludido” por LaFeber (1994), escreveu em novembro do mesmo ano que a eleição de Harding representava “a contração final do espírito de guerra da América”. De acordo com Lipmann, Harding não teria sido eleito por seu desempenho enquanto senador republicano, que o autor considera mediocre, inclusive. Sua chegada ao poder, segundo ele, teria se dado em um contexto de desgaste dos democratas, que haviam tornado-se impopulares em um momento no qual “o espírito público do povo estava exausto” (*apud* LAFEBER, 1994).

Sem surpresa, portanto, ao longo dos anos 1920 e 1930, muito se falou, nos EUA, sobre a necessidade de retomar a longa tradição de não envolvimento em assuntos externos e prevaleceu, na sociedade norte-americana, a ideia de que “a lógica natural esperada” era o retorno ao “*ante bellum*”, como lembram Murray, Knox e Bernstein (1994, p. 429, tradução nossa). Vigorava a percepção de que a América não deveria comprometer a sua prosperidade doméstica envolvendo-se em assuntos do além-mar. Por esta razão, a reorientação da política externa do país foi marcada, no período, pelo “abandono do ativismo da fase wilsoniana” (PECEQUILO, 2005).

Não à toa, antes de tomar posse, Harding proferiu o discurso que entrou para a história com o título “*a return to normalcy*”¹⁷. Nele, o presidente disse que a América não necessitava, naquele contexto, “de heroísmo, mas de cura”, não precisava de “panacéias, mas de normalidade”, não demandava “revolução, mas restauração”, não carecia “de agitação, mas de ajuste”, não tinha necessidade “de cirurgia, mas de serenidade”. Os EUA não precisavam “do dramático, mas do desapaixonado”, dispensavam “o experimental”, mas ansiavam pelo “equilíbrio”, rejeitavam “a submersão na internacionalidade” e, em seu lugar, buscavam “a sustentação na nacionalidade triunfante” (HARDING, 1921). Durante a administração de Harding, o slogan propagado era “*America first*” (cf. MURRAY, 1969).

Buscando contornar as numerosas críticas pessoais que sofrera desde a eleição, o presidente cercou-se de gente experiente para compor seu gabinete, especialmente no que disse respeito à política externa; personagens que, inclusive, mantiveram-se envolvidos com o

¹⁷ A literatura, de modo geral, destaca que as habilidades pessoais do novo presidente não eram, de fato, consideradas excepcionais à época de sua nomeação. O uso desajustado da língua inglesa e as dificuldades de articulação retórica levaram, não à toa, à inúmeras chacotas durante sua permanência no cargo, a ponto de que, conforme registrou LaFeber (1994, p. 334), até mesmo uma filha de Theodore Roosevelt teria atribuído o adjetivo “pateta” para referir-se ao presidente.

governo durante praticamente toda a década. Charles Evans Hughes, legalista, ex-governador de Nova York e republicano que havia concorrido com Wilson em 1916, tornou-se Secretário de Estado. Hebert Hoover¹⁸, por sua vez, que mais tarde também seria eleito presidente dos EUA, ocupou o cargo de Secretário de Comércio, uma pasta tida como central para o desenho da grande estratégia deste período. Assim, com a morte inesperada de Harding, em agosto de 1923, quase três anos após assumir o cargo, Calvin Coolidge - seu vice-presidente - tomou posse e permaneceu no poder até 1929, ocasião em que Hoover foi oficialmente levado à Casa Branca, onde permaneceu até 1933 (LAFEBER, 1994).

Em pouco mais de uma década, portanto, os EUA readequaram sua estratégia de inserção internacional dando margem a interpretações de todo tipo. Muito se falou sobre o “recoo e incerteza” que marcaram o país entre 1921-1945 (cf. PECEQUILO, 2005), ao mesmo tempo em que especulou-se sobre uma suposta “guinada isolacionista”¹⁹.

Apesar de reconhecer evidências desta natureza em momentos particulares, a exemplo de quando foi deflagrada com a crise econômica de 1929, esta pesquisa não compactua de tais interpretações. Por esta razão, admite o termo “afastamento”. Tal expressão revela o cuidado dos republicanos em não utilizar-se do mesmo discurso “cruzadista” da administração passada, mas não nega, igualmente, a pré-disposição dos EUA em conduzir uma política exterior ativa, ainda que por meios que diferem do padrão adotado no momento imediatamente anterior.

Como bem lembrou Herring (2008, p. 436, tradução nossa), as autoridades republicanas aceitavam assumir liderança considerável na condução de questões internacionais neste período desde que elas não desafiassem “a longa tradição da nação contra a “enredar” alianças e não abraçar a segurança coletiva”. Fazendo coro à percepção de que “os anos 1920 devem ser considerados em seus próprios termos”, compartilha-se aqui a ideia de que “**envolvimento sem comprometimento** aparece como a melhor maneira de sumarizar o relacionamento dos EUA com o mundo durante este período” (HERRING, 2008, p. 436, tradução nossa, grifo nosso).

¹⁸ Essa visão era defendida pelo então Secretário de Comércio, Hoover, que se tornou o símbolo republicano para as políticas de 1920 a 1933. Nascido em Iowa e orfão desde os 10 anos de idade, graduou-se em Stanford e trabalhou em diversas regiões do planeta, tornando-se, já em 1919 multi-milionário. Serviu ao governo Woodrow Wilson durante a Primeira Guerra Mundial e a Conferência de Versalhes. Na ocasião Hoover se desentendeu com Wilson sobre o Artigo 10 da Carta da Liga das Nações. Ele defendia a liberdade de ação total dos EUA de modo que a nação pudesse usar seu poder recém-adquirido como e quando achasse melhor, sem nenhum tipo de constrangimento externo.

¹⁹ Neste sentido, é conhecida a ponderação de Arthur Schlesinger Jr., que escreveu em 1992 que os EUA “voltaram ao ventre de isolacionismo familiar e calmante”.

Para ilustrar tal interpretação, vale lembrar que Hughes defendia, em resposta às demandas da sociedade, que os EUA deveriam buscar “estabelecer uma *Pax Americana* mantida não sob as armas, mas pelo respeito mútuo, boa vontade e pelo processo tranquilizante da razão”, ao mesmo tempo em que Hoover reforçava que o princípio do “individualismo americano” deveria governar a política mundial²⁰. Por esta razão, faz sentido conceber que, como classificou o historiador Joan Hoff Wilson (1971), o governo iniciava, nesta década, uma espécie de “internacionalismo independente”. A intenção não era isolar-se do mundo, mas manter a América o mais livre possível para que o povo americano pudesse desenvolver-se sem quaisquer amarras, como aquelas representadas por instituições supranacionais, por exemplo.

Os estadunidenses acreditavam que o desenvolvimento alcançado pelo país até então espelhava suas estruturas e escolhas domésticas. Assim, ao invés de difundir ativamente a globalização deste sistema, como havia-se proposto no governo Wilson, o objetivo central dos republicanos estava em preservá-lo ao máximo. Conforme notou Herring (2008, p. 440) “ao final da guerra, os Estados Unidos encontravam-se acima do resto do mundo; jovem, dinâmico e próspero, a **cidade sobre a colina** que o líder puritano John Winthrop havia falado 300 anos antes”. Na prática, o país

exportava 37% a mais, ao passo que a Grã-Bretanha e a França registravam quedas de 33% e 14% em suas exportações. A Alemanha perdera 83% de seus haveres no exterior como reparações de guerra: à França 58% e à Grã-Bretanha 25%. Os europeus tornaram-se devedores dos Estados Unidos, invertendo-se a situação de inferioridade econômica, financeira e política. Os Estados Unidos teriam, se desejassem, o controle das relações internacionais. Aumentaram sua frota de comércio, criaram bancos e conquistaram os mercados da Ásia e da América Latina (CERVO, 2001, p. 135-136)

Em face disso, portanto, a observação atenta do período revela que entre 1921-1933 reforçou-se, nos EUA, o compromisso com uma “diplomacia soberanista” que ressaltasse a história e a distinção dos princípios constitutivos do país. Como já foi sugerido anteriormente, a preservação da autonomia decisória e da independência em relação ao exterior foram postas, nesta época, como fatores fundamentais para a manutenção da prosperidade desfrutada pela América e, por meio desta narrativa, sem surpresa, a crença no excepcionalismo revelou-se travestida de nova roupagem: passou a ser realçada não pelo cruzadismo wilsoniano de outrora, mas pela percepção de que os EUA correspondiam a uma nação afortunada que não deveria ser exposta às mazelas do mundo, como ocorrera na Primeira Guerra. Ao contrário, a

²⁰ Para mais informações sobre o conceito de “Individualismo Americano”, sugere-se consultar BEST, 1975.

percepção quanto ao seu caráter excepcional fazia com que, no plano internacional, o país buscasse combinar medidas de dois tipos: a) que lhe garantissem liberdade de ação e relativo afastamento de problemas que não lhe dissessem respeito direto e b) que lhe colocassem como um “exemplo” a ser seguido. Nos dois casos, a crença que prevalecia é de que a América era particularmente diferente e que sua trajetória e valores espelhavam tal condição. Como nos tempos da independência, resgatava-se, em pleno século XX, a percepção de que a “terra prometida”, o “farol moral”, o “berço das liberdades do mundo”, deveria buscar o maior insulamento possível de crises que não envolvessem seus interesses e que ameaçassem seus princípios.

Nota-se, portanto, que, para fazer frente à tais percepções, a política externa - de Harding à Hoover - foi marcada, em primeiro lugar, pelo estabelecimento de tratados internacionais que visassem, sobretudo, o desarmamento e a manutenção de um cenário internacional livre das ameaças da guerra, e, em segundo lugar, pela internacionalização de práticas que vigoravam na América, particularmente as de caráter econômico. As próximas seções deste capítulo pretendem debater ambas dimensões e, deste modo, reforçar que, a despeito das mudanças de rumo adotadas na estratégia política, a crença dos próprios norte-americanos quanto ao seu caráter excepcional e a manifestação desta ideia na política externa da época correspondem a uma continuidade assinalada na perspectiva transhistórica.

4.1 Autonomia decisória e auto-preservação: novas práticas para o combate à guerra e a difusão do *American dream*

Com o encerramento da Primeira Guerra Mundial, a distribuição de poder global havia permanecido relativamente indefinida, conforme notou Pecequillo (2005, p. 102). A Europa encontrava-se consideravelmente enfraquecida, ao mesmo tempo em que outros adversários em potencial, como o Japão, estavam concentrados em sua hegemonia regional e a Rússia, por sua vez, assolada pela guerra e pela revolução bolchevique que atravessava desde 1917 (HERRING, 2008). Os EUA haviam sido alçados à categoria de potência econômica global, e na ausência de uma ameaça externa que lhe fosse evidente, o novo governo buscava atender aos anseios do povo norte-americano, que havia manifestado sua aversão à guerra nas urnas.

A primeira marca das administrações republicanas desta época, portanto, deu-se com o incentivo ao desarmamento promovido junto aos demais países. Se a ideia central era

preservar a América e aquilo que ela simbolizava, este era um passo importante a ser trilhado. Além do risco natural representado pelas grandes marinhas que haviam sido construídas no contexto de competição bélica da guerra, a manutenção destas estruturas fazia com que o orçamento militar sugasse recursos que, nas palavras de LaFeber (1994), poderiam ser melhor empregados para evitar que novas sociedades se entregassem à revoluções radicais tais como as que assolavam o leste europeu naquele momento. Como retratou Cervo (2001) apesar da vitória do liberalismo e da democracia sobre os impérios e as monarquias autoritárias (Alemanha, Áustria-Hungria, Império Otomano) durante a Grande Guerra, sabia-se que não era seguro, ainda, falar sobre o triunfo definitivo dos primeiros, já que “os nacionalismos haviam crescido com o conflito e ele também fora o germe do comunismo, do socialismo, do pacifismo e do fascismo”, por exemplo.

Diante deste cenário, portanto, o presidente Harding delineou, ainda no começo da década, aquele que entendia como o papel a ser desempenhado pela América dali por diante. Disse em seu discurso inaugural de 1921 que “certamente dev[ia] ter havido a **intenção de Deus** na realização [daquela] nova república do mundo” e que se “no início, o Velho Mundo zombou da experiência americana”, naquela ocasião “**seus fundamentos da crença política e social [havam se tornado] inabaláveis, uma herança preciosa, um exemplo inspirador da liberdade e da civilização para toda a humanidade**” (HARDING, 1921, tradução nossa, grifo nosso).

Por acreditar que a América era de fato especial e por conceber que a preservação das condições que lhe favoreciam eram uma prioridade para o governo, ele disse que o país estava “**pronto para incentivar**”, “ansioso para iniciar e participar de qualquer **programa decente**” que pudesse “**contribuir para a diminuição da probabilidade da guerra**” e “promover a fraternidade da humanidade”, entendida aqui, por ele, como “a forma mais elevada concepção de relacionamento humano perante Deus” (HARDING, 1921, tradução nossa, grifo nosso).

Disse que os EUA prezavam ideais de justiça e paz, que aspiravam “a um lugar alto na **liderança moral da civilização**” e, em suas palavras, anunciou: “**temos uma América preservada**, uma República comprovada, o templo inabalável da democracia representativa, **a ser não só uma fonte de inspiração e exemplo**, mas a **maior agência de reforço da boa vontade e promotora de acordos em ambos os continentes** (HARDING, 1921, tradução nossa, grifo nosso). Ao final de sua fala, a palavra “Deus” havia sido mencionada sete vezes.

Sem surpresa, portanto, teve início, do ponto de vista prático, uma política externa que a partir de então não só anunciava a cada oportunidade o que havia de melhor na América,

mas que, estrategicamente, colocava o direito internacional e a difusão de princípios econômicos dos EUA como peças importantes na interlocução dos americanos para com o resto do mundo. O país não pretendia criar, de fato, uma ordem política internacional que lhe desse suporte, conforme observou Vizontini (2006, p. 170), já que isto poderia criar responsabilidades ou constrangimentos que os estadunidenses não estavam dispostos a assumir. Balizados pelas mesmas crenças, que serviam-lhes de antolhos²¹, os EUA pretendiam, ao invés disso, contribuir livremente para que as condições do sistema fossem favoráveis ao seu próprio desenvolvimento. Uma nação excepcional merecia manter-se afastada de tudo que corrompesse ou ameaçasse sua estabilidade e autonomia.

Neste sentido, o apego ao direito internacional aparecia como uma alternativa às estruturas mais rígidas, a exemplo da Liga das Nações, no sentido de que garantia o diálogo entre os países sem representar, necessariamente, um entrave à liberdade de ação dos americanos. Por meio de tratados celebrados pontualmente acreditava-se que o país teria condições de defender seus interesses e princípios no plano externo sem comprometer a soberania nacional. Segundo Harding, esta seria a solução ideal já que arranjos como a Liga representavam “um super-governo mundial” que era “contrário a tudo que os americanos prezavam” (HARDING, 1921).

Sob influência americana, então, uma série de acordos políticos foram negociados entre 1921 e 1933. Após sucessivas reuniões que levaram Grã-Bretanha e Japão a redução aleatória de gastos militares, por exemplo, nove líderes de países considerados centrais foram convidados para visitar Washington em 1921. Conforme sinalizado no início desta seção, o objetivo era discutir a corrida armamentista que se arrastava desde a guerra, bem como tratar do levante revolucionário que tomava parte da Europa. Para os EUA, tal encontro era conveniente, ainda, pois também permitiria debater as tensões crescentes no continente asiático, que pouco a pouco, preocupavam o governo (LAFEBER, 1994).

Apesar da esperada resistência dos setores naval e militar dentro do país, a liderança norte-americana mostrou-se evidente não só pela iniciativa de promover o encontro, mas pela postura que os negociadores estabeleceram desde a abertura do evento. Cientes da posição privilegiada da qual desfrutavam, os republicanos, deram, neste momento, o primeiro passo para fomentar diretrizes internacionais baseadas no exemplo americano.

²¹ Em referência ao equipamento de montaria que usualmente serve para restringir o campo de visão dos equinos, a analogia sugere que as crenças difundidas nos EUA serviam os mesmos fins no processo de análise da realidade e tomada de decisão no país.

Hughes propôs atingir o desarmamento real oferecendo-se para desfazer de 30 grandes navios dos EUA, totalizando 846.000 mil toneladas. Ele, então, virou-se para a delegação britânica, que estava chocada, e disse a eles que eles deveriam acabar com 583.000 toneladas de seus grandes navios de guerra. Hughes, em seguida, instruiu os japoneses, que também encontravam-se surpresos, que eles deveriam destruir 450.000 toneladas de seus navios de capitais. Ele pediu para que o limite final fosse de 500.000 toneladas para os britânicos e americanos, 300.000 toneladas para os japoneses e 175.000 França e Itália (LAFEBER, 1994, p. 339, tradução nossa).

Ao serem aceitos e formalizados, tais limites deram origem ao primeiro dos três tratados firmados ao longo da conferência e que, juntos, passariam a ser chamados de “Sistema dos Tratados de Washington”. Denominado *The Five-Power Treaty*, o documento envolveu o compromisso de desarmamento naval por parte de EUA, Grã-Bretanha, Japão, França e Itália²². Na ocasião foram agendadas, ainda, duas novas reuniões para rediscutir os termos do tratado e para garantir que eventuais arestas pudessem ser aparadas no futuro. O primeiro destes eventos ocorreu em 1927, na Conferência Naval de Genebra²³, e o segundo teve lugar na Conferência Naval de Londres, em 1930²⁴.

Além deste acordo, foram firmados também os chamados *The Four-Power Treaty* e *The Nine-Power Treaty*. O primeiro - que englobou EUA, França, Grã-Bretanha e Japão - previa que todas as partes concordavam em consultar-se mutuamente em caso de uma futura crise no leste asiático. Ele foi particularmente importante para os norte-americanos, pois substituiu o Tratado Anglo-Japonês de 1902 e garantiu o controle do país sobre as Filipinas. O segundo, por sua vez, abarcou EUA, Grã-Bretanha, Japão, França, Itália, Bélgica, Países Baixos, Portugal e China, e marcou a internacionalização da política americana do *Open Doors*, que, na ocasião, tornou-se oficialmente um princípio do direito internacional. Tal política será retomada e esclarecida com maior acuidade ao longo da próxima seção desta pesquisa.

A base desta estratégia encontrava-se tão consolidada que mesmo com a morte de Harding, em 1923, os EUA seguiram reforçando, ao longo do governo Coolidge e Hoover, a importância de preservar a liberdade de ação do país, sempre deixando claro que a prioridade

²² O argumento para que os EUA e a Grã-Bretanha pudessem manter arsenais maiores foi embasado no fato de que ambos estão presentes, simultaneamente, em dois oceanos: Atlântico e Pacífico.

²³ Contou com a presença de EUA, Grã-Bretanha e Japão e buscava rediscutir a questão do desarmamento naval. O presidente Coolidge queria incluir no tratado determinados tipos de navios que não constavam no acordo original: *cruisers*, *destroyers*, and *submarines*. Na ocasião, França e Itália se recusaram a participar da Conferência, pois a Liga das Nações já estava organizando um evento sobre desarmamento e estes países preferiam esperar para discutir tal temática.

²⁴ O evento reuniu Grã-Bretanha, Estados Unidos, Japão, França e Itália em Londres, em 1930, para fazer uma nova tentativa de rever e estender os termos do Tratado dos Cinco Poderes de 1922.

era manter a prosperidade na América, afastando-a de toda ingerência externa. Em outras palavras, a manutenção da estabilidade e da paz permaneceram como constantes do discurso oficial norte-americano até o fim deste período, já nos anos 1930.

Ao falar para o Congresso em 06 de dezembro de 1923, Coolidge, por exemplo, disse que a política externa do país vinha sendo guiada por dois princípios básicos. O primeiro, reforçou ele, era “o afastamento de alianças políticas permanentes que [pudessem] sacrificar a própria independência dos EUA”; o outro, reforçou, era “a solução pacífica de controvérsias entre as nações”. Ao final de sua fala, o chamado “puritano da babilônia” (cf. WHITE, 1938), reafirmou o papel a ser desempenhado pelos EUA durante seu governo, dizendo:

Passaram-se 100 anos desde que o nosso país anunciou a **Doutrina Monroe**. Este princípio tem sido, desde então, e é agora, um dos principais fundamentos de nossas relações exteriores. Ele deve ser mantido. Mas em mantê-lo não deve ser esquecido que uma grande mudança ocorreu. Nós não somos mais uma nação fraca, pensando principalmente em defesa, temendo imposição estrangeira. **Nós somos grandes e poderosos**. Novos poderes trazem novas responsabilidades. Nossa cantiga, assim, foi para nos proteger. Adicionado a isso, nosso dever agora é ajudar a dar estabilidade para o mundo. Queremos idealismo. Queremos que a visão que eleva os homens e as nações acima de si mesmos. Estas são virtudes em razão de seu próprio mérito. Mas elas não devem estar enclausuradas, elas não devem ser impraticáveis, elas não devem ser ineficazes. O mundo já está farto da maldição do ódio e do egoísmo, da destruição e da guerra. Ele teve o suficiente da utilização indevida do poder material. **Para a cura das nações, deve haver boa vontade e caridade, confiança e paz**. Chegou o momento para uma utilização mais prática do poder moral, e mais confiança no princípio de que o correto faz sua própria força. Nossa autoridade entre as nações deve ser representado por justiça e misericórdia. É necessário não só ter fé, mas fazer sacrifícios pela nossa fé. As forças espirituais do mundo fazem todas as suas determinações finais. É com essas vozes que a América deve falar. Sempre que elas declaram um propósito justo não precisa haver nenhuma dúvida de que elas serão ouvidas. **América tomou o seu lugar no mundo como uma República - livre, independente, poderosa. O melhor serviço que pode ser prestado à humanidade é a garantia de que este lugar será mantido** (COOLIDGE, 1923, s/p, tradução nossa, grifo nosso).

Se para Coolidge (1925, s/p, tradução nossa), a América, deveria, antes de mais nada “preza[r] o propósito de salvar e merecer o favor de Deus Todo Poderoso”, a eleição de Hoover, em 1928, igualmente sinalizou este sentimento e a intenção de continuidade das políticas republicanas até então implementadas. O presidente chegou ao poder com o slogan “*four more years of prosperity*” e, sem surpresa, o “excepcionalismo” fez parte do primeiro discurso oficial do presidente. Ao tomar posse, Hoover disse:

A nossa é uma terra rica em recursos, estimulando em sua gloriosa beleza, **cheia de milhões de lares felizes, abençoados** com conforto e oportunidade. **Em nenhuma nação são as instituições de progresso mais avançado. Em nenhuma nação são os frutos da realização mais segura. Em nenhum país é o governo mais digno de respeito**. Nenhum país é mais amado por seu povo. Tenho uma fé inabalável na sua capacidade, integridade e elevado propósito. Eu não tenho medo

do futuro do nosso país. É brilhante e com esperança (HOOVER, 1929, s/p, tradução nossa, grifo nosso).

Em face das mesmas percepções e preocupações renovadas, portanto, novas medidas internas e externas foram combinadas, na segunda metade da década, para garantir a defesa daquele que era visto como o interesse nacional americano durante o período. Em 1924 é importante elencar que foi aprovada uma lei doméstica que estabelecia cotas de ingresso para estrangeiros nos EUA a serem definidas por origens nacionais. Como atestam os próprios registros oficiais, “em todas as suas partes, o propósito mais básico da Lei de Imigração de 1924 foi o de **preservar o ideal da homogeneidade americana**” (STATE, 2013, s/p, tradução nossa, grifo nosso). O lema “a América para os americanos” nunca havia tido conotação tão literal.

No campo internacional, por sua vez, para além da série de tratados firmados em Washington anos antes, o governo Hoover estabeleceu também negociações paralelas ao Tratado de Versalhes com vistas a fortalecer, por conta própria, o relacionamento com a Alemanha. Mais do que simplesmente tratar das sanções da guerra, a ideia era recuperar economicamente o país a fim de que pudesse evitar a emergência de uma revolução social. A possível influência soviética e a sombra de um levante socialista incomodavam as lideranças americanas que, presas à tradição liberal já discutidas anteriormente, viam “no diferente” uma ameaça constante à paz e à ordem sistêmica.

Neste sentido, com o Plano Dawes (1924) os EUA investiram capital no país; com a Conferência de Locarno (1925) os norte-americanos foram engajados em diversos tratados bilaterais de paz que visavam melhorar as relações da Alemanha com os aliados; e, finalmente, por meio do Plano Young (1929), foram renovadas as condições para o reembolso da dívida alemã. Paralelamente à preocupação com o desarmamento e à contenção do socialismo na Europa, é importante lembrar que os americanos assinaram ainda, em 1928, o conhecido Pacto Kellogg-Briand, também denominado Pacto de Paris (VIZENTINI, 2006).

Engendrado a partir da iniciativa do então ministro de assuntos internacionais da França, Aristide Briand - que desejava, a princípio, estabelecer um acordo bilateral com os EUA - tal acordo previa a proibição definitiva da guerra. Embora o princípio agradasse ao governo republicano, que, inclusive, apropriava-se neste discurso desde o início da década, o aceite esteve condicionado à ampliação da regra para outros países. Receosos de que um tratado bilateral pudesse gerar compromissos com a França e obrigar os EUA a defenderem o

país em caso de qualquer conflito, os americanos decidiram estender o convite aos demais Estados da comunidade internacional²⁵ (VIZENTINI, 2006). Prevalencia, de fato, sempre a mesma lógica de ação externa: o “envolvimento sem comprometimento” já mencionado anteriormente por esta pesquisa.

Sem surpresa, portanto, vale notar que mesclando, com cautela, a importância de preservar as conquistas no campo doméstico e a relevância de fazer uso da lei para difusão de medidas internacionais favoráveis, o discurso moralista reapareceu com frequência neste período, como pode-se notar no trecho abaixo retirado do *State of the Union* realizado por Coolidge em 06 de dezembro de 1927:

apesar de ter a devida atenção para os nossos próprios assuntos, a protecção dos nossos próprios direitos, bem como o avanço de nossas próprias pessoas, podemos nos dar ao luxo de sermos liberais em relação aos outros. **Nosso exemplo tornou-se de grande importância no mundo.** Reconhece-se que nós **somos independentes, destacados**, e que não podemos tomar uma posição desinteressada em relação aos assuntos internacionais. Nossa caridade abraça a terra. Nosso comércio é difuso. Nossos favores financeiros são generalizadas. Aqueles que são pacíficos e cumpridores da lei percebem que não só eles têm nada a temer de nós, mas que eles **podem contar com o nosso apoio moral.** Propostas para promover a paz no mundo terão uma análise cuidadosa. Mas nós não somos um povo que está sempre em busca de um sinal. Sabemos que a paz vem de honestidade e lealdade negocial, de moderação, e de uma relação generosa para com os direitos dos outros. O coração da nação é mais importante do que os tratados. Um espírito de generosa consideração é a mais segura defesa de grandes armamentos. **Devemos continuar a promover a paz por nosso exemplo, e fortificá-lo por esses pactos internacionais contra a guerra, como estamos autorizados pela nossa Constituição a fazer** (COOLIDGE, 1927, s/p, tradução nossa, grifo nosso).

Uma vez pontuados os principais arranjos de combate à guerra e preservação do *status quo*, é fundamental ressaltar ainda que, para além dos acordos estabelecidos formalmente no exterior, este foi um período de intensa promoção da crença no chamado “*American dream*” também pelos próprios cidadãos americanos. Neste sentido, a ideia do excepcionalismo manifestou-se mundo afora não só pelo esforço diplomático oficial, mas também pela ação de seu próprio povo. Em termos simples, uma efervescência de grupos religiosos, empresariais e intelectuais ajudaram a propagar, dentro e fora do país, neste momento, a ideia de que a vida nos EUA reservava oportunidades únicas aos indivíduos. Em pouco tempo, o “*american way of life*” representava não só uma nuance característica da vivência em sociedade na América, como havia tornado-se também um produto a ser almejado e consumido no exterior (HERRING, 2008).

²⁵ Os signatários incluíam França, Estados Unidos, Reino Unido, Irlanda, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Índia, Bélgica, Polônia, Tchecoslováquia, Alemanha, Itália e Japão. Mais tarde, outros 47 países também o fizeram. O Senado dos EUA ratificou o acordo por uma votação de 85 contra 1, embora o tenha aceitado fazer apenas depois de verificar que os EUA não estavam limitando o seu direito à auto-defesa.

Trocando em miúdos, houve, durante os anos 1920, uma significativa expansão das atividades missionárias realizadas no exterior. Um número significativo de estadunidenses deslocaram-se para a Ásia, a África e a América Latina com o objetivo de espalhar os valores gospels e norte-americanos. Além disso, este é um período marcado pelo desenvolvimento de importantes símbolos do americanismo, como Hollywood e a Disney, por exemplo.

Conforme ilustrou Herring (2008, p. 440, tradução nossa)

os Estados Unidos, na década de 1920, tornaram-se um centro para a exportação global de cultura de massa. Seus artistas e escritores inundaram a Europa e tornaram-se tendências para a década. Seus filmes tomaram conta dos mercados europeus e tornaram-se tendência, espalhando o modo de vida americano e a venda de produtos dos EUA. “Seus filmes e talkies encharcaram a mente francesa com a vida americana, seus métodos e maneiras”, observou o embaixador Jean Claudel, “trazendo uma nova visão de poder e um novo ritmo de vida...cada vez mais estávamos seguindo América”.

Em complemento a estas impressões, o trecho de Vizontini (2006), merece destaque:

A situação dos Estados Unidos era diferente, pois o país reforçara sua posição econômica internacional frente à Europa e aumentara qualitativamente sua penetração na América Latina. No plano interno, o capitalismo americano conheceu um desenvolvimento e um dinamismo expressivos. A indústria fordista produziu uma euforia consumista na classe média, que passou a adquirir automóveis e eletrodomésticos, como rádio e geladeira. Havia uma febre de investimentos na Bolsa de Valores, e as expectativas pareciam otimistas, o que era retratado em outra mega-indústria, o cinema de Hollywood, que dominou a sociedade americana e expandiu o *american way of life* pelo mundo (VIZENTINI, 2006).

Reforçando esta faceta do internacionalismo dos EUA, registra-se ainda que o número de cursos universitários de RI duplicou no país entre 1916 e 1921, período em que surgiram importantes escolas como Georgetown, Johns Hopkins e Tufts. Além disso, também foram fundados, neste momento, instituições como o *Council on Foreign Relations* (1921) e a revista *Foreign Affairs* (1922) (HERRING, 2008), cujo principal artigo da primeira edição do periódico foi escrito por Elihu Root, ex-Secretário de Estado de Theodore Roosevelt e defensor incondicional, durante o período Wilson, da ideia de que somente a democracia conduziria à paz. Na ocasião, Root argumentou que na medida em que os EUA haviam se tornado uma potência mundial era importante que o seu povo tivesse condições de manter-se informado sobre política internacional.

4.2 O princípio do “individualismo americano” como base da política econômica dos EUA

Além das medidas que visavam promover a autonomia decisória dos EUA e da promoção da cultura do *American dream*, a grande estratégia do período do “afastamento” esteve ligada à dimensão econômica como será discutido ao longo desta seção. As suas esferas são fundamentais para compreender a linha mestra do argumento do capítulo: que a política externa de Harding à Hoover ancorava-se em medidas que se baseiam na “experiência” da América e em seu exemplarismo.

Segundo Herring (2008), é possível notar que os anos 1920 foram marcados pela presença de “intrusos” no tradicional domínio do departamento de Estado norte-americano sobre a política externa do país. Costuma-se dizer que Hoover, antes de tornar-se presidente, era conhecido por ser “o Secretário de Comércio e o subsecretário de todo o resto”, ao mesmo tempo em que é relevante realçar, nesta década, que as administrações republicanas permitiram a participação ativa de membros do setor privado no processo decisório deste período, a exemplo de Owen D. Young, Lamont e Johns Hopkins, além do economista Edwin Kemmerer.

Conforme descreveu LaFeber (1994), este é um momento em que ouro e outros tipos de capital internacional “empilhavam-se em Nova York”. Além dos indicadores macroeconômicos já mencionados anteriormente, os EUA haviam ganhado mais de 3 bilhões de dólares desde o início da Primeira Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que o mundo lhes devia, com o fim do conflito, outros 3 bilhões. A economia vigorosa era uma marca inquestionável da América e, sem surpresa, crenças relacionadas “às melhores práticas” estimularam, neste período, uma série de políticas adotadas pelos EUA no exterior. **“Pelo que a América é e pelo que fez, uma coragem firme, uma esperança superior, inspira o coração de toda a humanidade”** proclamava Coolidge (1925, s/p, grifo nosso) na metade da década.

Segundo o presidente todos os esforços do governo visavam trazer “mais justiça, mais iluminação, mais felicidade e prosperidade para casa”. De acordo com tal reflexão, portanto, “isto [representava] o crescimento e melhoria da vida material e espiritual da Nação” que dependia não apenas da própria ação dos americanos, mas de sua disposição em “trabalhar em harmonia com o objetivo permanente de uma Providência Divina” (Coolidge, 1925, s/p, tradução nossa). Assim, como pontuaram repetidamente em discursos direcionados ao

Congresso, as lideranças republicanas acreditavam que fatores ideacionais e materiais não poderiam ser dissociados para explicar a prosperidade vivida pelos estadunidenses naquele momento. Garantir o desenvolvimento e a robustez da economia representava preservar valores constitutivos básicos “do que é ser americano”. Nas palavras de Coolidge:

a América não é e não deve ser um país sem ideais. Eles são inúteis se são apenas visionários, pois eles têm valor apenas se eles são práticos. Uma nação não pode habitar constantemente o topos das montanhas. Ela tem que ser reabastecido e sustentada através da labuta incessante dos vales menos inspiradores. Mas o seu rosto deve estar sempre virado para cima, a sua visão deve sempre ser fixado no alto. Nós precisamos de ideais que podem ser seguidos na vida diária, que podem ser traduzidos em termos de casa. [...] Para aliviar a terra dos encargos que vieram da guerra, para conceder ao indivíduo mais dos frutos de sua própria indústria, para aumentar a sua capacidade de ganho e diminuir suas horas de trabalho, para ampliar o círculo de sua visão por meio de boas estradas e melhor transporte, para lançar diante de si a oportunidade para a educação, tanto na ciência quanto na arte, para deixá-lo livre para receber a inspiração da religião, tudo isso são ideais para livrá-lo da escravidão do corpo e exaltá-lo ao serviço da alma. Através desta emancipação das coisas que são materiais, ampliamos nosso domínio sobre as coisas que são espirituais (COOLIDGE, 1926, s/p, tradução nossa).

Deste modo, além de uma estratégia focada na preservação da autonomia decisória e da prosperidade interna do país, outra dimensão da “diplomacia do exemplo” que merece destaque ao longo dos anos 1920 e início dos anos 1930, tem a ver com uma política que mantinha como base a percepção de que o “individualismo americano”, princípio característico do *ethos* estadunidense, deveria ser, na ótica dos EUA, transportado para o campo internacional. Assim como os aspectos discutidos ao longo da seção anterior desta pesquisa, a compreensão desta nuance também é fundamental para compreender a chamada “*hard ball diplomacy*” praticada na década em questão.

A expansão econômica estava intimamente ligada à realização dos principais objetivos da política externa dos Estados Unidos durante a década de 1920. Formuladores de políticas republicanas não eram ignorantes ou indiferentes ao mundo exterior. Pelo contrário, a Grande Guerra havia destacado para eles da maneira mais horrível a importância de eventos no exterior para a prosperidade e segurança de sua nação. A paz e a ordem eram vitais para a expansão comercial dos americanos, que por sua vez era importante para a prosperidade. O comércio americano, por outro lado, poderia ajudar a promover o crescimento em outras partes do mundo, aliviando assim os descontentes que geravam revoluções. Qualquer coisa, menos isolacionista é a forma de lidar problemas do pós-guerra; os líderes republicanos envolveram os Estados Unidos de uma forma sem precedentes na reconstrução da Europa no pós-guerra e promoveram a estabilidade na Ásia Oriental, mesmo que assumindo um tipo de liderança que os Estados Unidos não tinham considerado anteriormente. A chave, claro, era para fazer isso sem envolvimento político. Os republicanos confiaram pesadamente em medidas econômicas para alcançar seus objetivos (HERRING, 2008, p. 450, tradução nossa)

Tal matiz tinha como base a crença de que “negócios controlados pelo Estado, quer fossem por parte dos conservadores da França ou da esquerda liberal da União Soviética, ameaçavam as liberdades individuais essenciais para a felicidade e a paz” (LAFEBER, 1994, p. 336, tradução nossa). Além disso, sob esta ótica, prevalecia a percepção de que todas as liberdades estariam interligadas de tal modo que não seria possível desfrutar de liberdade intelectual e espiritual, por exemplo, caso não existisse liberdade econômica. Como bem registrou Hoover em suas memórias, considerava-se que “se uma delas morresse, todas morreriam” (LAFEBER, 1994, p. 336-337, tradução nossa).

Sem surpresa, portanto, notava-se, igualmente, que a garantia da liberdade individual na América estava diretamente conectada à política praticada no além-mar e, mais do que isso, propagava-se a lógica de que sua continuidade dependia da difusão destes mesmos princípios. Por esta razão, como declarou Hoover, ainda em 1921, o país estava disposto a fazer, por toda a década, “um apelo para o individualismo na vida econômica internacional tão forte quanto o apelo que fazia pelo individualismo na vida de seu próprio povo” (HOOVER, 1921, s/p). Isso significava, na prática, manter o sistema aberto ao *individual enterprise* e combater a existência de qualquer tipo de “privilégios especiais”, a exemplo daqueles verificados no relacionamento dos países europeus com suas colônias, particularmente da Ásia e Oriente Médio (LAFEBER, 1994, p. 337, tradução nossa).

Se Wilson havia encarregado-se de propagar a construção de uma ordem política mundial anos antes, os republicanos de 1920 e 1930 ocuparam-se de liderar a reestruturação de diversas práticas econômicas internacionais, todas ancoradas na primazia do dólar e na defesa do livre-comércio. Nas palavras de Harding (1922, s/p) “um novo sistema, construído pelo trabalho e pelo dinheiro da América, e baseado nos princípios americanos, agora deveria ser erigido sobre as ruínas ensanguentadas da velha ordem europeia”.

Desde sua descoberta, os EUA haviam sido permeados pela influência do liberalismo de Adam Smith, de tal modo que prevalecia, internamente, a ideia de que a prosperidade era uma consequência espontânea da ousadia dos indivíduos empreendedores. Ademais, no período entre-guerras, difundia-se, no país, a crença de que o envolvimento excessivo do Estado neste campo levaria ao socialismo ou fascismo, um risco que, no berço da democracia representativa, os americanos não estavam dispostos a correr ou tolerar (LAFEBER, 1994).

Para promover o direito ao “individualismo americano”, portanto, os republicanos estabeleceram um tipo de cooperação que, nas palavras Cohen (1987), mais do que em

qualquer outro período da história dos EUA, fez com que empresas e governo estivessem ligados por meio de uma parceria informal que muitas vezes confundiu o público e o privado.

A iniciativa privada era livre para conduzir políticas que beneficiassem o país todo; ao governo cabia oferecer o apoio necessário e a proteção dos interesses destes indivíduos no exterior²⁶. Na prática, no entanto, a parceria desdobrou-se com maior complexidade e materializou-se em três frentes distintas: a) na política de empréstimos; b) no trato do débito de guerra pendente e c) no comércio exterior, que foi denominado pelos americanos, na ocasião, “a alma da civilização moderna” (HERRING, 2008, p. 445, tradução nossa).

Desde 1921 o governo insistia para que recursos americanos não fossem enviados a países como URSS e China, nem empregados na indústria da guerra, mas direcionados para aliados - especialmente aqueles que comprariam produtos americanos - e para a indústria pacífica. Neste contexto, JP Morgan, a figura mais importante de Wall Street, no período, foi eleito, inclusive, o responsável por comunicar as autoridades sobre qualquer remessa de dólares enviada a países estrangeiros (LAFEBER, 1994, p. 342, tradução nossa).

Com relação ao débito de guerra, por sua vez, os EUA utilizaram-no para balizar as escolhas dos Estados europeus. Se estes cooperassem, a promessa é de que a dívida poderia ser rediscutida e negociada; se, como de costume, resistissem, estavam sujeitos a enfrentar uma rápida cobrança (LAFEBER, 1994).

Além disso, como já mencionado na seção anterior, foi durante o governo Harding-Coolidge que ocorreu a internacionalização do princípio de *open doors* por meio da assinatura do *The Nine-Power Treaty*, durante a conferência de Washington, em 1922. Por seu intermédio pretendia-se defender não só a independência e a integridade territorial e administrativa da China, mas, principalmente, garantir a igualdade de direitos e de acesso de todos os países ao mercado daquele país. Para os americanos, em particular, ao estimular que tal prática se tornasse global, conquistava-se o objetivo de facilitar o ingresso de exportadores, investidores e exploradores de matéria-prima norte-americanos mundo afora (HERRING, 2008). Em matéria econômica, conforme foi documentado por LaFeber (1994), os americanos estiveram dispostos a agir com firmeza.

Quando o governo britânico [por exemplo] tentou elevar o preço mundial da borracha, controlando a produção do Império Britânico, Hoover declarou guerra

²⁶ Na época muitos ironizaram dizendo, inclusive, que “Wall Street estava concorrendo ao governo”. Para rebater, um oficial do departamento de Estado chegou a dizer que “qualquer estudante de diplomacia moderna sabe que nestes dias de competição, capital, comércio, agricultura, trabalho e estadismo para um país lucrar é preciso que todos andem de mãos dadas” (LAFEBER, 1994).

econômica. Ele estava determinado a não ter a nova, já rica indústria automobilística americana, refém de Londres. Usando o poder dos EUA sobre empréstimos e dívidas de guerra para ameaçar os britânicos, e incentivando esses produtores americanos como Firestone para ampliar suas plantações de borracha na Libéria e no Sudeste Asiático, Hoover conduziu para baixo o preço de 1,21 dólares a libra de março 1926 para 40 centavos em apenas três meses. Ele fez a mesma coisa quando o Brasil tentou levantar os preços do café e quando a Alemanha tentou dominar o mercado de matérias-primas consideradas vitais, como o potássio (LAFEBER, 1994, p. 342, tradução nossa).

Conforme avalia Herring (2008, p. 446, tradução nossa), portanto,

Os resultados, pelo menos em termos de números, foram impressionantes. Após a recessão de 1919-1920, a economia dos EUA cresceu. O comércio floresceu, as exportações saltaram de US\$ 3,8 bilhões em 1922 para US \$ 5,1 bilhões em 1929, e produtos acabados fabricados expandiram para 50% do total das exportações até o final da década. As exportações de automóveis representavam 10% do total, e assumiram um lugar cada vez mais importante na economia global. Outros itens importantes incluíam caixas registradoras, máquinas de escrever, máquinas de costura, equipamentos agrícola, pneus e produtos derivados de petróleo.

Nas palavras de Keylor (1984, p. 133, tradução nossa), portanto, “o maior produtor, prestador, e investidor do mundo havia feito com que a ordem econômica internacional fosse sensível a operação da economia americana”. Assim, com apenas 3% da população mundial, o país somava 46% de toda produção industrial existente.

É importante destacar que as diretrizes econômicas da política externa norte-americana permaneceram relativamente inalteradas até o fim do período, quando o país foi acometido pela crise de 1929, fruto de um sistema financeiro assentado sobre empréstimos frágeis e de curto prazo e assolado pela corrupção, conforme narrou LaFeber (1994). Deste momento em diante, os EUA insularam-se completamente do restante do mundo. As mazelas produzidas em campo doméstico contrariavam o esforço de quase dez anos no exterior visando conservar a superioridade da América na qual tanto se acreditava internamente. Seria necessário tempo para retomar a estabilidade no país, que, apesar disso, pode ser consagrado uma superpotência global sem precedentes já na próxima década.

De modo geral, portanto, os *inputs* discutidos ao longo deste capítulo reforçam a ideia de que durante os anos 1920 e 1930 as grandes estratégias dos EUA afastaram-se da leitura “cruzadista” empregada anteriormente e passaram a privilegiar políticos de propagação do exemplo americano. Este tratou-se de um intervalo, já que, nos anos seguintes, uma nova versão do excepcionalismo missionário se desenvolveria, como pretende discutir o próximo capítulo.

5. EXCEPCIONALISMO E CONTENÇÃO: A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA ENTRE 1934 e 1947

As ações dos homens são apenas livros de fotos de seus credos.

(Arthur Helps)

Ao longo dos anos 1920 e início dos anos 1930, os EUA haviam empenhado-se para estruturar uma política externa com vistas na manutenção da estabilidade desfrutada na América. Como foi apresentado ao longo do capítulo anterior, os estadunidenses procuraram, no período, utilizar recursos que não cerceassem sua autonomia decisória - a exemplo do direito internacional e de estratégias de ordem econômica - para sustentar os benefícios de se viver em um país visto por eles próprios como excepcional. Assim, diferente do engajamento ativista verificado no período wilsoniano, a passagem dos republicanos pelo poder foi marcada pelo resgate da ideia de que, aos EUA, era mais interessante atuar simplesmente como a *republic model*. Logo, de Harding à Hoover, pôde notar-se o afastamento discursivo e prático de políticas que colocassem os EUA como um país engajado a uma causa “missionária” mundo afora; ao contrário, em seu lugar ganhou força a percepção de que a América correspondia a um “exemplo” de progresso a ser, antes de tudo, internamente conservado, para que, em seguida, pudesse ser internacionalmente seguido.

O romper da “Grande Depressão”, no entanto, minou a posição usufruída até então pelo país e comprometeu a continuidade do Grand Old Party (GOP) no poder. Conforme classificou Schwarz (1970), de 1929 a 1933, a América “o interregno de desespero”. Este era um período de “transição, confusão e incerteza”.

A mera declamação das estatísticas econômicas dos EUA nos 3 anos posteriores a 1929 contam a história: a produção industrial e a renda nacional diminuíram pela metade; o PNB bruto caiu para um terço; a taxa de desemprego atingiu 25% da força de trabalho; um-terço dos bancos fecharam as portas; os preços no atacado caíram 32%. Trabalhadores sem trabalho, bancos sem depósitos, investidores aniquilados; hipotecas de casas executadas; fazendeiros e pequenos empresários incapazes de vender seus produtos e conseqüentemente incapazes de pagar seus débitos comerciais – essa era a condição econômica doméstica da nação sobre a qual a prosperidade do mundo inteiro estava acostumado a depender (KEYLOR, 1992, p. 134, tradução nossa).

Em face deste cenário, portanto, não era difícil prever que, a partir das eleições de 1932, teria início um período marcado por vinte anos de primazia democrata a frente do

governo dos EUA: primeiro com Franklin Delano Roosevelt (FDR), de 1933 a 1945, depois por meio de Harry S. Truman, de 1945 a 1953.

Durante estas administrações importantes acontecimentos sistêmicos ocorreram, como o deflagrar da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. Foi neste marco histórico também que os EUA foram erguidos à categoria de *hegemon global* e que consolidou-se a chamada *Pax Americana*. Sob sua liderança, uma nova ordem internacional foi erigida e as estruturas de governança global formalizaram a internacionalização das práticas e valores norte-americanos.

Encerrando a análise do período proposto por esta pesquisa, portanto, este último capítulo visa jogar luz sobre a fase aqui denominada “contenção”²⁷. Nela acreditamos que a crença no excepcionalismo não só manteve-se presente na tomada de decisão em política externa, como encontrou uma nova forma de manifestação política, agora com viés “hegemônico”. Para demonstrar tal percepção, as próximas seções apresentarão os pilares centrais da grande estratégia dos EUA entre 1934 e 1947 e buscarão pontuar, em cada momento, como a ideia em questão moldou a agenda e orientou as ações do país.

5.1 FDR: do *New Deal* a consolidação de uma “hegemonia benevolente”

Franklin Roosevelt chegou à Casa Branca com 88,9% dos votos do colégio eleitoral contra apenas 11,1% de Hoover, que disputava a reeleição. Primo de quinta geração do ex-presidente Theodore, de quem herdou o mesmo sobrenome, Franklin nasceu em Nova York e estudou em Harvard. Havia feito parte do governo de Woodrow Wilson como assistente do Secretário da Marinha, e tinha disputado as eleições de 1920 como candidato a vice-presidente de James M. Cox. Um ano mais tarde, em 1921, quando completou 39 anos, Roosevelt foi diagnosticado com poliomielite e teve as pernas parcialmente paralisadas, o que fez com que muitos acreditassem que sua carreira política seria naturalmente encerrada naquele momento. Apesar disso, com a recuperação, tornou-se, em 1928, governador de seu estado e, em 1932, - após convencer a ala isolacionista do partido democrata de que havia

²⁷ É fundamental esclarecer que este período é denominado “contenção” em função da marca que tal estratégia imprimiu à política externa norte-americana ao fim do período estudado, demarcando a efetiva consolidação dos EUA como superpotência. Apesar do simbolismo a que se pretende fazer referência, o presente capítulo não tem pretensão de aprofundar-se no estudo desta estratégia, uma vez que o marco histórico aqui proposto coincide apenas com o seu lançamento e não explora sua efetiva aplicação, que tornou-se efetiva no fim dos anos 1940 e início dos anos 1950.

afastado-se da Liga das Nações, e de que adotaria um orçamento balanceado, caso eleito - tornou-se o trigésimo segundo presidente dos EUA (LAFEBER, 1994).

Conforme registrou de LaFeber (1994), no início dos anos 1930, devido ao *crash* da bolsa de Nova York, o sistema bancário americano encontrava-se fragilizado, a economia real havia sido abalada e o desemprego era latente no país. Alemanha e Japão expandiam suas atividades e começavam a moldar a política mundial, ao mesmo tempo em que a Liga das Nações sucumbia. A estabilidade sistêmica, antes tão valorizada, dava indícios de crise. Assim, a crença no excepcionalismo, que outrora havia ancorado-se na prosperidade desfrutada na América, começava, agora, a manifestar-se por outras vias.

Neste contexto, para Hofstadter (1989, p. 411-412, tradução nossa), “ainda que a influência de um único homem seja usualmente exagerada, à Roosevelt deve ser concedido pelo menos um crédito marginal sobre o curso da história”. Quando ele chegou ao poder, segundo o autor, “o povo havia visto a estagnação ir assustadoramente longe”. A sociedade americana, por esta razão, ansiava por “experimentação, atividade, tentativa e erro, qualquer coisa que pudesse conferir um senso de movimento e novidade”. Neste sentido, para além dos feitos mais óbvios que o governo FDR produziria, no futuro, sua importância revelou-se, antes de tudo, pelo valor simbólico do que a eleição do presidente representava: “nenhuma personalidade jamais havia manifestado o temperamento popular americano de modo tão articulado ou com tal exclusividade”.

Indo além, para Steinberg (1998), quando Roosevelt tornou-se presidente difundia-se a ideia de que “a América havia passado por um terço de século sem um presidente da tradição de John Quincy Adams ou Abraham Lincoln”. Neste sentido, acreditava-se que

os princípios fundadores da República, os princípios universais destilados por cerca de 2.000 anos de civilização cristã ocidental, estavam vivos e bem, na pessoa de FDR, e que ele, por sua vez, foi capaz de reacender este espírito na maioria dos norte-americanos que mobilizou durante a Grande Depressão e uma guerra mundial (STEINBERG, 1998, p. 01, tradução nossa).

Tais sentimentos merecem destaque aqui, pois evidenciam, já no começo deste período, a demanda da sociedade por um governo que estivesse disposto a representar “os ideais” da América. Assim, mesmo que a condição doméstica obrigasse as lideranças políticas a administrar interesses de ordem material - particularmente ligados à economia - havia também a expectativa de que pudessem resgatar o espírito do *ethos* estadunidense. Em termos simples, portanto, a crise de 1929 não só foi incapaz de acabar com a crença no

excepcionalismo americano, como, ao contrário, estimulou a busca por medidas que resgatassem a prosperidade do país e que reforçassem a ideia de que os EUA não poderiam sucumbir, já que aquele povo tinha uma missão especial na Terra, que seria mais tarde revelada.

A força da América e sua capacidade de resiliência foram temas do primeiro discurso de Roosevelt. Na oportunidade ele disse: “esta grande Nação irá aguentar, como tem aguentado, irá reviver e irá prosperar”. Neste mesmo sentido, completou: “não estamos sendo atingidos por nenhuma praga de gafanhotos. Comparado com os perigos que os nossos antepassados conquistaram porque acreditavam e não tinham medo, temos ainda muito a ser gratos” (ROOSEVELT, 1933, s/p, tradução nossa). Exaltando as particularidades da América, ele disse ainda:

a nossa Constituição é tão simples e prática que é possível sempre atender às necessidades extraordinárias por mudanças na ênfase e disposição, sem perda de forma essencial. É por isso que **o nosso sistema constitucional tem revelado-se o mecanismo político mais duradouro soberbamente o mundo moderno tem produzido** (ROOSEVELT, 1933, s/p, tradução nossa, grifo nosso).

A partir de então as marcas do excepcionalismo evidenciaram-se nas principais frentes de ação do governo: desde o plano econômico perseguido imediatamente após a posse dos democratas, até a conduta político-militar adotada por eles durante e após a Segunda Guerra Mundial. Em termos simples, ao longo dos quase doze anos em que esteve no poder, a percepção de Roosevelt, que havia dedicado-se ao estudo de história americana e à compreensão do pensamento dos pais fundadores durante os anos de reclusão para o tratamento de sua doença, migrou, pouco a pouco, da ideia de que os EUA correspondiam à uma república modelar para a crença na *universal America* tradicionalmente defendida por Quincy Adams (STEINBERG, 1998).

Uma vez empossada, ficou claro que, na prática, a prioridade da nova administração estaria em resolver as mazelas internas e que, apenas com o passar dos anos, a dimensão hegemônica da política externa dos EUA se manifestaria. Em alguma medida, portanto, sugeria-se, no início dos anos 1930, a continuidade da política de afastamento das questões internacionais que havia vigorado até então (LAFEBER, 1994). Em seu primeiro discurso inaugural, Roosevelt disse que “não pouparia esforços para restaurar o comércio mundial por meio de um reajuste econômico internacional”, mas reforçou, ao mesmo tempo, que as condições domésticas requeriam medidas emergenciais que “não poderiam esperar esta

realização”. Conforme atentou LaFeber (1994), tal fala incluiu apenas um pequeno parágrafo direcionado à política externa.

Na oportunidade, FDR disse que “no campo da política mundial”, ele apenas “gostaria de dedicar a nação à uma política do bom vizinho - o vizinho que resolutamente respeita a si próprio e porque ele faz isso, respeita os direitos dos outros - o vizinho que respeita as suas obrigações e que respeita o santidade dos acordos no e com um mundo de vizinhos” (ROOSEVELT, 1933, s/p).

Segundo LaFeber (1994, p. 370, tradução nossa) tal posicionamento indicava que, “buscando alívio doméstico, o presidente não queria obrigações no além-mar que pudessem impedi-lo de fazer o que fosse necessário para amenizar as pressões econômicas nos Estados Unidos”.

Ao lado de Cordell Hull²⁸, que fora escolhido Secretário de Estado em função de sua experiência no congresso - o que, na visão de Roosevelt ajudaria o governo a conseguir apoio legislativo - a primeira medida do governo foi criar um plano que oferecesse condições para o enfrentamento da crise e permitisse a reconstrução da economia americana. Eternizado como “*The New Deal*”, a estratégia iniciada em 1933 incluía um conjunto de medidas emergenciais e de longo prazo, que contrárias ao ideário liberal, reconheciam a necessidade de profunda intervenção do Estado para o combate ao desemprego e o estímulo do consumo interno.

É interessante notar que para adquirir legitimidade frente a um plano que contrariava princípios tão arraigados à sociedade norte-americana, o presidente recorreu à “tese da fronteira” de Turner - debatida ao longo do primeiro Capítulo - para explicar a crise e seus desdobramentos. Além disso, em discurso de campanha, em 1932, ele disse:

enquanto nós tivemos uma terra livre [...] enquanto nossas plantas industriais foram insuficientes para abastecer nossas próprias necessidades, a sociedade escolheu dar ao homem ambicioso jogo livre e poder ilimitado. Agora que o cenário havia se invertido, era preciso tomar medidas radicais (LAFEBER, 1994, p. 372, tradução nossa).

Entre as medidas mais urgentes estavam, por exemplo, a decretação de feriado bancário (que evitaria uma corrida aos bancos em face de qualquer instabilidade), a lei da emergência bancária (que autorizava o governo federal a intervir nos bancos ameaçados de

²⁸ Seguidor de Woodrow Wilson, Hull acreditava que o livre-comércio poderia conduzir qualquer Estado à paz e que tarifas elevadas e barreiras ao comércio naturalmente estimulavam a guerra. Deste modo, ele via a ideia de tornar a economia norte-americana auto-sustentável não só como leviana, mas também como perigosa (LAFEBER, 1994).

falência, além de criar um seguro para garantir depósitos) e regulamentava a possibilidade de intervenção, por parte do governo, na Bolsa de Valores a fim de evitar especulação (VIZENTINI, 2006)

No longo prazo, o plano previa medidas que incluíam desde a concessão de auxílio monetário direto aos desempregados, estados, municípios e instituições de caridade, até a retomada de obras públicas paralisadas e a construção de novos empreendimentos - vistos, então, como parte importante do programa de combate ao desemprego e conseqüente aumento do consumo interno, retomada da produção e alavancagem da arrecadação de impostos (VIZENTINI, 2006)

Além de sua dimensão doméstica mais básica, Williams (1972, p. 168, tradução nossa) lembra que o *New Deal* incorporava também a percepção de que seria possível contornar os problemas econômicos da América por meio de “excedentes exportáveis”. Deste modo, promover o comércio exterior e o investimento estrangeiro eram vistas como políticas que poderiam garantir a estabilidade interna, além de, de quebra, ajudar a evitar, internacionalmente, a emergência de guerras e revoluções. Em suas palavras, baseado na proposição de que “*the political line-up followed the economic line-up*”, iniciou-se, neste período, um programa que voltava a reforçar a importância da expansão do sistema econômico americano para a solução de “problemas gerais e específicos”.

Em termos simples, “para a administração do New Deal, assim como para seus predecessores, a recuperação da América e sua prosperidade eram dependentes da aceitação das políticas americanas pelo resto do mundo” (WILLIAMS, 1972, p. 173, tradução nossa). As dificuldades enfrentadas internamente haviam tornado-se assunto de política externa. Vale ressaltar que, de acordo com LaFeber (1994) tal percepção ganhou ainda mais vazão quando, no fim de 1933, os experimentos domésticos demonstraram sua limitação, uma vez que a depressão ainda sufocava a economia. Este foi um momento importante de inflexão no que tange à forma como a crença no excepcionalismo manifestou-se.

Como em Theodore Roosevelt e John Hay, [os democratas] assumiram a necessidade, o desejo e a habilidade do sistema econômico americano de se expandir pelo mundo. E como Woodrow Wilson eles reivindicaram a liderança da América no estabelecimento e na manutenção de uma paz ordenada. Em casa e fora, a paz e a ordem eram os principais objetivos do *New Deal* (WILLIAMS, 1972, p. 168, tradução nossa).

Na esteira destas discussões, portanto, um dos primeiros “alvos” internacionais do governo foi a ruptura do padrão ouro por parte dos EUA. O sistema monetário vigorava desde

o século XIX e até os anos 1920 entusiasmavam os norte-americanos, já que o país tinha tornado-se o maior credor do mundo. A partir de 1933, no entanto, Grã-Bretanha, França e outras potências europeias haviam rompido com ele a fim de afastar suas economias do domínio americano, conforme narra LaFeber (1994). Somado a isso, o governo democrata desejava ter maior autonomia sobre o dólar tanto para elevar preços quanto para construir grandes projetos públicos que pudessem estimular o emprego dos cidadãos.

Além disso, FDR e Hull propuseram, em 1934, duas novas políticas que visavam a promoção dos produtos americanos no exterior. O primeiro, denominado Export-Import Bank, servia para estimular o financiamento do comércio. Por meio dele, o governo dos EUA podia controlar o fluxo de capital internacional. “Se outras nações precisassem de dólares, elas tinham que prometer comprar bens dos EUA e reduzir suas próprias barreiras para investidores e comerciantes norte-americanos” (LAFEBER, 1994, p. 374, tradução nossa). Inicialmente o programa emprestou recursos para países como Cuba e URSS, em seguida, expandiu-se para outras regiões, tendo particular importância na América Latina.

A segunda proposta do governo americano deu origem ao *Reciprocal Trade Act*, que permitia que os EUA fizessem acordos de 3 anos autorizando o país a reduzir suas tarifas em até 50% para outras nações desde que elas também estendessem esse benefício aos norte-americanos. Ao longo dos anos, tal política recebeu o nome de “princípio incondicional da nação mais favorecida” e foi incorporada como um instrumento de proteção do livre-comércio (LAFEBER, 1994; WILLIAMS, 1972).

Com relação a estes pontos, e no tocante à auto-percepção dos norte-americanos como detentores das “melhores práticas” existentes, é curioso notar que quando muitos países reagiram às políticas liberais incentivadas pelas EUA e sugeriram que o país era uma potência imperial, a literatura revela que os americanos ficaram “chocados” e “irritados”, argumentando que suas políticas haviam elevado o bem-estar nacional e o prestígio de áreas produtoras de matérias-primas (WILLIAMS, 1972, p. 174, tradução nossa). Tal postura revela, com clareza, a presença dos princípios que ordenavam a crença no excepcionalismo. Assim como a intolerância ao diferente é uma marca da tradição liberal, que baliza, em parte, o sentimento do excepcionalismo, o inconformismo com o questionamento dos princípios defendidos na América também remete ao mesmo debate.

Feitas tais considerações, portanto, o fato é que até meados dos anos 1930, para Williams (1972), FDR não havia ido mais longe que Hoover já que também colocava a economia como principal foco do governo. Assim, foi apenas com a emergência dos

chamados “rivais do eixo” que os EUA alteraram completamente este perfil de política externa rumo à ideia de *universal America*. Em analogia a célebre frase do próprio presidente, “o resto do mundo – ah! lá estava o atrito” (ROOSEVELT, 1936, s/p, tradução nossa).

5.1.1 A Segunda Guerra Mundial e as “quatro liberdades”

Ao fim da seção anterior sugeriu-se que, para além do *New Deal*, durante o governo Roosevelt os EUA teriam abandonado, paulatinamente, o legado deixado pelas administrações anteriores e assumido, ao invés disso, um papel renovado de liderança a fim de internacionalizar os valores da América por meio de uma postura ativa e de políticas empregadas universalmente. Um marco importante neste sentido deu-se com o envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial, que teve início formal em 1939 e perdurou até 1945. O outro, como a estruturação da ordem do pós guerra, em que prevaleceu a liderança americana. Ambos serão objeto de análise desta e da próxima seção.

Polarizando o bloco Aliado - EUA, Grã-Bretanha, URSS e França - e os países do Eixo - Alemanha, Itália e Japão – a Segunda Guerra Mundial fez resgatar, na América, o sentimento de que como potência especial, cabia ao país defender mundo afora os princípios sob os quais haviam se constituído. Em parte, tal percepção resgatava as bases do idealismo wilsoniano e o caráter “missionário” da inserção internacional da América. Diferente dos anos 1920, no entanto, tal engajamento vinha acompanhado, agora, de condições de poder renovadas e da paulatina ampliação do consenso dentro dos EUA, principalmente na sociedade estadunidense, que nos tempos de Wilson havia reagido negativamente ao internacionalismo proposto pelo governo.

O processo que levou ao reengajamento político do país no exterior teve início com a emergência de novos regimes que contrariaram o ideário liberal da América. Em 1933 Hitler havia tornado-se primeiro-ministro alemão e pouco mais de um ano depois já verificava-se a violência crescente praticada contra judeus no país. A Alemanha abandonou a Liga das Nações e todas as conferências de desarmamento, ao mesmo tempo em que a Gestapo, polícia secreta do nazismo, estava sendo fundada e que articulava-se um novo exército. Simultaneamente, o Japão ampliava sua influência na Ásia e desafiava a presença norteamericana naquela parte do planeta. Não à toa, a expansão nazista e japonesa preocupavam FDR desde o primeiro dia no poder, conforme registrou LaFeber (1994).

Apesar do olhar receoso, no entanto, assim como na Primeira Guerra Mundial, os norte-americanos pouco fizeram até que tais ameaças se tornassem explícitas contra os interesses e os valores representados pelos EUA. Segundo Williams (1972), foi apenas na segunda metade dos anos 1930 que Roosevelt e Hull identificaram que Itália, Alemanha e Japão representavam um risco direto à prosperidade e desenvolvimento dos EUA. “Por terem definido a atividade econômica no além-mar como essencial para o bem-estar dos EUA, os decisores norte-americanos estavam extremamente propensos a ver revoluções sociais nestes países como uma ameaça aos interesses nacionais vitais de sua própria nação”. Se no sentido mais amplo, “a perspectiva americana definiu como um perigo qualquer nação (ou grupo) que desafiasse ou limitasse sua expansão” (WILLIAMS, 1972, p. 174, tradução nossa), a percepção dos democratas somente foi claramente alterada, portanto, quando estes regimes passaram a lançar ataques contra regiões consideradas importantes para o sistema econômico norte-americano e quando começaram a competir fortemente com os empresários estadunidenses principalmente na América Latina e na Ásia.

Em 1937, por exemplo, os nazistas haviam tentado infiltrar-se no comércio latino-americano. A introdução dos serviços da Lufthansa, empresa aérea alemã, inclusive, fez com que os EUA se obrigassem a oferecer apoio para a expansão da *Pan American Airlines*. Neste mesmo sentido, é possível recordar também episódios pontuais como aquele em a família Rockefeller financiou, em 70 milhões de dolares, a planta de fábrica em Volta Redonda, no Brasil, para produção de aço. Mais tarde, em 1938, Hitler ampliou seu domínio sobre a Austria e invadiu a Tchecoslováquia. Em 1939 incursões militares marcaram a ocupação da Polônia. Em todos os casos a possibilidade de propagação daquilo que os EUA consideram “um mal” preocupava o governo. Começava oficialmente a Segunda Guerra Mundial (LAFEBER, 1994).

Nos EUA, os entusiastas da política de afastamento ainda eram relevantes. Em 1940, os isolacionistas haviam se unido em torno de lema “*America First*”, e Roosevelt proclamava que ainda não era tempo de envolver os norte-americanos militarmente no conflito. Ao longo da campanha eleitoral pela reeleição, inclusive, o presidente teria dito a seguinte frase à uma multidão durante sua passagem por Boston, conforme registrou LaFeber (1994): “Eu devo dizer de novo e de novo: seus meninos não serão enviados a nenhuma guerra no exterior”.

Apesar disso, com a ocupação de Paris pelos alemães, e pouco tempo depois, com o clamor de Churchill, que implorava “dos escombros bombardeados de Londres” “pela maciça ajuda dos EUA” (LAFEBER, 1994), uma nova onda de internacionalismo tomou conta da

sociedade americana, que passou a ver nos EUA uma espécie de “potência redentora” do conflito.

Como bem descreveu Lind (2006, p. 104), em um mundo comandado por um ou por alguns impérios totalitários, os Estados Unidos teriam que abandonar seu modo de vida. A percepção desta ameaça, portanto, estimulava o sentimento de defesa dos elementos que faziam dos EUA uma “experiência de sucesso” por parte dos cidadãos do país.

Pesquisas mostram que no verão de 1940 dois-terços dos americanos apoiavam a existência do serviço militar obrigatório de um ano (MURRAY, KNOX e BERNSTEIN, 1994, p. 441). Além disso, imediatamente após a queda francesa estudos revelaram que 75% dos estadunidenses apoiavam a ideia de que era preciso fazer algo mais para ajudar a Grã-Bretanha. Um ano depois, em 1941, novos dados mostraram que dois terços dos entrevistados preferiam fazer algo pela Grã-Bretanha do que ficar fora da guerra (LAFEBER, 1994, p. 394).

Para além do sentimento moralista, vale lembrar também que o desenvolvimento do poder aéreo assustava os americanos e contribuía, neste contexto, para a intensificação da crença de que era preciso reagir.

Os EUA não eram mais vistos como uma fortaleza protegida pelos oceanos, mas uma ilha que poderia ser atacada a qualquer dia por aviões que viessem pela rota do Artico do nordeste europeu. Quando o globo era olhado pelos polos, os EUA estavam mais próximos da Europa do que da América do Sul. Novos estrategistas, liderados por Sir Halford Mackinder e Nicholas Spykman, detalhavam as consequências militares e políticas desta perspectiva (LAFEBER, 1994, p. 394, tradução nossa).

Além disso, é importante pontuar que, nos anos 1940, a mídia exerceu grande influência no sentido de promover a campanha pelo engajamento norte-americano no conflito. Passou a intensificar a propaganda sobre os horrores da guerra, de modo que até mesmo programas infantis ganharam essa conotação. Hollywood neste mesmo sentido também passou a liderar o movimento favorável à intervenção dos EUA, como ficou claro com a divulgação de filmes como de *Sergeant York* (LAFEBER, 1994). A política externa urgia em atender às demandas domésticas. A América tinha poder suficiente para alterar o rumo da guerra e, mais do que isso, tinha a obrigação moral de fazê-lo, acreditava o povo estadunidense.

Sensível à pressão da opinião pública, FDR, portanto, viu-se diante da necessidade de administrar a ala isolacionista que ainda era significativa no Congresso. Aos poucos, então, o governo buscou alternativas para participar do conflito sem alarmar os mais conservadores.

Afirmando que desejava “manter a guerra longe de nosso país e de nosso povo”, Roosevelt propôs uma política de “lend-lease” ao legislativo: os Estados Unidos iriam emprestar ou arrendar bens para a Grã-Bretanha, que iria, de alguma forma, retornar tais bens à América depois da guerra (LAFEBER, 1994, p. 395, tradução nossa). Paulatinamente, portanto, os norte-americanos financiaram a atuação dos ingleses, até que, ao fim de 1940, já reeleito, Roosevelt disse que os EUA deveriam “**ser o grande arsenal da democracia**”. Em um discurso que entrou para a história, o presidente pontuou que

nunca depois de Jamestown e Plymouth Rock **a civilização americana corria tanto perigo** como [naquele momento] [...] Se a Grã-Bretanha cai[sse], as potências do Eixo controlar[iam] os continentes da Europa, Asia, Africa, Australia e os grandes mares - e eles estar[iam] em posição de trazer enormes volumes de recursos militares e navais contra este Hemisfério. Não [era] exagero dizer que todos, nas Américas, pode[ríamos] estar vivendo em ponto de bala (ROOSEVELT, 1940, s/p, tradução nossa, grifo nosso).

Não à toa, durante 1941, conforme relatou LaFeber (1994), estava claro que os EUA já participavam da guerra ainda que não a tivessem declarado formalmente. Em junho deste mesmo ano, o país havia estabelecido um protetorado sobre a Groenlândia e os Açores. Além disso, tropas estavam estrategicamente posicionadas na Islândia, e o país havia direcionado incontáveis recursos para a Grã-Bretanha, os soviéticos e a China. Nas palavras do autor, um mês depois, em 22 de julho, com a invasão alemã sobre a URSS na maior operação de terra da história, os americanos ficaram pasmos. O Departamento de Estado não emitiu sequer uma declaração em mais de 24 horas. Quando decidiu manifestar-se publicou um anúncio “amaldiçoando a violação dos direitos humanos soviéticos” e oficializando que os EUA “apoiavam qualquer força contra o Hitlerismo” (cf. LAFEBER, 1994), uma espécie de crença ou ideologia política vista como oposta à tradição americana. Em 07 de dezembro, a marinha imperial japonesa atacou a base norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí. Na ocasião, mais de 2000 pessoas morreram. Este ataque marcou o ingresso oficial dos EUA na Segunda Guerra.

Assim como ocorrera em fins da década de 1910, era novamente a crença no excepcionalismo que balizava o engajamento dos EUA em um conflito de proporções mundiais. Uma vez mais, “os soldados americanos haviam aceitado morrer lutando pela liberdade de seus companheiros cidadãos nos Estados Unidos” (LIND, 2006, p. 04, tradução nossa. Assim, conforme pontuou Lind (2006, p. 04, tradução nossa) “o propósito do *American Way of Strategy* sempre foi defender o *American way of life*”.

Reforçando a motivação ideacional da entrada no conflito, Roosevelt rapidamente pronunciou-se alegando que o país encontrava-se “em meio a guerra, não por conquista, não por vingança”, mas, segundo ele “**por um mundo em que esta nação, e tudo que esta nação representa, seja seguro para nossas crianças**”. Ele disse, neste contexto que os EUA não apenas venceriam a guerra, mas, sobretudo, “a paz que a seguiria” (ROOSEVELT, 1941b, s/p, tradução nossa, grifo nosso).

Assim, portanto, Franklin Roosevelt

rapidamente reafirmou, o tipo de *noblesse oblige* aristocrática que seu primo Theodore havia infundido diplomacia americana. Ele também apresentou um bom bocado do fervor cruzadista que visava a extensão de ideias e ideais americanos que haviam caracterizado as perspectivas e ações de Woodrow Wilson. O *noblesse oblige* de Roosevelt e o senso de missão deu a sua política externa um tom mais assertivo e expansivo do que produziu a ênfase na expansão econômica eficiente de Hoover (WILLIAMS, 1972, p. 165, tradução nossa).

Como bem resumiu Williams (1972, p. 201, tradução nossa, grifo nosso)

A convergência do senso de uma necessidade econômica e um chamado moral transformaram o conceito tradicional da expansão do *open doors* em uma visão de Século Americano. Nesta tendência os EUA entraram e lutaram na Segunda Guerra Mundial. **Os americanos estavam convencidos que estavam defendendo uma democracia anti-colonial carregada da responsabilidade de regenerar o mundo.** Eles também passaram a acreditar firmemente que a sua própria prosperidade e democracia dependiam da continuidade de expansão de seu sistema econômico baseado na estratégia do *open doors*.

Esta retomada do “excepcionalismo missionário” demarcou aquilo que, em julho de 1928, anos antes de tornar-se presidente, FDR já havia defendido no artigo *Our foreign policy: a democratic view* na revista *Foreign Affairs*. Neste texto, conforme avaliou Steinberg (1998), Roosevelt “declarou seu compromisso de reviver os princípios fundadores da República americana, particularmente os princípios orientadores da política externa norte-americana associada com John Quincy Adams”, como já mencionado anteriormente.

No artigo, Roosevelt disse:

Uma análise da nossa própria história refuta a acusação de que este espírito egoísta é o verdadeiro espírito americano. **Nos debates durante a guerra da Revolução e nas longas discussões imediatamente anteriores à adoção da Constituição ficou claro que o pensamento cuidadoso estava sendo dado a todas as formas imagináveis de governo, na esperança de que aquilo que os Estados Unidos finalmente adotaram pudessem servir como um padrão para as outras pessoas,** especialmente no que diz respeito ao espírito que deve reger as relações de um Estado com outro (ROOSEVELT, 1928, s/p, tradução nossa, grifo nosso).

Dando continuidade ao argumento, destacou:

Após a paz geral de 1815, a recém-conquistada independência das nações da América do Sul e Central proporcionou oportunidades freqüentes para a reconquista e perturbação, a nossa resposta foi a **Doutrina Monroe**, uma política que visa não só a auto-proteção, mas, no sentido mais amplo, a paz continental. Promulgada por uma administração democrata, foi o nosso contra-ataque contra a tentativa desesperada da Santa Aliança para conter a ascensão do liberalismo, por interferir nos assuntos internos do governo e por esmagamento colônias revoltantes desejosos de estabelecer democracias. Aqui, novamente, o pensamento da América não era apenas egoísta, mas foi influenciado por um ideal (ROOSEVELT, 1928, s/p, tradução nossa, grifo nosso).

Finalizou assim:

O momento [claramente referindo-se aos anos 1930] é propício para começar outro capítulo. Na nova página que há muita coisa que deve ser escrito no espírito de nossos antepassados. **Se a liderança é do direito ou, mais verdadeiramente, se o espírito por trás dele é grande os Estados Unidos podem recuperar a confiança e amizade do mundo** e tornar-se novamente do serviço. Podemos apontar uma vez mais para a redução de armamentos pelo caminho, podemos cooperar oficialmente e de todo o coração com cada agência que estuda e trabalha para aliviar os males comuns da humanidade e que podemos para sempre renunciar à prática da intervenção arbitrária no assuntos internos de nossos vizinhos (ROOSEVELT, 1928, s/p, tradução nossa, grifo nosso).

Dando vazão a estas ideias, a administração Roosevelt defendeu, portanto, que os americanos deveriam garantir uma ordem fundada sobre as chamadas “quatro liberdades humanas essenciais”, que resumiu da seguinte forma, quando já era o presidente dos tempos de Segunda Guerra Mundial: 1) “liberdade de expressão, em todos os lugares do mundo”; 2) “liberdade para adorar Deus à sua própria maneira, em todos os lugares do mundo”; 3) “liberdade de querer, que, traduzido em termos mundiais, significa entendimentos econômicos que possam garantir a cada nação uma vida de paz saudável para seus habitantes em todos os lugares do mundo”; 4) “liberdade do medo, que, traduzido em termos mundiais, significa uma redução mundial de armamentos a tal ponto e de uma forma tão completa que nenhuma nação estará em posição de cometer um ato de agressão física contra qualquer vizinho e em qualquer lugar no mundo” (ROOSEVELT, 1941a, s/p, tradução nossa).

Reforçando a crença no excepcionalismo americano, tal proposta trazia consigo a ideia de que, nas palavras do presidente,

esta nação [os EUA] colocou seu destino nas mãos e nas cabeças de seus milhões de homens e mulheres livres, e sua fé em liberdade, sob a orientação de Deus. Liberdade significa a supremacia dos direitos humanos em todos os lugares. Nosso apoio vai para aqueles que lutam para ganhar a esses direitos ou mantê-los. Nossa força está na nossa unidade de propósito. Para esse conceito de alta, não pode haver final save vitória (ROOSEVELT, 1941a, s/p, tradução nossa, grifo nosso).

Dando sentido a tais percepções, portanto, ao oficializar a visão pós-guerra na Carta do Atlântico, em 1941, o governo americano fez questão de apontar que “a guerra era lutada pela proteção do auto-governo de todos, liberdade de navegação, um sistema geral de segurança no pós guerra, liberdade diante do medo e da vontade, um sistema economico justo que garantisse o acesso ao bem-estar global” (LAFEBER, 1994, p. 401, tradução nossa). Dali por diante, a estratégia dos EUA estaria focada em duas frentes: a) na construção de uma ordem global compatível ao “excepcionalismo missionário tradicional”, que seria transformado, aos poucos, em “excepcionalismo missionário hegemônico” e b) na contenção dos países que eventualmente poderiam representar uma ameaça aos ideais da América. As próximas seções deverão explorar estas dimensões.

5.1.2 A consolidação da *Pax Americana*

É verdade que a crença no excepcionalismo americano balizou a inserção dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, conforme analisou-se na seção anterior. Apesar disso, ao longo do governo Roosevelt, o ponto alto da manifestação desta crença deu-se por meio do arranjo que seguiu o encerramento do conflito.

Conforme destacou Pecequilo (2005, p. 126), “até 1944, a política externa norte-americana havia estado relativamente pouco envolvida na administração do sistema internacional, havendo um engajamento estreito e limitado que se caracterizava por intervenções periódicas e localizadas, à exceção do wilsonianismo”. Assim, se antes a “garantia do experimento americano” era uma prioridade para o governo do país, com o fim da guerra, a criação de um ambiente internacional estável e favorável a expansão dos valores americanos passava a compor, no novo contexto, o topo da agenda.

De acordo com os registros de Layne (2007, p. 42, tradução nossa), o planejamento do mundo pós-guerra teria começado, para os EUA, ainda em dezembro de 1939, quando o secretário Cordell Hull organizou um comitê para estudar os problemas de paz do novo cenário, bem como para refletir sobre a reconstrução do sistema. A ideia era, por meio deste grupo, “fazer um levantamento dos princípios básicos que deveriam basear uma ordem mundial desejável após o término das hostilidades e com referência para os melhores interesses dos Estados Unidos”.

Anos mais tarde, em 1943, uma pesquisa da Gallup havia mostrado que 74% dos americanos eram favoráveis, naquele momento, à existência de “uma força policial internacional” depois do fim do conflito (MCDUGALL, 1997). Sem surpresa, em 1945, Roosevelt declarou que os EUA haviam reconhecido, de uma vez por todas, que o seu próprio bem-estar era dependente do bem-estar de outras nações e que não era mais possível aos americanos “viver como avestruzes”, ou seja, alheios à realidade internacional (ROOSEVELT, 1945, s/p, tradução nossa). Ao contrário, a América estava pronta para consolidar-se como uma hegemonia, e os estadunidenses aptos a erigirem uma ordem baseada em seus valores e princípios. Como mais que uma potência exemplar, acreditava-se que caberia ao país cumprir a sua missão divina e que havia condições materiais e ideacionais para tanto.

Nas palavras de McDougall (1997), construir uma nova ordem global significava organizar o mundo à imagem e semelhança dos EUA, o que, na perspectiva dos norte-americanos elevaria as condições de vida no planeta, o chamado “imperialismo do bem-estar”. Referindo-se a reconstrução do mundo pós-guerra, o presidente americano disse, em seu discurso inaugural de 1945:

O Deus Todo-Poderoso abençoou a nossa terra de muitas maneiras. Ele tem dado ao nosso povo corações robustos e braços fortes, para ferir com golpes poderosos de liberdade e verdade. Ele deu a nosso país uma fé que se tornou a esperança de todos os povos em um mundo angustiado. Então nós oramos a Ele agora para a visão para ver o nosso caminho claramente, para ver o caminho que conduz a uma vida melhor para nós e para todos os nossos semelhantes e para a realização de Sua vontade para trazer a paz na terra (ROOSEVELT, 1945, s/p, tradução nossa, grifo nosso).

Além do reforço do *wilderness*, a América era aqui vista como predestinada e sua liderança central para a consolidação de um mundo efetivamente livre e próspero. Assim, em meados da década de 1940, quando boa parte dos países, sobretudo europeus, ainda enfrentavam as mazelas ocasionadas pela guerra, os EUA emergiam como uma potência capaz de equilibrar o sistema de acordo com suas preferências e valores (PECEQUILO, 2005).

Conforme defendeu Paul Kennedy (1989, p. 343), na medida em que “o resto do mundo estava exaurido pela guerra, ou numa fase de “subdesenvolvimento” colonial, o poderio americano em 1945 era, à falta de outro termo, *artificialmente* alto, como, o da Grã-Bretanha em 1815”. Em termos simples, em 1945 os EUA tinham tanto os “meios” quanto a “oportunidade” de realizar uma expansão hegemônica: “os interesses dos EUA estavam

espalhados pelo mundo e não podiam mais estar confinados ao norte ou sul da América e ao Oceano Pacífico”, como disse, em certa ocasião Harry Hopkins, um enviado especial dos EUA para Moscou (LAYNE, 2007, p. 41, tradução nossa).

Entre 1940 e 1944 o crescimento industrial oscilava em torno de 15% ao ano, índice considerado *record* quando comparado a todos os períodos anteriores. Neste contexto, ficava a cargo da América fornecer um terço da produção mundial de artigos de todos os tipos. Os norte-americanos eram, em 1945, donos de 50% do transporte marítimo do planeta, correspondiam aos maiores exportadores de mercadorias do globo e, nos anos que seguiram-se ao fim do conflito, eram responsáveis, ainda, por prover um terço das exportações do sistema. Embora este crescimento fosse em parte estimulado pela produção bélica, que havia variado de 2% do produto total, em 1939, para cerca de 40% em 1943, ele revelava também o vigor do setor civil da economia. O padrão de vida da sociedade americana era superior ao de qualquer outra nação, bem como o produto *per capita*. Encerrado o conflito, os EUA eram donos de reservas em ouro que somavam 20 bilhões de dólares, praticamente dois terços do total mundial, que então era de 33 bilhões (KENNEDY, 1989, p. 343).

Quando medido em dólares constantes de 1939, o PNB (Produto Nacional Bruto) do país passou de 88,6 bilhões para 135 bilhões em 1945. Os problemas econômicos enfrentados na década anterior e superados por meio do *New Deal* davam espaço à uma nova fase de emprego da mão-de-obra estadunidense. Além disso, ao longo do conflito, a fábrica produtiva norte-americana havia expandido-se em cerca de 50%, além dos avanços na produção física de mercadorias, que teria aumentado em mais da metade (KENNEDY, 1989, p. 343).

Se “economicamente o mundo estava em suas mãos”, conforme sugerira Kennedy (1989, p. 343), militarmente a primazia norte-americana era também digna de menção. No pós-guerra, os EUA detinham o monopólio das bombas atômicas, administravam 12,5 milhões de soldados em armas, dentre os quais mais da metade encontrava-se no exterior. Ao mesmo tempo, a marinha do país, com 1.200 navios de grande porte, superava a esquadra britânica, que historicamente era considerada “Rainha dos Mares”. A força aérea era ainda mais grandiosa: além dos mais de 2.000 aviões bombardeiros pesados que haviam derrotado as forças nazistas e os mil *boeings* B-29s utilizados nas cidades japonesas, novos jatos ainda mais poderosos eram adquiridos, como os chamados *convair* B-36. Em 1945 os norte-americanos faziam-se presentes em 69 diferentes divisões no continente europeu e em 26 na Ásia e Pacífico. Assim como ocorrera com os ingleses em seu período de ascensão “os

americanos, por sua vez, viram a sua influência informal em várias áreas transformar-se em algo mais formal - e mais envolvente” (KENNEDY, 1989, p. 344).

Para além dos fatores materiais que já faziam dos EUA a maior potência do sistema, o país foi alçado ao posto de *hegemon* global na medida em que, nas palavras de Pecequillo (2005, p. 242), os norte-americanos passaram a “sustentar o domínio e controle do sistema, impondo uma visão de mundo”. Seguindo os parâmetros de Aron (2002, p. 157) para classificar uma potência hegemônica, ao serem capazes de mobilizar determinados recursos com exclusividade e diante da possibilidade de estabelecer um tipo de hierarquia informal em que prevalecessem seus valores e prioridades, uma percepção era clara: a *Pax Americana* tinha, de fato, amadurecido.

Apesar de ter sido impulsionada pela conjuntura do mundo em conflito e de ter se desenvolvido na seqüência dos chamados ciclos hegemônicos (cf. GILL, 1994), assim que tornou-se superpotência, a América buscou afastar-se das formas tradicionais de exercício do poder político, abandonando práticas como a conquista colonial e a anexação de territórios e, em lugar disso, passou a investir em novas estratégias de liderança (HURRELL, 2005). Tal conduta formalizava, em arena internacional, as crenças-base que constituem domesticamente a crença no excepcionalismo americano.

Dando sentido à tese de Ikenberry (2001) de que, após grandes conflitos, novas ordens internacionais são edificadas pelos Estados vitoriosos e à leitura de Dupas (2003, p. 277) de que “a nação hegemônica é aquela que conduz o sistema de nações a uma direção desejada por ela, mas ao fazê-lo consegue ser percebida como buscando o interesse geral”, os EUA foram capazes, após o encerramento do conflito mundial, em 1945, de erigir uma ordem que fosse compatível com as estruturas internas e interesses externos do país. Assim, não apenas as prioridades estratégicas dos norte-americanos, presentes na agenda do país desde sua independência, como também suas crenças e princípios constitutivos passavam a serem também características da dinâmica internacional (MEAD, 2002).

Para Pecequillo (2007), deste modo, ao combinar componentes *hard* e *soft* de poder o modelo de liderança proposto pelos norte-americanos tinha como objetivo “agregar confiabilidade e legitimidade ao país, percebido como um parceiro e “mantenedor de equilíbrios” regionais e globais”.

No mundo pós-1945, consolidava-se uma ordem baseada no liberalismo e na democracia. O sentimento “cruzadista messiânico” encontrava seu ponto ótimo neste

momento. Ao mesmo tempo em que promovia-se a abertura dos mercados, eram fundadas diversas instituições com vistas à cooperação e, simultaneamente, formalizados múltiplos laços de defesa (IKENBERRY, 2001). À luz de Gilpin (1987), ao empregar recursos de diversas naturezas, os norte-americanos foram capazes de estabelecer, sobretudo, o seu consenso ideológico, demarcando, assim, interesses comuns entre eles próprios e o restante do mundo. A hegemonia liberal estava ancorada em “coligações de segurança” como solução para o problema da anarquia, na reciprocidade sobreposta à coerção, na abertura estrutural da economia e na difusão da identidade cívica do Ocidente (IKENBERRY, 2006).

Na esteira do pós-guerra, o governo americano fomentou o estabelecimento da Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de um texto preparado pelo Departamento de Defesa americano e apresentado na Conferência de Dumbarton Oaks. Conforme pontuou Kissinger (1994) a ideia era criar uma espécie de “condomínio de nações”, denominadas “os quatro policiais” (EUA, URSS, Grã-Bretanha e China), que seriam responsáveis pela preservação da estabilidade e da segurança regional e global. Pretendia-se dividir, entre elas, os custos e as responsabilidades dos grandes temas político-militares do mundo. Elas seriam as garantidoras da paz e da prosperidade que, segundo o imaginário norte-americano, só poderia ser atingido a partir da obediência dos princípios clássicos do liberalismo.

Ao mesmo tempo, impulsinou-se, no mesmo período, a criação do sistema Bretton Woods, que sob liderança da comissão liderada por Harry Dexter White do Departamento do Tesouro, deu origem ao Fundo Monetário Internacional (FMI), ao Banco Mundial (BIRD) e à Organização Internacional do Comércio (OIC), que embora não tenha passado a existir de fato, renunciou as preocupações que levaram à consolidação do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) em 1947. Ao clamar pela aprovação do arcabouço institucional junto ao Congresso, em 12 de fevereiro de 1945, Roosevelt reforçou a crença de que apenas por meio deste tipo de arcabouço seria possível conquistar o progresso:

Nós todos sabemos que a economia mundial próspera deve ser construída em mais investimentos estrangeiros. As taxas de câmbio devem ser estabilizadas e os canais de comércio abertos através do mundo. Um comércio exterior grandioso, após a vitória, vai gerar produção e, portanto, a riqueza. Ele vai tornar possível a manutenção de investimentos estrangeiros [...] Quase ninguém no mundo moderno produz o que come, usa e vive dentro, e somente pela divisão de trabalho entre pessoas e áreas geográficas com todos os seus recursos variados e pelo aumento da produção global que a especialização possibilita que qualquer país moderno possa sustentar sua população atual. É através da troca e comércio que a produção eficiente em grandes unidades torna-se possível. Para expandir o círculo de negociação, para torná-lo mais rico, mais competitivo, mais variado, é uma contribuição fundamental para a riqueza e o bem-estar de todos (ROOSEVELT, 1945, s/p, tradução nossa).

Além disso, no plano militar, em 1947, é importante lembrar que seria fundada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e instaladas várias bases militares norte-americanas no exterior. Com isso, nas palavras de Fiori (1997, p. 102) a idéia era englobar, sob a égide dos EUA, planos de governança em múltiplas esferas. Se, por um lado a lógica que prevalecia, neste contexto, era a de que os demais Estados, ao compartilharem os benefícios da ordem hegemônica, não teriam estímulos para desestabilizá-la ou transformá-la (MASTANDUNO, 1999), por outro, não faria sentido, na percepção dos norte-americanos, que os demais países o fizessem, uma vez que acreditava-se que apenas por meio desta conformação de ideias seria possível prosperar tanto quanto a América, que, ao tornar-se a líder do mundo livre, estava realizando seu destino.

5.2 Truman e a Doutrina da Contenção

Além da criação de uma ordem internacional favorável, um segundo tema também passou a ser central para as relações internacionais dos EUA durante os anos 1940 e igualmente esteve embuido da auto-percepção dos estadunidenses quanto à sua excepcionalidade: tratava-se da preocupação em conter os avanços da URSS, que já despontava, naquele contexto, como a segunda maior potência do planeta. Este aspecto é importante para esta pesquisa, porque representa o episódio ideacional derradeiro no processo de elevação do país à categoria de superpotência.

Assim, é preciso reforçar que apesar do incômodo evidente com o acúmulo de capacidades materiais dos soviéticos, as políticas adotadas pelos EUA para lidar com a questão no período, estiveram permeadas, em muito, pela síndrome relacionada “ao outro”, “ao diferente” discutida por Hartz (1991) ao longo do primeiro capítulo desta dissertação e já aplicado no debate das duas guerras mundiais.

Conforme pontuou Layne (2007), o desconforto americano com a URSS já existia desde 1917 quando, com a revolução bolchevique, o país havia consolidado-se como berço de um projeto revolucionário e transformador da ordem capitalista existente. Não à toa, o país levou quase uma década para reconhecer o novo governo e, por cerca de dois anos, durante a guerra civil, financiou os chamados “russos brancos” contra o regime. Se até o início de 1945 a aliança havia sido mantida apenas em função da guerra, com a morte de Roosevelt, em abril

do mesmo ano, no entanto, teve início um momento em que acentuou-se a clivagem de interesses e ideologias entre os dois países, de modo que, entre 1945 e 1947, com Truman a frente do governo, o relacionamento entre tais potências notadamente se deteriorou (PECEQUILO, 2005).

A importância, mais uma vez, dos valores e princípios basilares da crença excepcionalista ficou evidente quando, ao falar sobre o que considerava os fundamentos da política externa dos EUA, Truman fez referência à uma lista de 12 itens entre os quais todos os elementos destacavam traços que enalteciam a ordem liberal defendida pelos EUA e condenavam qualquer tipo de ingerência estranha a esta lógica. Ele disse:

- 1- Nós não desejamos expansão territorial ou vantagens egoístas. Nós não temos planos de agressão contra qualquer outro estado, pequeno ou grande. Nós não temos qualquer objetivo que demande confrontar as intenções pacíficas de nenhuma nação.
- 2- Nós acreditamos no eventual retorno dos direitos soberanos e no auto-governo para todos os povos que tenham sido privados dele pela força.
- 3- Nós não devemos aprovar mudanças territoriais em qualquer parte amiga do mundo a não ser que eles estejam de acordo com o desejo livre de seu povo.
- 4- Nós acreditamos que todos os povos que estão preparados para o auto-governo devem ter permissão para escolher suas próprias formas de governo por sua própria escolha livre, sem a interferência de qualquer fonte externa. Isso é verdade na Europa, na Ásia, na África, assim como no Hemisfério Ocidental.
- 5- Pela ação combinada e cooperativa de nossos Aliados, nós devemos ajudar estados inimigos derrotados a estabelecer governos pacíficos e democráticos por sua própria vontade. E nós devemos tentar atingir um mundo em que o nazismo, facismo e agressão militar não possam existir.
- 6- Nós devemos recusar o reconhecimento de qualquer governo imposto a qualquer nação pela força de qualquer potência estrangeira. Em alguns casos pode ser impossível prevenir imposições pela força deste tipo de governo. Mas os Estados Unidos não reconhecerão nenhum destes governos.
- 7- Nós acreditamos que todas as nações devem ter liberdade de navegação pelos mares e direitos iguais de navegação de rios e hidrovias que passem por mais de uma nação.
- 8- Nós acreditamos que todos os estados são aceitos em uma sociedade de nações devem ter acesso em termos equivalentes ao comércio e matérias primas do mundo.
- 9- Nós acreditamos que estados soberanos do hemisfério ocidental, sem interferência de fora do Hemisfério Ocidental, devem trabalhar juntos como bons vizinhos na solução de problemas comuns.
- 10- Nós acreditamos que a inteira cooperação entre as nações, grandes e pequenas, é essencial para a melhoria das condições de vida por todo o mundo, e para o estabelecimento da liberdade do medo e liberdade de desejo.
- 11- Nós devemos continuar ambicionando a promoção da liberdade de expressão e a liberdade de religião por todas as regiões do mundo que são afeitas a paz.
- 12- Nós estamos convencidos de que a preservação da paz entre as nações requer a Organização das Nações Unidas composta por todas as nações amantes da paz que aceitam o uso da força, se necessário, para garantir a paz (TRUMAN, 1945, s/p, tradução nossa)

Conforme registrou Pecequilo (2005), se até a Conferência de Yalta as relações ainda eram boas, a partir da Conferência de Potsdam, as divergências tornaram-se evidentes, trazendo consigo as primeiras divisões entre Oriente e Ocidente que, anos mais tarde, caracterizaria a Guerra Fria. As divergências ideológicas, que haviam sido deixadas de lado em face da urgência de combater o fascismo e o nazismo durante a Segunda Guerra, davam agora sinais de que não poderiam ser superadas. Mais uma vez na história diplomática dos EUA não era apenas uma questão imediata de balanço de poder, a cooperação entre “*strange bedfellows*” é que não era mais possível.

O ano de 1946 foi, neste sentido, central para o afastamento e aprofundamento da crise entre os dois países, uma vez que o expansionismo soviético e sua atuação no Irã, Turquia e Grécia demonstrava não só a disposição em disputar interesses materiais com os EUA, mas reforçava, sobretudo, a propagação de uma visão de mundo diferente daquela defendida pelos EUA, por meio da expansão do comunismo (PECEQUILO, 2005). Conforme colocou Spanier (1992), a ampliação da influência soviética representava uma ameaça à independência dos chamados “povos livres” que compartilhavam de valores como a democracia e a liberdade dos quais os EUA eram os principais porta-vozes. Para o governo americano, portanto, era tempo de agir. Disse Truman:

Muitos de nosso povo, aqui na América, acostumaram-se a pensar que nós poderíamos escapar dos problemas do mundo simplesmente permanecendo restritos às nossas próprias fronteiras. Duas guerras nos mostraram o quão errados estavam essas pessoas. Nós sabemos hoje que não podemos encontrar segurança no isolacionismo. Se nós queremos viver em paz, nós devemos nos unir a outras nações em um esforço contínuo para organizar o mundo para a paz (TRUMAN, 1947, s/p, tradução nossa)

Embuídos de um sentimento moralista e prevalecendo a sensação de incompatibilidade de conciliação entre dois modos de vida que representavam sistemas políticos e econômicos distintos, portanto, coube ao governo Truman delinear uma doutrina que fosse capaz de definir o posicionamento dos EUA neste sentido. Com a conquista da maioria no Congresso em 1947, os legisladores republicanos começaram a estimular, na América, um processo de desmobilização da capacidade ofensiva do país que relembra o “retorno à normalidade” dos tempos de Harding (AMBROSE, 1991).

Acreditando que a posse da bomba atômica era um trunfo estratégico para os EUA, eles incentivaram o movimento que fez com que rapidamente os demais poderes americanos sofressem reduções consideráveis. Ainda no mesmo ano: “o Exército havia reduzido de 8

milhões para 1 milhão de homens; a Marinha de 3,5 milhões para menos de 1 milhão e a Força Aérea de mais de 200 para menos de 50 grupos de combate efetivos”. Assim, aos poucos, a política externa e a política militar haviam se distanciado (AMBROSE, 1991, p. 79, tradução nossa). Para reverter esta tendência, portanto, era preciso, na visão do governo democrata, reforçar a ameaça representada pelos comunistas soviéticos e, de uma vez por todas, elevar os EUA à função de guardião das liberdades do mundo. Na ocasião, o presidente disse:

No presente momento da história mundial quase toda nação precisa escolher entre modos alternativos de vida. Frequentemente a escolha não é livre. Um modo de vida é baseado na vontade da maioria, e se distingue pelas instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias da liberdade individual, liberdade de discurso e religião e a liberdade da opressão política. O segundo modo de vida é baseado na vontade forçosamente imposta de uma minoria sobre a maioria. Ela reside no terror e na opressão [...] na suspensão das liberdades individuais. Acredito que deve ser a política dos Estados Unidos apoiar os povos livres que estão resistindo à tentativa de subjugação pelas minorias armadas ou pelas pressões externas. Acredito que devemos ajudar os povos livres a construir seus próprios destinos de sua própria maneira (TRUMAN, 1947, s/p, tradução nossa, grifo nosso).

A estratégia do governo americano para a URSS foi lançada em discurso feito pelo presidente ao congresso em 12 de março de 1947. Poucos meses depois, em julho de 1947, a Doutrina Truman ficaria conhecida como Doutrina da Contenção (*containment*, em inglês), sendo formalmente propagada por meio da publicação do artigo *The Sources of Soviet Conduct* na revista *Foreign Affairs*. Escrito por um autor que apresentava-se por meio do codinome “Sr. X”, o documento propunha, aos EUA, a combinação de medidas militares, econômicas e diplomáticas a fim de conter a disseminação do comunismo.

Com o passar do tempo, o misterioso “Sr. X” foi revelado como sendo George Kennan, diplomata do Departamento de Estado americano, que vinha há algum tempo defendendo uma posição mais agressiva dos EUA contra a URSS. Eternizado como o “pai da contenção”, ele é considerado um *policy-maker* central do período, já que era conselheiro do Secretário de Estado George Marshall. Ao publicar anonimamente, conforme pontuou Mearsheimer (2012), Kennan, que era um membro influente do governo, desejava que suas reflexões não fossem confundidas com as políticas oficiais da administração Truman.

O artigo publicado na *Foreign Affairs*, era, na verdade, uma versão estendida do conhecido “Longo Telegrama”, um documento produzido por ele, em fevereiro de 1946, enquanto servia em Moscou. Em ambos prevalecia a noção de que a URSS era uma potência expansionista que representava uma ameaça perigosa aos EUA.

No artigo, dizia-se:

Está claro que o principal elemento de qualquer política dos Estados Unidos em direção à União Soviética deve ser a de uma contenção de longo prazo, paciente, mas firme e vigilante das tendências expansionistas russas [...] **a pressão soviética sobre as instituições livres do mundo ocidental é algo que pode ser contido pela habilidosa e vigilante aplicação contrapressões** em uma série de pontos geográficos e políticos em constante mudança, correspondentes as alterações e manobras da política soviética [...]. É totalmente possível para os Estados Unidos influenciar por suas ações os desenvolvimentos internos, tanto dentro da Rússia, como através do movimento comunista internacional pelo qual a política russa é amplamente determinada [...] **É uma questão de em que medida os Estados Unidos podem criar genericamente entre os povos do mundo a impressão de um país que sabe o que quer, que está lidando com sucesso com os problemas de sua vida interna e com as responsabilidades de um poder mundial, e que tem uma vitalidade espiritual capaz de destacar-se entre as principais correntes ideológicas do tempo [...]** Para evitar a destruição, os Estados Unidos somente precisam estar a altura de suas próprias tradições [...] (X, 1947, p. 575-576 e 581-582, tradução nossa, grifo nosso).

Como bem observou Gaddis (1982), os objetivos fundamentais da contenção estavam em proteger a segurança nacional de qualquer tipo de interferência externa, bem como promover o bem-estar do povo americano. Acreditava-se que o interesse coletivo seria melhor servido não apenas tentando reestruturar a ordem internacional no formato defendido pelo governo FDR, o que Kennan chamava de “solução universalista”, mas por meio de uma abordagem “particularista” baseada na manutenção do equilíbrio de poder, de tal modo que nenhum Estado ou grupo de Estados pudessem dominar o sistema. Por esta razão, os americanos “deveriam tratar a União Soviética como uma rival”, já que seus líderes poderiam ser associados à Napoleão ou Hitler, com quem eventualmente era ainda mais difícil lidar (X, 1947, p. 125, tradução nossa). Acreditava-se que se a América era um império por convite, a URSS era um império por imposição (GADDIS, 1997). Sob os critérios de legitimidade propagados na América isto não era aceitável.

De acordo com Gaddis (1972, p. 317, tradução nossa), além disso,

“Getting tough with Russia” envolvia responsabilidades e retórica e líderes do governo não esperavam alcançar seus objetivos sem educar os americanos para isso [...] Delineando o conflito americano e soviético como um choque entre duas ideologias mutuamente incompatíveis o presidente e seus assessores conseguiram chocar o congresso e o público para assim conseguir o suporte necessário para implementar uma política dura.

Como pensador realista, Kennan acreditava que uma política externa amplamente orientada por ideias liberais, que associava ao legalismo e moralismo, era problemática para os EUA. Neste mesmo sentido, como lembra Mearsheimer (2012), o autor clamava por

“maior humildade” na “perspectiva nacional dos EUA” e era um crítico do sentimento excepcionalista dos estadunidenses. Sob sua ótica, a América podia ser vista como a mais poderosa entre as nações, mas não correspondia a um Estado mais virtuoso que os demais. “Os americanos estavam sofrendo, argumentou ele, de “delírios de superioridade”. Assim, “a tendência inveterada de julgar os outros, na medida em que eles dão um jeito de ser como nós” não fazia sentido para ele” (MEARSHEIMER, 2012).

Apesar disso, para os membros a frente do governo, mesmo a doutrina da contenção - por meio da expansão dos povos livres e da proteção contra o comunismo - era perfeita para reforçar o sentido de “missão dos EUA”. Segundo palavras do próprio Kennan (X, 1947) pontuadas por Pecequilo (2005, p. 141), “as nações do mundo deveriam ser gratas à providência por ter colocado sobre os EUA esta responsabilidade, pois, por sua história e tradição, o país seria o único capaz de responder ao desafio implacável do Kremlin”.

Em 1947, ao proclamarem-se “líderes do mundo livre”, os EUA elevaram o engajamento norte-americano à última potência por meio da contenção. A crença no excepcionalismo havia feito, portanto, com que, nas palavras de McDougall (1997), os EUA deixassem, de uma vez por todas, de ser apenas a “terra prometida” para ocupar-se também do discurso e da função de “estado cruzadista”. Encerrava-se, assim, um ciclo de ascensão.

Um balanço dos três momentos, “engajamento” (1917-1920), “afastamento” (1921-1933) e “contenção” (1934-1947) será apresentado na próxima seção.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Uma pessoa com uma crença é igual
a 99 que tenham somente interesses.*

(John Stuart Mill)

Não é tarefa fácil analisar fenômenos que estejam distantes, em tempo e espaço, de nossa realidade. Tão mais complicado é investigar, com olhar científico, o campo das ideias e percepções, que fascina justamente pela subjetividade que pressupõe.

Buscando cercar-se da prudência que o tema pede, mas motivada pela possibilidade de jogar luz sobre uma dimensão ainda pouco explorada pelos americanistas brasileiros, esta pesquisa procurou analisar, ao longo de seus quatro capítulos, tanto a base constitutiva do chamado excepcionalismo americano, quanto a manifestação desta crença na política externa do país durante o período em que os EUA foram alçados à categoria de superpotência global, entre 1917 e 1947.

Ao realizar uma espécie de “estado da arte” simplificado sobre o conceito em questão, esta pesquisa optou por assimilá-lo como uma crença construída e alimentada desde o estabelecimento dos EUA enquanto nação. Além disso, verificou que este sentimento é convencionalmente debatido, na literatura, como um importante alicerce definicional da identidade norte-americana. Vale ressaltar, no entanto, que embora tenha-se assumido esta associação como pressuposto, tal relação não pretendeu ser objeto de estudo deste trabalho. Uma análise centrada neste tipo de abordagem demandaria outras escolhas teóricas e delimitações metodológicas, possivelmente atreladas à ótica construtivista das Relações Internacionais. Aqui, a preocupação central estava em analisar a crença no excepcionalismo como uma variável interveniente no processo de inserção internacional do país por meio de uma abordagem que privilegiasse a relação entre ideias e política externa.

Além disso, é conveniente pontuar que observando tal crença com certa acuidade é importante defini-la a partir da combinação de seu vieses tanto secular quanto religioso. No primeiro caso, a literatura revela que os norte-americanos percebem-se como excepcionais em função de fatores como as instituições políticas que detêm (assentadas sobretudo nos princípios do liberalismo), sua geografia e sua demografia. No segundo caso, prevalece a percepção de que excepcionalismo deriva do fato de que os EUA seriam um país abençoado

por Deus e que os norte-americanos seriam predestinados e igualmente embuídos de uma moralidade e de um senso “messiânico” que repousa nos desígnios divinos. Ignorar qualquer uma destas interpretações significa, de acordo com a leitura deste estudo, desqualificar a base estrutural da crença em questão e, deste modo, significa confundí-la com outras tradições políticas que se relacionam à ideia do excepcionalismo, mas que não podem ser utilizadas como sinônimos dela.

Tendo posicionado-se a respeito do problema definicional do excepcionalismo, portanto, torna-se possível tecer alguns comentários acerca do *core* analítico da pesquisa. Com relação à *hipótese* levantada, é válido notar que confirmou-se a presunção de que a crença no excepcionalismo funcionou como ideia-força no processo de formulação da política externa do país ao longo do período analisado, ou seja, entre os governos Woodrow Wilson e Harry Truman.

Servindo-se da proposição teórica de Goldstein e Keohane (1993) apresentada no primeiro capítulo, verificou-se, com este estudo, que isso ocorreu na medida em que a crença de pertencer a um “povo escolhido” e de constituir-se como um país particularmente diferenciado em termos de seus valores e instituições políticas impôs-se como uma *ideological constraint* no processo decisório de todos os governos analisados.

A crença no excepcionalismo forneceu às administrações estudadas uma espécie de “*road map*” a ser seguido e fez com que os critérios utilizados para definir objetivos e julgar alternativas de ação fossem veiculados à forma como os estadunidenses percebem a si próprios e o que é “certo” e “errado” em cada circunstância. *Pari passu*, portanto, este trabalho confirmou a noção de que as escolhas de política externa dos EUA encontraram-se, neste marco histórico, necessariamente sujeitas às “lentes” pelas quais os decisores definiram as prioridades externas do país.

Em outras palavras, verificou-se que, em matéria de política internacional, tal ideia fez-se central na medida em que foi capaz de moldar agendas e restringir o leque de ações disponíveis em cada um dos momentos. Concebidas a partir da tradição do excepcionalismo, portanto, as estratégias dos EUA - de Wilson a Truman - estiveram sujeitas a um processo subjetivo de interpretação da realidade, que embora tenha determinado prioridades diferentes em cada governo, encontrou nesta componente ideacional seu maior traço de continuidade ao longo dos trinta anos estudados. Compartilhando das impressões de Kissinger em *Diplomacy* (1994), assim, esta pesquisa fez coro à leitura de que mesmo estratégias aparentemente contraditórias podem refletir uma mesma “fé básica”.

Relembrando, portanto, o que propôs Aron no clássico *The Imperial Republic* (1973), quando atribuiu a lógica dúbia e por vezes incoerente da política externa EUA à presença de “identidades gêmeas” que fariam da América, ao mesmo tempo, tanto um poder “imperial” quanto uma simples “república”, esta pesquisa verificou, analogamente, que é possível vincular o excepcionalismo tanto às políticas externas que baseiam-se no “exemplarismo” (visão da *model Republic*) quanto à estratégias que estão ancoradas no senso de “cruzadismo missionário”.

No primeiro caso, percebe-se que foram adotadas políticas que exaltavam a “experiência” norte-americana e que colocavam o país como uma “cidade acima da colina” ou como a “terra prometida”, que devia ser, antes de tudo, protegida. Consequentemente, no período em que prevaleceu esta percepção - aqui chamado “afastamento” (1921-1933) - os EUA optaram por estratégias de inserção que promovessem os seus interesses no exterior, mas que não gerassem amarras ou constrangimentos à sua capacidade de tomar decisões soberanas. Além disso, reforçou-se a necessidade de “olhar para dentro” a fim de preservar a prosperidade desfrutada pela nação, ao mesmo tempo em que ficou evidente o interesse de resguardar-se de qualquer adversidade vinda “de fora”.

No segundo caso, é reforçada a perspectiva que vê os EUA como um “farol” capaz de revelar o caminho da liberdade e da bonança. Destaca-se o compromisso moral da América, sua disposição em promover o “bem-estar” global e enfatiza-se, igualmente, o credo na universalidade e superioridade dos princípios defendidos pelo país. Nos momentos em que prevaleceu tal percepção - “engajamento” (1917-1920) e “contenção” (1934-1947) - os norte-americanos imprimiram considerável dinamismo à sua política externa, aceitaram participar de duas guerras mundiais e colocaram-se como líderes na construção de novas ordens internacionais que, sob sua ótica, seriam erigidas com base nos valores norte-americanos.

Para além do supramencionado, uma discussão lateral que saltou aos olhos ao longo da análise dos períodos históricos relaciona-se à maneira como distinguem-se *atitudes* e *valores* no discurso e na prática norte-americana ao longo de sua história diplomática. Compactuando com Lipset (1994) foi possível notar que enquanto atitudes - e porque não estratégias políticas - são maleáveis, podendo variar de acordo com contextos e eventos específicos, valores, por sua vez, correspondem a sentimentos “bem entrincheirados” e culturalmente determinados que resultam em crenças profundas e pouco elásticas. Neste sentido, notou-se que embora as agendas governamentais tenham sido passíveis de mudança ao longo do tempo, elas estiveram permanentemente submetidas a um pano de fundo

ideacional que deriva da própria identidade nacional. Em termos simples, os princípios de base do excepcionalismo tornaram-se os princípios norteadores da formulação de política externa dos EUA: especialmente o liberalismo, entre as crenças seculares, e o providencialismo religioso - vale lembrar que o termo “Deus” é mencionado diretamente todos os discursos oficiais do período, independentemente do presidente analisado.

Ecoando as palavras de McDougall (1997), deste modo, confirmou-se a ideia de que “a política externa existe para defender, não para definir, o que a América é”. Não à toa, percebeu-se que mesmo autores acostumados a empreender análises *actor-centred*, como Hofstadter (1989), por exemplo, reconhecerem que mesmo homens tão diferentes quanto Wilson e Hoover podem ser conectados por um conjunto semelhante de valores compartilhados, principalmente no que diz respeito aos direitos individuais e à concepção de liberdade, já eles assentam-se sobre o mesmo “credo”.

É interessante notar, ainda, um ponto de inflexão relacionado ao comportamento da sociedade norte-americana ao longo dos 30 anos estudados. Trata-se da forma como ela se posiciona em relação ao governo Wilson e à administração FDR, muito embora cada uma delas tenha tentado imprimir um caráter missionário à sua política externa. No primeiro caso, parece viável sugerir que o povo estadunidense e boa parte de seus representantes no Congresso resistiam à esta inclinação política. Não à toa, boa parte das propostas democratas não foram levadas adiante e, com o término do segundo mandato de Wilson, inaugurou-se um período em que os republicanos permaneceram no poder por mais de dez anos, quando a “política do exemplo” anteriormente mencionada ganhou espaço e popularidade. No segundo caso, durante o governo Roosevelt tem-se a impressão que a sociedade norte-americana - diferentemente dos tempos de Wilson - não só apoiava, mas também ansiava pelo cruzadismo então empregado, haja vista as sucessivas reeleições do presidente. É claro que tais relações são apresentadas aqui apenas como especulações, até porque há, nos EUA, escassez de séries estatísticas históricas que sejam capazes de mapear a percepção do povo em relação ao tema durante o período estudado. No entanto, trata-se de uma observação que não poderia ser ignorada, pois pode dar margem à pesquisas futuras.

Dito isso, torna-se possível realçar, ainda, que embora a análise empreendida por esta pesquisa tenha constatado que as duas leituras - do “exemplarismo” e do “cruzadismo missionário” - remetam à manifestações políticas distintas de uma mesma crença, não foi possível esclarecer, nesta instância, as razões que levam uma ou outra face do excepcionalismo a se manifestarem em cada momento.

Preliminarmente parece razoável sugerir que as inclinações possam ter relação com três diferentes fatores: a) com os líderes que estão a frente de cada governo, suas visões de mundo, estilos de comando e capacidade de barganha política junto às demais instâncias decisórias; b) com as condições de poder desfrutadas pelos EUA em cada momento, já que os períodos de maior envolvimento internacional do país (Wilson e Franklin Roosevelt) coincidem justamente com a época em que o país torna-se, primeiramente, a maior potência econômica do mundo e, em seguida, uma hegemonia efetivamente; c) ou com a percepção de ameaça, uma variável sistêmica, que teria feito com que o cruzadismo fosse estimulado em momentos nos quais os EUA e tudo o que o país representa e defende foram colocados em risco, como nos dois conflitos mundiais e no vácuo de poder deixado ao fim de cada um deles.

Encontrar as respostas para tal relação de causalidade fogem do recorte proposto por esta pesquisa, é verdade, mas tal observação merece destaque aqui, pois dá margem para o desdobramento deste estudo, e estimula a realização de novas pesquisas, no futuro, que dêem conta de jogar luz sobre esta dimensão.

REFERÊNCIAS

- ACHOR, Leah. **American exceptionalism and its impact on presidents' foreign policy**. 2012. 97.f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Geneva College. Philadelphia, 2012.
- AMBROSE, Stephen. **Rise to globalism: American foreign policy since 1938**. NY: Penguin Books, 1991.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginárias: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANGELL, Norman. **A grande ilusão**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- _____. **The imperial republic: the United States and the world 1945-1973**. NY: Prentice Hall, 1974.
- AXELROD, Robert. The analysis of cognitive maps. In: AXELROD, Robert. **Structure of decision: the cognitive maps of political elites**. Princeton: Princeton University Press, 1976
- BAKER, Ray; DODD, William. **The public papers of Woodrow Wilson: war and peace**. New York: Harper, 1927.
- BELLAH, Robert N. Civil religion in America. **Daedalus**, v. 117, n. 3, p. 97-117, 1988.
- BEST, Gary. **The politics of American Individualism: Herbert Hoover in transition, 1918-1921**. Connecticut: Greenwood Press, 1975.
- BOORSTIN, Daniel J. **The Genius of American Politics**. USA: University of Chicago, 1954.
- BUZAN, Barry. American exceptionalism, unipolarity and September 11: understanding the behaviour of the "sole superpower". **International Studies Association**, Montreal, Canadá, 2004.
- CALHOUN, Frederick S. **Uses of Force and Wilsonian Foreign Policy**. OH: Kent State University Press, 1993

CAMPBELL, David. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1992.

CARLSNAES, Walter. **Ideology and foreign policy** - problems of comparative conceptualization. Nova Iorque: Basil Blackwell, 1986.

CERVO, Amado Luiz. A Instabilidade Internacional: 1919-1939. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. **Relações Internacionais: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

COHEN, Warren. **Empire without Tears: America's foreign relations 1921-1933**. New York: Alfred a Knopf, 1987

COLES, Roberta L. Manifest destiny adapted for the 1990's war discourse: mission and destiny intertwined. **Sociology of Religion**, v. 63, n. 4, p. 403-426, 2002.

COOLIDGE, Calvin: **Fifth Annual Message**, 1927. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29568>> . Acesso em: 05 jun 2013.

_____: **Fourth Annual Message**, 1926. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29567>> . Acesso em: 05 jun 2013.

_____: **Third Annual Message**, 1925. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29566>>. Acesso em: 05 jun 2013.

_____: **First Annual Message**, 1923. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29564>>. Acesso em: 22 mai 2013.

COX, Michael; STOKES, Doug. **U.S. Foreign Policy**. New York: Oxford, 2008.

COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory. In: KEOHANE, Robert. O. **Neorealism and its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986.

DOYLE, Michael. Liberalism and World Politics. **The American Political Science Review**. p. 1151-1169, 1986.

DUPAS, Gilberto. Hegemonia Norte-Americana, Governabilidade Global e Impasses nos Grandes Países da Periferia. **Contexto Internacional**, v.25, n. 2, 2003.

DURANT, Karis. **The First World War: American ideals and Wilsonian idealism in foreign policy**, 2008. Disponível em:

<http://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc86949/m2/1/high_res_d/durant-karis090108final.pdf>. Acesso em: 01 fev 2013.

FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria. C.; FIORI, José. L. **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FONSECA, Carlos da. Deus está do nosso lado: excepcionalismo e religião nos EUA. **Contexto internacional**. v. 29, n.1, 2007.

FRIEDMAN, Uri. American Exceptionalism: a short history. **Foreign Policy**, 2012.

GADDIS, John Lewis. **We now know: rethinking cold war history**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

_____. **Strategies of Containment: a critical appraisal of American national security policy during the cold war**. UK: Oxford University Press, 1982.

_____. **The United States and the Origins of the Cold War, 1941 - 1947**. New York: Columbia University Press, 1972

GEORGE, Alfred. The operational code. In: FALKOWSKI, Lawrence. **Psychological models in international politics**. Boulder: West View Press, 1979.

GILL, Stephen. **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. USA: Princeton, 1987.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert. **Ideas and foreign policy: beliefs, institutions, and political change**. New York: Cornell University Press, 1993.

GREENE, Jack P. **The intellectual construction of America: exceptionalism and identity from 1492 to 1800**. North Carolina: University of North Carolina Press, 1993.

HAGGINS, Rodney. **America's pursuit of the national interests: past, present and future**. Strategy Research Project, U.S. Army War College, 2008, p. 35.

HANSEN, Lene. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war**. London: Routledge, 2006.

HARDING, Warren G.: **Inaugural Address, 1921**. Disponível em:<<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25833>>. Acesso em: 18 mai 2013.

- HARTZ, Louis. **The Liberal Tradition in America**. MA: Mariner Books, 1991.
- HERNANDEZ, Matheus de Carvalho; ROSA, William Torres Laureano da. Excepcionalismo americano e as violações de direitos humanos no pós-11 de setembro. **Carta Internacional**, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2011.
- HERRING, George C. **From Colony to Superpower: U.S. foreign relations since 1776**. New York: Oxford, 2008.
- HERZ, Monica. Análise cognitiva e política externa. **Contexto Internacional**, v.16, n. 1, p. 75-89, jan./jun. 1994.
- HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea. **Organizações internacionais: história e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- HOFSTADTER, Richard. **The American Political Tradition: and the men who made it**. UK: Vintage, 1989.
- _____. **Social Darwinism in American Thought**. Boston: Beacon Press, 1955.
- HOLSTI, Ole. **The belief system and national images**. Journal of Conflict Resolution, n. 3, p. 244-252, 1962.
- HOOVER, Herbert: **Inaugural Address**, 1929. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/w s/?pid=21804>. Acesso em: 01 jun 2013.
- HUDSON, Valerie. **Foreign policy analysis: actor-specific theory and the ground of International Relations**. Foreign Policy Analysis, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2005.
- HUNTINGTON, Samuel P. **Lonely Superpower**. Foreign Affairs, vol. 78, 1999.
- _____. **The Soldier and the State: the theory and politics of civil-military relations**. MA: Harvard University Press, 1957.
- HURRELL, Andrew. *Pax Americana ou o Império da Insegurança?*. **Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI**, v. 48, n. 2, 2005.
- IKENBERRY, John. **Liberal Order & Imperial Ambition: essays on American power and world politics**. Cambridge: Polity Press, 2006.
- _____. **American Grand Strategy in the Age of Terror**. **Survival**, v. 43, n. 4, 2001.
- JANIS, Irving. **Groupthink**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1982.

JERVIS, Robert. **Perception and misperception in international politics**. Princeton: Princeton University Press, 1976.

JESUS, Diego. Da redução da incerteza estratégica à perpetuação da exclusão: a relevância dos fatores ideacionais na Análise de Política Externa. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, 2009.

JUNQUEIRA, Mary A. Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano. **Margem**, n. 17, jun 2004.

KAGAN, Robert. **Dangerous Nation: America's Foreign Policy from Its Earliest Days to the Dawn of the Twentieth Century**. NY: Random House LLC, 2006.

KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de . **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

KENNEDY, Paul. **Grand Strategies in War and Peace**. New York: Yale University Press, 1992

_____. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KEYLOR, William R. **The twentieth century world: an international history**. NY: Oxford University Press, 1992.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York: Simon and Schuster, 1994.

LAFEBER, Walter. **The American Age: U.S. foreign policy at home and abroad 1750 to the present**. 2.ed. New York: W. W. Norton & Company, 1994.

LANG, Daniel. **Progressivism and the American Mission**. APSA, 2012.

LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich. **The Return of Culture and Identity in IR Theory**. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1996.

LAYNE, Christopher. **The Peace of Illusions: American Grand Strategy from 1940 to the present**. New York: Cornell University Press, 2007.

LIEVEN, Anatol. **America Right or Wrong**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

LIND, Michael. **The American Way of Strategy: U.S. foreign policy and the American way of life**. NY: Oxford University Press, 2006.

_____. **The Next American Nation:** the new nationalism and the fourth American Revolution. New York: Free Press: 1995.

LIPSET, Seymour Martin. **American Exceptionalism:** a double-edged sword. New York: W. W. Norton & Company, 1996.

LORICK JR., William Clifton. **He kept us out of war: narrative analysis of Woodrow Wilson's drive to War, 1916-1919.** Thesis (Master of Arts in the Department of Communication & Information Sciences). University of Alabama. Alabama, 2011.

MADISON, James. 37. In: MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **The Federalist:** with letters of Brutus. New York: Cambridge University Press, 2003.

MADSEN, Deborah L. **American Exceptionalism.** Mississippi: University Press of Mississippi, 1998.

MARX, Karl. **18 Brumário de Luís Bonaparte.** 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MASTANDUNO, Michael. **Unipolar Politics.** NY: Columbia University Press, 1999.

MATEO, Luiza Rodrigues. **Deus abençoe a América: religião, política e relações internacionais dos Estados Unidos.** 142. F. 2011. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - UNESP. São Paulo, 2011.

MCDOUGALL, Walter. American Exceptionalism... Exposed. **Foreign Policy Research Institute**, oct, 2012.

_____. **Promised Land, Crusader State:** the american encounter with the world since 1776. Boston: Houghton Mifflin, 1997.

MEAD, Walter Russell. **Special Providence:** the American foreign policy tradition. New York: Routledge, 2002.

MEARSHEIMER, John J. Introduction. In: KENNAN, George F. **American Diplomacy.** Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

MELLO e SOUZA, Melissa. **Brasil e Estados Unidos:** nação imaginada. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

MONTEN, Jonathan. The roots of the Bush doctrine. **International Security**, v. 29, n. 4, p. 112-156, 2005.

MORGENTHAU, Hans. **Politics Among Nations:** The Struggle for Power and Peace, Fifth Edition, Revised, New York: Alfred A. Knopf, 1978

- MORINELLI, Christopher M. **The Historical Foundations of U.S. Grand Strategy**. Alabama: AIR University, 2009
- MURRAY, Robert K. **The Harding Era: Warren G. Harding and his administration**. MI: University of Minnesota Press, 1969.
- MURRAY, Williamson; KNOX, MacGregor; BERNSTEIN, Alvin. **The Making of Strategy: rulers, states, and war**. New York: Cambridge University Press, 1994.
- MYRDAL, Gunnar. **An American dilemma: the negro problem and modern democracy**. New York: Transaction, 1996.
- NASSER, Reginaldo. **Arquitetos da política externa norte-americana**. São Paulo: EDUC, 2010.
- NOVAK, Michael; NOVAK, Jana. **Washington's God: religion, liberty, and the father of our country**. New York: Basic Books, 2006.
- O'CONNOR, Brendon. **American Foreign Policy Traditions: a literature review**. The United States Studies Centre, 2009. Disponível em: <http://ussc.edu.au/s/media/docs/publications/0910_oconnor_usforeignpolicy.pdf>. Acesso em: 15/01/2013.
- ONUF, Nicholas. Constructivism: a user's manual. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, P. **International relations in a constructed world**. Armonk, Nova Iorque: M. E. Sharpe, 1998. p. 58-77.
- OWEN, John. How Liberalism produces Democratic Peace. **International Security**. vol. 19, n.2, p.87-125, 1994.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Era George W. Bush (2001/2007): Os EUA e o Sistema Internacional**. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - o Brasil e o mundo que vem aí. Rio de Janeiro, 2007.
- _____. **A política externa dos Estados Unidos**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2005.
- RESENDE, E. S. A. **Americanidade, puritanismo e política externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.
- ROOSEVELT, Franklin D. **Inaugural Address**, 1945. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=16607>>. Acesso em: 28 jun 2013.

_____. **Annual Message to Congress on the State of the Union**, 1941. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=16092>>. Acesso em: 25 jun 2013a.

_____. **Fireside Chat**, 1941. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=16056>>. Acesso em: 26 jun 2013b.

_____. **Fireside Chat**, 1940. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=15917>>. Acesso em: 25 jun 2013.

_____. **Annual Message to Congress**, 1936. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=15095>>. Acesso em: 23 jun 2013.

_____. **Inaugural Address**, 1933. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=14473>>. Acesso em: 22 jun 2013.

_____. Our foreign policy: a democratic view. **Foreign Affairs**, 1928.

ROOSEVELT, Theodore: **Fourth Annual Message**, 1904. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29545>>. Acesso em: 20 mar 2013.

ROOT, Elihu. A Requisite for the Success of Popular Diplomacy. **Foreign Affairs**, v.1, n.1, sep 1922.

SCHLESINGER, Jr. Arthur M. **Os Ciclos da História Americana**. Civilização Brasileira. 1992.

SCHMIDT, Ronald. J. In the beginning, all the world was America: American exceptionalism in new contexts. In: DRYZEK, J. S.; HONG, B.; PHILLIPS, A. **The Oxford handbook of political theory**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SCHWARZ, Jordan. **The interregnum of despair: Hoover, Congress and the depression**. IL: University of Illinois Press, 1970.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Uma nação com alma de Igreja: religiosidade e políticas públicas nos EUA**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SMITH, Anthony D. **The ethnic origins of nations**. Oxford: Blackwell, 1986.

SMITH, Tony. Wilsonianism. In: DECONDE, Alexander; BURNS, Richard; LOGEVALL, Fredrik. **Encyclopedia of American Foreign Policy**. Volume 03: O-W. US: Gale Cengage, 2002.

SNYDER, Richard; BRUCK, H. W.; SAPIN, Burton. The decision-making approach to the study of international politics. In: ROSENAU, James. **International politics and foreign policy**. Nova Iorque: Free Press, 1961. p. 186-192.

SPANIER, John. **American foreign policy since World War II**. 12. ed. Washington: CQ Press, 1992.

SPROUT, Harold; SPROUT, Margaret. Environmental factors in the study of international politics. In: ROSENAU, James. **International politics and foreign policy**. Nova Iorque: Free Press, 1961. p. 41-56.

STATE, Department of. **The Immigration Act of 1924 (The Johnson-Reed Act)**. Disponível em <<http://history.state.gov/milestones/1921-1936/ImmigrationAct>>. Acesso em: 20 mai 2013.

STEINBERG, Jeffrey. American Exceptionalism in the 20th century. **Executive Intelligence Review**, v.. 25, n. 40, 1998.

STEPHANSON, Anders. **Manifest Destiny: American expansionism and the empire of right**. New York City: MacMillan, 1995.

STOLBERG, Alan. Crafting National Interests in the 21st Century. In: **The U.S. Army War College Guide to National Security**. 4. ed. United States: Strategic Studies Institutes of the US Army War College, 2010.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos**. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PPGRI San Tiago Dantas. São Paulo, 2007.

TEIXEIRA, Tatiana. **Os Think Tanks e sua influência na política externa dos EUA: a arte de pensar o impensável**. 2006. 192 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - UFF. Rio de Janeiro, 2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America**. New York: Bedford/St. Martin's, 2009

TRUMAN, Harry. **Address on Foreign Policy at the Navy Day Celebration in New York City**, 1945. Disponível em: <<http://www.trumanlibrary.org/publicpapers/index.php?pid=187>>. Acesso em: 28 jun 2013.

TRUMAN, Harry: **Address on Foreign Economic Policy, Delivered at Baylor University**, 1947. Disponível em: < <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=12842>>. Acesso em: 02 jun 2013.

TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. **American Historical Association**. p. 199-227, 1893.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **História Mundial Contemporânea (1776 – 1991)**. Brasília: FUNAG, 2006.

WALKER, Rob. **Inside/outside: international relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALT, Stephen M. **Taming American Power: The Global Response to U.S. Primacy**. New York: W. W. Norton & Company, 2005.

WEBB, Stephen H. **American providence: a nation with a mission**. New York: Continuum, 2004.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. UK: Cambridge University Press, 1999.

_____. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International organization**, v. 2, n. 46, 1992.

WHITE, William Allen. **A puritan in Babylon**. NY: The MacMillan Company, 1938.

WIDMER, Ted. *Wilson and the Founders: the root of liberal foreign policy*. **MIT Center for International Studies of the Conventinal Wisdom**, 2008.

WILLIAMS, William Appleman. **The tragedy of American diplomacy**. New York: W. W. Norton & Company, 1972.

WILSON, Joan Hoff. **American Business & Foreign Policy: 1920 – 1933**. Kentuck: The University Press of Kentucky, 1971.

WILSON, Woodrow: **14 Points**, 1918. Disponível em: < <http://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=true&doc=62&page=transcript>>. Acesso em: 20 mai 2013.

_____: **Inaugural Address**, 1917. Disponível em: <[http://www .presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25832](http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25832)>. Acesso em: 15 mai. 2013a.

_____: **Transcript of Joint Address to Congress Leading to a Declaration of War Against Germany**, 1917. Disponível em: <<http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=61&page=transcript>>. Acesso em: 24 mai 2013b.

_____: **Fifth Annual Message**, 1917. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29558>> . Acesso em: 22 mai 2013c.

_____: **Address at Sea Girt, New Jersey Accepting the Democratic Nomination for President**, 1916. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=65393>> . Acesso em: 29 mai 2013.

_____: **Annapolis Commencement Address**, 1914. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=65380>>. Acesso em: 22 mai 2013.

_____: **Inaugural Address**, 1913. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25831>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

_____: **Campaign Address in Jersey City**, 1912. Disponível em: <<http://www.wilsoncenter.org/about-woodrow-wilson>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

WOHLFORTH, William. The Stability of an Unipolar World. **International Security**, n. 1, vol. 24, 1999.

X. The Sources of Soviet Conduct. **Foreign Affairs**. 1947.

ZAHARAN, Geraldo Nagib. **A Tradição Liberal dos Estados Unidos e suas Influências nas Reflexões sobre Política Externa**. 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2005.